



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES – PPGCR

LAUDIANA ANDRIOLA DE AQUINO

**ESTUDO SOBRE VIOLENCIA E RELIGIÃO: NARRATIVAS DO COTIDIANO DE  
MULHERES EVANGÉLICAS EM JOÃO PESSOA-PB**

JOÃO PESSOA –PB  
2025

LAUDIANA ANDRIOLA DE AQUINO

**ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA E RELIGIÃO: NARRATIVAS DO COTIDIANO DE  
MULHERES EVANGÉLICAS EM JOÃO PESSOA-PB**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Ciências das Religiões, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências das Religiões.

Linha de pesquisa: Literatura e Sagrado.

Orientadora: Profa. Drª. Rita Cristiana Barbosa.

JOÃO PESSOA-PB

2025

**Catalogação na publicação  
Seção de Catalogação e Classificação**

A657e Aquino, Laudiana Andriola de.

Estudo sobre violência e religião : narrativas do cotidiano de mulheres evangélicas em João Pessoa-PB / Laudiana Andriola de Aquino. - João Pessoa, 2025.  
117 f.

Orientação: Rita Cristiana Barbosa.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Religião. 2. Fé. 3. Violência de gênero. 4. Mulheres submissas. 5. Lares cristãos evangélicos. I. Barbosa, Rita Cristiana. II. Título.

UFPB/BC

CDU 2(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

ESTUDO SOBRE VIOLENCIA E RELIGIÃO: NARRATIVAS DO COTIDIANO DE  
MULHERES EVANGÉLICAS EM JOÃO PESSOA-PB

LAUDIANA ANDRIOLA DE AQUINO

Dissertação apresentada à banca examinadora formada pelos seguintes especialistas.

[REDACTED]  
Rita Cristiâna Barbosa  
(orientadora/PPGCR/UFPB)

[REDACTED]  
Anamelia Soares Nobrega  
(membro-externo/UFPB)

Anita Leocadia Pereira dos Santos  
(membro-externo/UFPB)

[REDACTED]  
Vitor Chaves de Souza  
(PPGCR/UFPB)

Aprovada em 06 de agosto de 2025.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Deus de amor, autor de minha fé, razão pela qual acredito que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que creem nesse Deus misericordioso e poderoso;

À minha família, especialmente à minha querida filha, marido, mãe, irmãos por torcerem por minhas conquistas pessoais e acadêmicas;

Ao programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões PPGCR, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, do qual sou aluna pesquisadora;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudos concedida no segundo ano do Mestrado;

À minha orientadora, Professora Dra. Rita Cristiana Barbosa, pelas contribuições e orientações ao trabalho e pela defesa da mulher, contribuindo com suas ricas experiências no desenvolvimento deste trabalho;

Ao Grupo de Pesquisa TECLA, pelo acolhimento e incentivo à pesquisa, por tratar de temas como gênero, mulher e tecnologias;

Aos professores e colegas de curso do PPGCR-UFPB que compartilharam momentos de conhecimentos e estudos;

Às mulheres da igreja IBC, que narraram suas histórias de vida e tiveram coragem de expor suas fragilidades e problemas pessoais e também de compartilhar as superações;

Ao pastor Josenil e sua esposa Rose que aceitaram colaborar com minha pesquisa.

*À minha querida filha, presente de Deus, que me  
assiste em todas as fases de minha vida, que entende  
meu papel de mãe, mulher e pesquisadora de um  
tema que apresenta tratamento sensível com um  
tema nada sensível.*

*"A vida começa quando a violência acaba".  
Maria da Penha Maia Fernandes*

## RESUMO

O presente trabalho trata da complexa relação entre violência contra a mulher e religião, com foco em mulheres cristãs evangélicas da Igreja Batista Central (IBC) do bairro Colibris, em João Pessoa-PB. A investigação parte do reconhecimento de que a violência doméstica é um problema persistente e que assume contornos específicos dentro dos lares cristãos, exigindo atenção especial das Ciências da Religião e da Teologia. O estudo está dividido em três capítulos, que abordam a contextualização da violência associada ao sagrado no espaço doméstico, os desdobramentos da violência em lares evangélicos, e as narrativas de mulheres vítimas. O objetivo geral é analisar a relação entre a violência e religião no cotidiano de algumas mulheres cristãs evangélicas da IBC – Colibris em João Pessoa-PB. E os objetivos específicos: discutir as relações de gênero e violência simbólica no contexto cristão; refletir sobre a submissão, invisibilidade e silêncio que marcam essas violências; e por fim, compreender as narrativas dessas mulheres, preservando suas vozes e experiências. Para isso, utilizou-se a metodologia qualitativa, do tipo estudo de caso, com aplicação de entrevistas em um grupo focal composto por oito mulheres voluntárias. A análise textual discursiva (ATD) foi adotada para organizar os depoimentos em categorias temáticas. O estudo buscou garantir a liberdade narrativa das entrevistadas, sem interferência do pesquisador, valorizando a escuta e a autonomia das participantes. A base teórica dialoga com autores como bell hooks, Beverly Engels, Júlio Chiavenato, entre outros/as, além de interpretações bíblicas que historicamente contribuíram para reforçar a desigualdade de gênero e a submissão feminina. Os resultados mostram que a violência doméstica afeta significativamente mulheres evangélicas da IBC - Colibris, e que muitas delas não encontram o apoio necessário dentro de sua própria comunidade de fé. Embora o pastor da Igreja investigada tenha se destacado por oferecer suporte e acolhimento às vítimas, o que não é comum em outras comunidades, conclui-se que diante da experiência de violência vivida, as mulheres reconhecem que além da fé, é importante recorrer a ações, como a denúncia. Hoje, essas mulheres são colaboradoras na igreja que congregam, são livres e abertas a testemunhar para outras mulheres as suas experiências, colaborando para o despertar do grave problema. Também conclui-se que é importante que mulheres vítimas de violência doméstica em lares cristãos evangélicos podem ser agentes multiplicadoras de uma nova perspectiva da fé, percebendo a ambiguidade na linguagem da Bíblia, que permite a realização de uma releitura emergente sobre submissão.

**Palavras-chave:** Violência de gênero; patriarcado; religião e fé; mulheres submissas; lares cristãos evangélicos.

## ABSTRACT

The present study addresses the complex relationship between violence against women and religion, with a focus on evangelical Christian women from the Central Baptist Church (IBC) located in the Colibris neighborhood of João Pessoa, Paraíba. The investigation begins with the recognition that domestic violence is a persistent problem that takes on specific contours within Christian households, demanding special attention from the fields of Religious Studies and Theology. The study is divided into three chapters, which examine: the contextualization of violence associated with the sacred in the domestic sphere; the unfolding of violence in evangelical homes; and the narratives of women who have been victims. The general objective is to analyze the relationship between violence and religion in the daily lives of evangelical Christian women from IBC – Colibris in João Pessoa, PB. The specific objectives are: to discuss gender relations and symbolic violence in the Christian context; to reflect on the submission, invisibility, and silence that characterize these forms of violence; and, finally, to understand the narratives of these women, preserving their voices and experiences. For this purpose, a qualitative methodology was employed, specifically a case study, using interviews conducted with a focus group composed of eight volunteer women. Discursive textual analysis (DTA) was adopted to organize the testimonies into thematic categories. The study sought to ensure the narrative freedom of the participants, without interference from the researcher, valuing attentive listening and the autonomy of the women involved. The theoretical framework engages with authors such as bell hooks, Beverly Engels, Júlio Chiavenato, among others, in addition to biblical interpretations that have historically contributed to reinforcing gender inequality and female submission. The results reveal that domestic violence significantly affects evangelical women at IBC – Colibris and that many of them do not find the necessary support within their own faith community. Although the pastor of the investigated church has stood out by offering support and care to victims, a practice not commonly observed in other communities, the study concludes that, in the face of their lived experiences of violence, the women recognize that beyond faith, it is also essential to resort to actions such as filing complaints. Today, these women are active collaborators in their church, free and open to sharing their testimonies with other women, thus contributing to raising awareness of this serious problem. The study also concludes that women who are victims of domestic violence in evangelical Christian households can become multiplying agents of a new perspective of faith, recognizing the ambiguity present in biblical language, which allows for the emergence of a reinterpretation of submission.

**Keywords:** Gender-based violence; patriarchy; religion and faith; submissive women; evangelical Christian households.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Dados sobre as tendências no cenário religioso brasileiro .....	93
Figura 2 - Proporção de católicos por estado.....	94
Figura 3 - Proporção de católicos por município .....	95
Figura 4 - Percentual de cristãos evangélicos por município .....	96
Figura 5 - Proporção de evangélicos por estado.....	97
Figura 6 - Variação no número de evangélicos entre 2010 e 2022 .....	98
Figura 7 - Percentual de praticantes de religiões afro-brasileiras por município .....	99
Figura 8 - Religião que mais cresceu em cada município do Brasil .....	100
Figura 9 - Religião predominante em cada município do Brasil .....	101

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Marcos nacionais nos direitos das mulheres.....	36
Quadro 2 – Passagens bíblicas apontadas como o início da dominação e violência masculina.....	50

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAPES -	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CP -	Código Penal
IBC -	Igreja Batista Central
IBC Colibris -	Igreja Batista Central Colibris
MP -	Ministério Público
NEAH -	Núcleo de Estudos e Atenção ao Homem
PB -	Paraíba
PCN -	Parâmetros Curriculares Nacionais
R7 -	Portal de notícias R7

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A VIOLENCIA E O SAGRADO COM ENFOQUE NO MUNDO DOMÉSTICO .....</b>	<b>20</b>
1.1 A VIOLENCIA E O SAGRADO .....	20
1.2 RELAÇÃO ENTRE VIOLENCIA DE GÊNERO E MUNDO DOMÉSTICO CRISTÃO.....	24
1.3 VIDA CONJUGAL NO LAR E O SAGRADO .....	38
<b>CAPÍTULO 2 – O DESENCADEAMENTO DA VIOLENCIA EM LARES CRISTÃOS EVANGÉLICOS .....</b>	<b>44</b>
2.1 O VÉU DO SILENCIO, O GRITO E A INVISIBILIDADE DA MULHER CRISTÃ .....	44
2.2 VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES EM NOME DE DEUS.....	49
2.3 MULHERES SUBMISSAS EM LARES CRISTÃOS EVANGÉLICOS.....	56
<b>CAPÍTULO 3 - NARRATIVAS DAS MULHERES CRISTÃS EVANGÉLICAS DA IGREJA BATISTA CENTRAL COLIBRIS EM JOÃO PESSOA -PB. ....</b>	<b>60</b>
3.1 MEMÓRIAS E VOZES DAS MULHERES CRISTÃS DA IBC E A VIOLENCIA DOMÉSTICA .....	60
3.2 EFEITOS REAIS DA VIOLENCIA DOMÉSTICA, SUBMISSÃO E FÉ .....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>

## INTRODUÇÃO

Inicialmente trago aqui, minha trajetória acadêmica e profissional mais significativa, recordando que desde o Curso de Licenciatura Plena em Letras, primeira graduação realizada no Campus V - UFPB, na cidade de Cajazeiras, Sertão da Paraíba, pude vivenciar estudos que me levaram à empatia aos estudos que envolvem a literatura, onde participei de projetos, oficinas de leitura e produção de textos diversificados, no qual me debrucei com gêneros textuais de caráter social, político e religioso.

Diante da afinidade com os estudos literários, realizei também uma pós-graduação em Língua Portuguesa: leitura e produção de textos - uma proposta metodológica, Campus I - João Pessoa - PB, por considerar a importância da leitura e literatura no percurso acadêmico, que exige análise, interpretação e conhecimento de mundo. Enfim, tratar sobre literatura, é pensar na arte do saber, na arte do pensar, na arte do fantástico, na recriação da realidade que nos leva a vários percursos, inclusive ao percurso da interpretação da fé, da crença, daquilo que acreditamos, interpretamos e defendemos na essência natural do ser, e assim, me identifiquei com a linha de pesquisa literatura e sagrado.

No percurso acadêmico, também cursei Direito por me identificar com o estudo das Leis, Direito e Direitos Humanos, onde na caminhada da vida, vejo que a sociedade muitas vezes não considera os Direitos inerentes ao ser humano, principalmente o direito relativo às mulheres, tratada na sociedade como ser sensível, inferior, invisível e subordinada. No período em que exercei docência, níveis médio e superior, bem como no meio de algumas igrejas frequentadas, pude ouvir muitas vozes femininas reclamando sobre situações de desconforto diante da violência doméstica sofrida em seus lares, especialmente em lares cristãos evangélicos, e assim, passei a dar uma atenção especial ao tema que desejo tratar, sendo perceptível o grau de preconceito existente quanto à questão de gênero, e quando se pensa no contexto casa, mulher e igreja é mais sensível a situação.

Nesse sentido, no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião (PPGCR), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tive a oportunidade de situar minha pesquisa na área: literatura sagrado. E assim, ao pesquisar sobre a relação entre violência e religião, discorro sobre como a violência doméstica é retratada e como as mulheres são representadas em diferentes contextos

sociais, históricos e religiosos. Sendo possível abordar também a naturalização da violência como parte do cotidiano familiar cristão, desde a violência física e sexual, até a violência psicológica e econômica /patrimonial; e como elas afetam as mulheres.

Ademais, a pesquisa é uma forma de conscientização, tendo em vista que a análise de alguns casos de mulheres cristãs evangélicas vítimas de violência doméstica, é um momento privilegiado para ouvir e interpretar diferentes narrativas e/ou vozes reais. Logo, os discursos dessas mulheres voluntárias apresentam a submissão feminina, revelando como as interpretações teológicas não são abstratas, estando presente a ambiguidade no contexto da submissão, e que os impactos que afetam a vida das vítimas dessa investigação são reais, tanto no contexto social quanto no religioso.

Na condição de pesquisadora do tema, senti-me impulsionada a narrar histórias reais do cotidiano de mulheres cristãs, por ser cristã evangélica, pude me identificar com esse conteúdo tão tenso, visto que escutar no ambiente religioso algumas mulheres narrando e/ou reclamando de seus maridos ou ex-maridos agressores é algo que requer um tratamento sensível com um tema nada sensível. Assim, ao reconhecer o quanto grave é o problema, percebe-se que essas mulheres são vitimadas em sua cultura cristã, violência ocorrida dentro do contexto da religião vivida por cada mulher. Mesmo diante do sofrimento dessas mulheres vítimas de violência, a palavra de Deus na boca dessas mulheres acende em cada uma a esperança de mudança de vida. Deste modo, trago aqui algumas narrativas de mulheres vítimas de violência doméstica em lares cristãos, para serem analisadas.

A Igreja que concedeu a realização da investigação de algumas mulheres vítimas de violência doméstica em lares cristãos evangélicos foi a IBC – Igreja Batista Central Colibris, onde têm 120 congregantes (mulheres, homens, adolescentes e crianças). Localizada na Rua Capitão Natalício Evangelista dos Santos – Bairro Cidade dos Colibris, João Pessoa, Brasil, Cep: 58073-346. Com sede principal na cidade de Bayeux-PB. Fui muito bem recebida para aplicar minha investigação no ambiente religioso, e de início tivemos uma breve conversa sobre a violência doméstica contra a mulher no contexto religioso. O líder religioso frisou que achava essa realidade um absurdo, e que tinha afastado um presbítero do cargo por descobrir que ele praticava violência doméstica com sua esposa.

As narrativas das mulheres entrevistadas demonstraram o quanto grave é problema da violência doméstica, que deixaram sequelas psicológicas e pesadelos

que perduram por muito tempo na vida dessas mulheres. Diante da escuta e reconstrução de vozes, com efeitos reais, as vítimas de violência doméstica contaram suas experiências, reconstruindo suas memórias e verbalizando seus sofrimentos, seus sacrifícios, realidade que me impulsionou trazer uma crítica sobre essa realidade.

E por entender que a religião e cultura patriarcal são prevalentes até os dias de hoje, tal fato nos alerta a não desistir da luta, tornando-se fundamental que o tema seja discutido no documento de Área 44 da CAPES: Ciências da Religião e Teologia - diante da relevância das investigações do estudo em um curso de Mestrado do PPGCR - Programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões, e que o conteúdo dessa investigação repercuta na academia, na sociedade, principalmente nas igrejas, trazendo uma contribuição fundamental, talvez porque o reconhecimento do problema permita que seja necessário rever a invisibilidade, o silêncio, a submissão, reunindo forças no sentido de conscientizar as mulheres a buscarem meios para se fortalecerem e saírem dessa situação. Um grito se faz necessário para o socorro chegar, além disso, a violência doméstica no contexto do mundo doméstico, a vida conjugal no lar e o sagrado, compõem um grande material de discussão relevante na atual conjuntura da nossa sociedade, instigando a necessidade de levantar discussões críticas sobre essa temática, que abrange, principalmente, a violência doméstica em lares cristãos.

Diante da importância social e relevância científica do estudo proposto para a área das Ciências das Religiões, é imprescindível tratar sobre o assunto, partindo de conceitos que abranjam a violência de gênero e mundo doméstico, um olhar em torno do desencadeamento da violência em lares cristãos evangélicos, debruçando-se em torno das narrativas de algumas mulheres cristãs da IBC, vítimas de violência doméstica. Enfim, o estudo do tema justifica-se por permitir uma reflexão de um assunto grave, ou seja, violência, religião e mulheres evangélicas.

Como justificativa da pesquisa, é importante ressaltar que 40% das vítimas de violência doméstica no Brasil são mulheres evangélicas, conforme o estudo da Valéria Cristina Vilhena (2016), que entrevistou muitas mulheres vítimas de violência doméstica para escrever sua dissertação de mestrado, que virou o livro “Uma Igreja sem voz: análise de gênero da violência doméstica entre mulheres evangélicas”.

Destarte, confesso que minhas experiências pessoais e profissionais estão relacionadas ao ensino e pesquisa, de um lado, defendendo que o processo de ensino

aprendizagem é uma prática que desperta a curiosidade pela pesquisa no dia a dia, principalmente no que dizem respeito às temáticas atuais e polêmicas, que geram a curiosidade em investigar o porquê do problema no âmbito social. Desta forma, o contexto que envolve o objeto de estudo para o pesquisador é imprescindível, mesmo sendo um processo desafiador diante da sistematização e construção do conhecimento humano, que gera a cada dia novas expectativas diante da construção do novo, com o objetivo de desenvolver, colaborar, reproduzir, ampliar e refutar o conhecimento, que nos leva à produção científica: pesquisas, análises, submissões e/ou publicações, e outras formas de divulgação de resultados científicos.

Isso significa que a pesquisa reflete de modo direto no saber atrelado a um cenário amplo, assim sendo, cuida-se de analisar que assuntos relacionados à misoginia, cuja definição gira em torno da mulher, é uma condição que abrange os sentimentos de desprezo, preconceitos, repulsa e aversão às mulheres, e ao que remete ao sexo feminino. Cabe ressaltar aqui, que a motivação pelo assunto pesquisado se dá diante do interesse do pesquisador com relação ao tema, e principalmente pelo fato de acompanhar e/ou escutar no meio cristão casos que envolvem violência doméstica, desde a violência moral, psicológica ou física.

Nesse diapasão, faz-se necessário destacar que a sociedade brasileira se depara com situações delicadas e constrangedoras que impactam na vida de algumas mulheres, vítimas de violência doméstica em lares cristãos. Figura feminina muitas vezes subordinada, silenciada, invisível e discriminada, onde cotidianamente mulheres sofrem ou já sofreram algum tipo de violência e são vítimas de sequelas psicológicas, sabendo-se ainda que muitas são assassinadas por seus companheiros.

Nessa perspectiva, trilho o caminho e o desejo de aprofundar minha formação enquanto pesquisadora, em que os estudos no mestrado acadêmico, iniciado em 2023, me proporcionou chegar aos resultados finais da pesquisa. Deste modo, objetivando colaborar para com a construção do conhecimento científico e fazê-lo chegar à sociedade, a pergunta norteadora da pesquisa me levará a alcançar os objetivos proposto delimitados: De que forma se expressa a violência contra a mulher e a religião no contexto dos lares cristãos evangélicos, que afeta algumas mulheres cristãs evangélicas da Igreja Batista Central de João Pessoa- PB?

O objetivo geral é analisar a relação entre a violência e religião no cotidiano de algumas mulheres cristãs evangélicas da IBC – Colibris em João Pessoa-PB. E os objetivos específicos: discutir as relações de gênero e violência simbólica no contexto

cristão; refletir sobre a submissão, invisibilidade e silêncio que marcam essas violências; e por fim, compreender as narrativas dessas mulheres, preservando suas vozes e experiências.

Importa registrar aqui, algumas considerações sobre o estado da arte da área a qual está ligada a pesquisa, por abranger o documento de Área 44: Ciências da Religião e Teologia - Árvore do conhecimento da Capes, que apresenta como subárea Ciências Empíricas da Religião, com temas correlatos a fenômenos religiosos, espiritualidades, tradições de sabedoria ou filosofias de vida. A subárea abrange História das teologias e religiões, complementado ainda aos temas correlatos o estudo histórico de ideias e doutrinas religiosas, espiritualidades etc.

A metodologia adotada trata de um estudo de caso, portanto de abordagem qualitativa, considerando que pesquisas qualitativas têm cada vez mais se utilizado de análises textuais, visto que o material de análise da pesquisa são as entrevistas. Logo, a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, onde a intenção principal foi a compreensão das narrativas das mulheres.

Em um primeiro momento, os dados da pesquisa foram organizados com base nas falas das mulheres participantes, nas quais a linguagem oral e dialógica se destacou, mesclando registros formais e informais. Essa diversidade linguística enriqueceu a análise das narrativas, permitindo uma compreensão mais profunda das experiências relatadas. A coleta de dados se deu por meio da técnica de grupo focal, com a participação de oito mulheres cristãs da Igreja Batista Central (IBC), situada no bairro Colibris, na cidade de João Pessoa-PB. Foram utilizadas estratégias específicas de escuta sensível, ambiente seguro e condução empática, a fim de favorecer a espontaneidade e a profundidade nas respostas.

Para o tratamento e análise dos dados, foi adotada a Análise Textual Discursiva (ATD), que compreende um processo metodológico construído a partir de três movimentos fundamentais: a desmontagem dos textos, o estabelecimento de novas relações e a compreensão do novo emergente. Deste modo, considerou-se quatro fases interligadas ao ciclo de perguntas da entrevista, constituindo-se em etapas principais da sistematização: (1) gravação das falas; (2) transcrição integral das falas em linguagem oral preservada; (3) análise textual discursiva; e (4) interpretação dos sentidos.

A primeira etapa, chamada de desmontagem dos textos ou unitarização, consistiu na fragmentação dos discursos em unidades significativas de análise, com atenção aos enunciados que revelavam sentidos atribuídos à vivência religiosa, à percepção da violência, à noção de submissão e à compreensão da fé como suporte ou prisão. Esses fragmentos foram organizados em quadros de análise e codificados com base nos elementos discursivos recorrentes.

Na segunda etapa, denominada estabelecimento de relações ou categorização, as unidades foram agrupadas em três categorias temáticas principais, construídas a partir da recorrência de sentidos e articulação com os objetivos da pesquisa: Vozes e Experiências de Mulheres Cristãs diante da Violência; Submissão, Fé e Consequências da Violência no Cotidiano.

Cada uma dessas categorias representou um eixo de análise interpretativa, permitindo compreender como os discursos das participantes construíam sentidos diversos e, por vezes, contraditórios em torno da religiosidade e da vivência da violência de gênero.

Na terceira etapa da ATD, denominada produção do novo emergente, buscou-se elaborar uma compreensão ampliada do fenômeno, articulando as narrativas pessoais com o contexto sociocultural e religioso mais amplo. Esse movimento permitiu alcançar interpretações que ultrapassam o relato individual, revelando padrões discursivos estruturais do patriarcado religioso e, ao mesmo tempo, formas de resistência simbólica e prática por parte das mulheres.

Assim sendo, a análise textual discursiva mostrou-se especialmente útil por permitir um olhar sensível e rigoroso às vozes das participantes, localizando-se entre os caminhos da análise de conteúdo e da análise do discurso, conforme propõem Emerson Augusto de Medeiros e Giovana Carla Cardoso Amorim (2017). A desmontagem, unitarização e reconstrução das falas constituíram-se em pilares do método interpretativo adotado, fundamentado nos pressupostos de Carla Leitão (2021).

Ademais, por tratar-se de uma pesquisa voltada para uma temática sensível, ressaltamos o caráter humanizador da pesquisa qualitativa. A escuta foi marcada pela sororidade, empatia e cuidado ético com as participantes, reconhecendo que fazer ciência também implica fazer justiça epistemológica e social às experiências silenciadas. A amostra inicial previa a participação de dez mulheres cristãs evangélicas, no entanto, duas delas optaram por desistir antes da realização dos

grupos focais, resultando em uma amostra final composta por oito participantes. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo a confidencialidade de suas identidades e a proteção das informações compartilhadas. A escuta foi realizada com sensibilidade, em ambiente seguro, e a identidade das entrevistadas foi preservada mediante uso de pseudônimos ao longo das análises e exposições narrativas.

Foram utilizados como critérios de inclusão os seguintes descritores: violência de gênero, religião, patriarcado, mulheres submissas, lares cristãos evangélicos. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados textos que não tratavam diretamente sobre violência contra a mulher no contexto sociorreligioso evangélico. A seleção bibliográfica envolveu livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses e revistas científicas, destacando autoras e autores como bell hooks (2020; 2014), Beverly Engel (2023) e Júlio Chiavenato (2002), entre outros que discutem as interseções entre gênero, fé, poder e dominação.

A pesquisa respeitou todos os princípios éticos que regem estudos com seres humanos, conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi previamente cadastrado e aprovado na Plataforma Brasil, sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 79855924.9.0000.5188 e parecer nº 6.928.633, tendo obtido parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB. Todas as participantes foram informadas sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos envolvidos e seus direitos enquanto voluntárias, incluindo o direito de recusa ou retirada a qualquer momento, sem prejuízos.

Uma das limitações desta pesquisa está relacionada à sua natureza qualitativa e ao recorte metodológico adotado. Por se tratar de um estudo de caso com aplicação de grupo focal, os resultados obtidos não podem ser generalizados para outras realidades sociais ou contextos religiosos, pois refletem as percepções específicas de um grupo de mulheres cristãs evangélicas. Além disso, a forte presença da linguagem oral e dialógica, característica das entrevistas realizadas, embora enriqueça a análise das narrativas, também apresenta desafios quanto à sistematização e à interpretação dos dados, exigindo sensibilidade e rigor por parte da pesquisadora para evitar distorções na compreensão das falas.

A própria influência dos contextos de fé e pertencimento religioso das participantes pode limitar ou moldar as formas como as violências simbólicas são

reconhecidas e verbalizadas. Em pesquisas como esta, marcadas por temas sensíveis e por vínculos comunitários fortes, há o risco de silenciamentos ou omissões, seja por receio de julgamento, seja por fidelidade a valores institucionais. Ainda assim, a escolha pela abordagem qualitativa e pela análise textual discursiva permite uma imersão mais profunda nas subjetividades das mulheres entrevistadas, tornando visíveis nuances importantes do universo simbólico que atravessa suas vivências cotidianas.

O presente trabalho está dividido em capítulos, o primeiro dialogando sobre a violência e o sagrado, e assim, trazendo uma discussão abrangente sobre a relação entre violência de gênero e mundo doméstico e o contexto da vida conjugal no lar cristão evangélico e o sagrado.

No segundo capítulo, traz-se uma reflexão acerca da violência em lares cristãos evangélicos, debatendo sobre o véu do silêncio, o grito e a invisibilidade da mulher cristã. Trazendo ainda, uma abordagem específica em torno da violência contra as mulheres em nome de Deus. Do mesmo modo que contemplará uma discussão sobre mulheres submissas em lares cristãos evangélicos.

O terceiro capítulo apresentará as narrativas das mulheres cristãs da Igreja Batista Central Colibris de João Pessoa-PB, onde os relatos pessoais resultam em desabafos dessas mulheres diante da violência doméstica. Por fim, discorrerá sobre os efeitos reais da violência doméstica, submissão e fé. Em seguida temos as considerações finais e as referências utilizadas na pesquisa.

## CAPÍTULO 1 - A VIOLENCIA E O SAGRADO COM ENFOQUE NO MUNDO DOMÉSTICO

### 1.1 A violência e o sagrado

Ao discorrer sobre violência e sagrado, considerando a área das Ciências da Religião e Teologia, faz-se necessário iniciar a discussão com a teoria de René Girard (1923, p. 10), salientando que sua reflexão sobre a violência e o sagrado envolvem homens governados por um comportamento gerador de conflitos e rivalidades exorcizado pelo sacrifício de vítimas expiatórias, levando-se a pensar que a violência seria um componente natural das sociedades humanas a ser exorcizado pelo sacrifício de vítimas expiatórias.

Ao mencionar o sacrifício Girard (1923, p. 10) ressalta que a função do sacrifício se apresenta em numerosas rituais e de maneiras opostas: ou como “algo muito sagrado”, ou como “uma espécie de crime”, o primeiro, sendo explicado que não seria possível abster-se sem negligência grave e o segundo demonstrado como impossível de ser cometido sem expor-se a riscos igualmente graves.

Tendo em vista o duplo aspecto do sacrifício ritual, legítimo e ilegítimo, público e quase furtivo, Henri Hubert e Marcell Mauss (1981, p. 10) invocam o caráter sagrado da vítima, demonstrando que é criminoso matar a vítima, pois ela é sagrada, e para aprofundar sua reflexão, seu raciocínio crítico nos leva a pensar no seguinte fato, mas a vítima não seria sagrada se não fosse morta. Deste modo, torna-se perceptível que existe aqui uma certa ambivalência nesse termo, notando-se seu surpreendente abuso pelo século XX, sendo importante perceber que existe um problema, que ainda deve ser resolvido.

Outro ponto bem colocado por Girard (1923, p. 10) nos desperta a tenção para a ideia de que se o sacrifício é visto como uma violência criminosa, não há, em contrapartida, violência que não possa ser descrita em termos de sacrifício, como exemplo, tem-se a tragédia grega. A respeito dessa temática é possível refletir ainda que na tragédia grega, o sacrifício, frequentemente de seres humanos, era um tema recorrente, muitas vezes imposto pela vontade dos deuses ou por oráculos.

Para dissertar sobre a tragédia grega, um exemplo clássico é a peça *Ifigênia em Áulide*, de Eurípides, na qual Agamêmnon é forçado a sacrificar sua filha Ifigênia para apaziguar a deusa Ártemis e permitir que a frota grega parta rumo à Guerra de

Troia. Esse sacrifício não é apenas um rito religioso, mas um ponto central no desenvolvimento dramático da narrativa, gerando conflito, dor e crise moral para os personagens envolvidos.

Dessa forma, a palavra “tragédia” assume, entre os sujeitos da modernidade, uma conotação essencialmente negativa, associando-se a acontecimentos de desfecho terrível, catastrófico e irreversível. No entanto, para os gregos antigos, o termo *tragikós* possuía outra significação. A tragédia era, antes de tudo, um gênero artístico, uma forma elevada de drama, voltada à representação simbólica e ritual do conflito entre o herói trágico e uma instância superior de poder, seja esta representada pelos deuses, pelo destino, pelas leis ou pela própria sociedade.

Segundo Aristóteles, em sua obra *Poética*, a tragédia é "a imitação de uma ação elevada e completa, de certa extensão, em linguagem agradável [...] por meio da compaixão e do medo, promovendo a purificação (*kátharsis*) dessas emoções" (Aristóteles, 2013, p. 35). Essa definição evidencia a concepção grega de que a tragédia não visa apenas entreter, mas educar emocionalmente o espectador, purificando-lhe as paixões por meio da empatia com o sofrimento do herói.

A origem da tragédia grega, embora não totalmente esclarecida, remonta à tradição religiosa da Grécia Antiga, vinculando-se aos cultos dedicados ao deus Dionísio (conhecido entre os romanos como Baco). O espetáculo trágico era composto por canto, dança e recitação dos *ditirambos*, versos poéticos de estrutura livre que buscavam expressar entusiasmo e êxtase. Esses elementos cênicos eram desenvolvidos especialmente durante as Dionísias Urbanas ou Grandes Dionísias, festivais em que os tragediógrafos, como Ésquilo, Sófocles e Eurípides, apresentavam suas obras em competições públicas.

Para Aristóteles, a tragédia clássica deveria cumprir três condições essenciais: a presença de personagens ilustres (reis, heróis ou deuses), uma linguagem elevada e nobre, e um enredo que conduzisse a um desfecho de dor, sacrifício ou destruição para o protagonista. É através desse percurso dramático que a tragédia cumpre seu papel pedagógico: despertar a *katarsis* nos espectadores, ou seja, uma purificação emocional que resulta da experiência intensa da compaixão (*éleos*) e do temor (*phóbos*) (Aristóteles, 2013).

A função da tragédia, portanto, não se resume à exposição de desventuras humanas, mas está intrinsecamente ligada à formação ética e emocional do cidadão grego. O herói trágico, ao enfrentar os desígnios inelutáveis do destino ou a vontade

dos deuses, espelha a fragilidade humana diante do absoluto, revelando a tensão permanente entre liberdade e necessidade, entre *hybris* (desmedida) e *diké* (justiça).

Assim, a tragédia grega constitui um dos pilares do pensamento ocidental, não apenas por seu valor estético, mas por seu potencial crítico e reflexivo. Ainda hoje, peças como *Ifigênia em Áulide* nos convidam a refletir sobre o peso das decisões humanas, os limites do poder e as implicações morais do sacrifício.

Convém salientar que há um mistério do sacrifício, sendo este mistério justificado desde o humanismo clássico com antigos autores até os modernos, gerando questionamentos do tipo: por que ninguém pergunta sobre as relações entre o sacrifício e a violência? Para adentrar no assunto, estudos recentes sugerem que os mecanismos fisiológicos da violência pouco variam de indivíduo para indivíduo, e mesmo de cultura para cultura.

Anthony Storr (1968) busca exemplificar a relação entre o sacrifício e violência expondo que nada é mais parecido com um gato ou um homem encolerizado, do que um outro gato ou um outro homem encolerizado. Segundo esse autor:

Se a violência desempenhava um papel nos sacrifícios, ao menos em certos estágios de sua existência ritual, haveria aqui um interesse elemento de análise, pois este independente, ao menos em parte, de variáveis culturais, frequentemente desconhecidas, mal conhecidas ou talvez menos bem conhecidas do que se imagina (Storr, 1968, p.12).

Contudo, o autor explica que uma vez despertado, o desejo da violência produz certas mudanças corporais que preparam os homens para a luta, e possui certa duração. De acordo com Storr (1968, p.12) é mais difícil apaziguar o desejo de violência do que desencadeá-lo, principalmente nas condições normais da vida em sociedade.

Estudos afirmam que a violência é “irracional”, isso significa que não falta razão para acontecer, de modo que se consegue encontrar boa razão para irromper, mas nunca deve ser levada a sério. Nesse sentido, torna-se perceptível que a violência não saciada procura e sempre acaba por encontrar uma vítima alternativa. Assim, aponta-se que vários indícios sugerem que esta capacidade de encontrar objetos alternativos não é exclusiva da violência humana (Storr, 1968, p.12).

Na discussão Storr (1968, p.12) concebe que a capacidade de encontrar objetos alternativos não é exclusiva da violência humana, Lorenz, em *L'aggression*, faz

menção a um tipo de peixe que não pode ser privado de seus adversários habituais - seus congêneres machos, com os quais disputa o controle de um certo território - sem dirigir suas tendências agressivas contra sua própria família, acabando por destruí-la.

E para tratar sobre a violência humana, um questionamento nos leva a refletir se o sacrifício ritual não se baseia em uma substituição de mesmo tipo, mesmo que seja em sentido inverso. Diante disso, se nós voltarmos à espécie animal para nos referirmos à violência, é possível entender o motivo pelo qual a imolação de vítimas animais desvia a violência de certos seres que se tenta proteger, canalizando para outros, cuja morte pouco ou nada importa.

Nos ensinamentos de Joseph de Maistre, em seu *Eclaircissement sur les sacrifices*, as vítimas animais sempre apresentam algo de humano, como se tratasse de melhor ludibriar a violência:

Escolhiam-se sempre, entre os animais, os mais preciosos por sua utilidade, os mais dóceis, os mais inocentes, os mais próximos do homem por seu instinto ou por seus hábitos... Escolhiam-se, na espécie animal, as vítimas mais humanas, se assim posso me exprimir (Pritchard, 1940; Lienhardth, 1961, p.13).

Diante do exposto, complementa-se que, de fato, a etnologia moderna confirma por vezes este tipo de intuição, essa ideia nos chama atenção para o fato de que em algumas comunidades pastoris que praticam o sacrifício, o gado encontra-se estreitamente associado à existência humana. Ainda é estudado por Evans-Pritchard (1940) e Lienhardth (1961, p. 13) o caso de dois povos do Alto Nilo, os *nuer*, e os *dinka*, estudados recentemente por Godfrey Lienhardt, existe uma verdadeira sociedade bovina, paralela à sociedade dos homens e estruturada da mesma forma.

Como colocado acima, é possível perceber que o vocabulário *nuer* é muito rico ao fazer referência aos bovinos, considerando o plano da economia, das técnicas, do rito e da poesia. Esse conteúdo, nos dá a ideia de que o vocabulário usado estabelece relações extremamente precisas e sutis, em que de um lado, tem-se o gado e de outro lado, a comunidade. E assim, Pritchard (1940) e Lienhardt (1961, p. 14) apresentam um bom exemplo como a cor, a forma dos chifres, a idade, o sexo e a linhagem dos animais diferenciados e rememorados por vezes até a quinta geração permitem distingui-los entre si, de forma a reproduzir as diferenças propriamente culturais e a construir um verdadeiro duplo da sociedade humana.

Ademais, para abordar essa relação existente entre indivíduo e animal, os autores reforçam que entre os nomes de cada indivíduo, um sempre designa também um animal, cuja posição no rebanho é análogo à de seu dono da comunidade, e assim, justifica-se a partir desse cenário inicialmente apresentado, algumas noções sobre a violência e o sagrado, em que envolvem homens governados por um comportamento gerador de conflitos e rivalidades exorcizado pelo sacrifício de vítimas expiatórias, levando-se a pensar que a violência seria um componente natural das sociedades humanas a ser exorcizado pelo sacrifício de vítimas expiatórias. Colocações plausíveis para essa reflexão inicial sobre a violência e o sagrado, de autoria do Girard (1923, p. 10).

A seguir, traremos uma discussão mais abrangente sobre a relação entre violência de gênero e mundo doméstico, grave realidade social que merece ser analisada.

## **1.2 Relação entre violência de gênero e mundo doméstico cristão evangélico**

Antes de prosseguirmos à análise da relação entre violência de gênero e mundo doméstico, cabe discutir o conceito de violência. Segundo Helelith Saffioti (2001), a violência simbólica se manifesta quando o dominado internaliza a visão de mundo do dominador, aceitando sua condição como natural. Ela explica, com base em Bourdieu, que “a violência simbólica institui-se por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominador” por utilizar os mesmos esquemas de percepção que sustentam essa dominação. No contexto das religiões cristãs, esse tipo de violência é reforçado pela naturalização da submissão feminina como expressão da “vontade divina”, apagando as fronteiras entre fé e opressão.

Haidi Jarschel e Cecília Castillo Nanjarí (2008) aprofundam esse debate ao demonstrar como o discurso religioso, sobretudo nas igrejas evangélicas, vincula o sofrimento feminino à promessa de recompensa espiritual, incentivando as mulheres a suportarem a violência como uma forma de fidelidade a Deus e ao lar. Um exemplo emblemático é o da mulher evangélica Filomena, orientada por seu pastor a “suportar o sofrimento nesta vida para obter recompensa na outra” e a permanecer com seu agressor para orar por sua salvação. Essa orientação reforça o controle sobre o corpo e a subjetividade feminina, fazendo com que a vítima se sinta culpada pela violência sofrida.

Esse processo de controle é realizado por meio de rituais, doutrinas e símbolos, como os arquétipos de Eva e Maria: enquanto Eva representa a tentação, a desobediência e a origem do mal, Maria simboliza a pureza, a obediência e a castidade. Essa dicotomia estabelece um ideal inalcançável de comportamento feminino e serve como fundamento moral para o silenciamento de mulheres vítimas de violência.

Saffioti (2001) ressalta ainda que o patriarcado não precisa estar fisicamente presente para operar; ele se estrutura como uma “máquina simbólica bem azeitada”, reproduzida por agentes sociais subalternos, inclusive mulheres que, por delegação, desempenham funções patriarcais. Essa lógica se reflete em muitas igrejas evangélicas, onde líderes religiosos e fiéis reforçam os papéis de gênero tradicionais, o que dificulta a ruptura das mulheres com relacionamentos abusivos. Ao considerar o gênero como uma estrutura social que organiza as relações entre homens e mulheres, Saffioti (2001) argumenta que a dominação e a exploração se entrelaçam de forma inseparável, inclusive nos ambientes religiosos.

A ideia de que o sofrimento aqui garante a salvação na vida eterna reforça a culpabilização da vítima e transfere para ela a responsabilidade espiritual pelo comportamento violento do homem. Tal prática exemplifica a naturalização da violência dentro do espaço doméstico-religioso, mascarada como sacrifício espiritual.

A família cristã, exaltada como instituição sagrada, é também um espaço central de exercício da violência de gênero. Como lembra Catharine MacKinnon (1989), apenas os excessos da violência masculina são criminalizados; a violência cotidiana, estrutural e simbólica, permanece tolerada e até incentivada pelas instituições. Saffioti (2001) complementa essa crítica ao afirmar que o Estado brasileiro, mesmo com avanços legislativos, ainda trata a violência doméstica com penas brandas e pouco eficazes, como a substituição da prisão por cestas básicas, tendo em vista que a partir da Lei Maria da Penha (2006), não há mais esta punição minorada.

A religião, portanto, age como uma tecnologia de gênero (Lauretis, 1987) que molda corpos e subjetividades, legitimando o discurso da submissão e da obediência. Ao afirmar que “enquanto Deus for homem, os homens serão deuses”, Mary Daly, citada por Jarschel e Nanjarí (2008), sintetiza a centralidade simbólica do masculino no imaginário religioso cristão. A ausência de mulheres nos espaços de mediação

com o sagrado, como o sacerdócio, reforça a exclusão das mulheres do poder espiritual e social, configurando uma assimetria de gênero institucionalizada.

Apesar disso, Saffioti (2001) também reconhece que as mulheres não são apenas vítimas passivas. Elas reagem, resistem e constroem formas alternativas de espiritualidade. Para a autora, "o gênero apresenta um caráter determinante, mas deixando sempre espaço para o imponderável", ou seja, há possibilidade de resistência e ressignificação dos papéis sociais mesmo dentro da estrutura patriarcal. Essa perspectiva amplia o entendimento de que as mulheres, mesmo em contextos religiosos opressivos, que conseguem desenvolver estratégias de enfrentamento, podem romper, ainda que parcialmente, com a lógica de dominação.

Há, inclusive, dentro da tradição cristã, elementos históricos que oferecem resistência à ordem patriarcal. As primeiras comunidades cristãs contavam com líderes mulheres, como Maria Madalena, que fundou comunidades e foi uma importante missionária. No entanto, essas figuras foram apagadas ou reinterpretadas sob lentes patriarcais ao longo dos séculos. Para Joan Scott (1988), compreender o gênero como categoria de análise histórica é fundamental para desconstruir esses processos de silenciamento institucional e simbólico.

A interseção entre religião e violência simbólica contra as mulheres mostra-se como um campo fértil de análise, exigindo uma abordagem crítica e sistêmica. As contribuições de Saffioti (2001) e de Jarschel e Nanjarí (2008) evidenciam que a violência contra a mulher no contexto cristão evangélico não é apenas física ou verbal, mas profundamente simbólica, naturalizada e legitimada por estruturas de poder que operam no plano da fé, da moral e da cultura. É urgente, portanto, desconstruir os paradigmas conservadores presentes nas religiões, abrindo espaço para espiritualidades emancipatórias e igualitárias.

Nos últimos anos, tem crescido a visibilidade das discussões sobre o tema violência de gênero, tendo em vista que essa visibilidade não é uma questão nova. Temos registros históricos da violência de gênero desde a existência da sociedade, reforçando que o patriarcado contribuiu. Com isso, quero evidenciar aqui, que a violência abordada nesse contexto é a de gênero e doméstica, já que pode ser relacionada a laços de intimidade pelas tradições culturais (patriarcado) à desigualdade entre homem/mulher. Nessa linha de raciocínio, Jacqueline Barus-Michel (2015) descreve que:

A percepção da violência está associada com uma identificação do excesso da ação, ou seja, ela é sentida quando se ultrapassa limites, estabelecidos pelo social, cultural, histórico e/ou subjetivo. Seu fundamento é manifestar-se como excesso na afirmação de um todo poderoso que nega a alteridade (Barus-Michel, 2015, p. 21).

Obviamente, comprehende-se que essas tradições patriarcais buscam reproduzir a desigualdade e reforçam esse processo de dominação e distinção entre homens e mulheres, tendo em vista que as práticas sociais são educativas, e reconhecidas como um instrumento de disseminação da moral e cultura, que abrange a moral burguesa e a cultura patriarcal.

Destarte, as relações de gênero no contexto familiar são profundamente influenciadas pela religiosidade, especialmente em sociedades onde a religião desempenha um papel central na organização social. A família é, frequentemente, o primeiro espaço em que os papéis de gênero são normatizados, e a religião reforça ou desafia essas normas de diferentes formas (Melo; Barzano, 2020).

O patriarcado é um sistema de dominação historicamente estruturado que organiza as relações sociais a partir da superioridade do masculino sobre o feminino. Ele se expressa como um regime político e simbólico em que os homens exercem poder sobre as mulheres, principalmente nas esferas da sexualidade, da economia, da cultura e da religião. Conforme Saffioti (2004), esse sistema é responsável pela naturalização da inferioridade das mulheres, operando por meio da ideologia da complementaridade dos sexos, na qual a mulher é vista como auxiliar, submissa e dependente do homem.

Esse regime de poder é sustentado por múltiplas instituições, como a família, a Igreja e o Estado. Saffioti (2004) argumenta que o patriarcado não se sustenta apenas pela força física ou pela coerção direta, mas também pela violência simbólica que constrange e limita a autonomia das mulheres. Essa violência simbólica é exercida quando discursos religiosos ou familiares legitimam papéis de gênero rígidos, tornando natural que o homem lidere e a mulher obedeça.

A violência de gênero, nesse contexto, é expressão concreta do patriarcado. Fernanda Pereira Labiak (2023) mostra que a violência psicológica é uma das formas mais eficazes de manter mulheres em situação de subordinação, pois atua diretamente sobre sua subjetividade, limitando sua autonomia e liberdade de decisão. O estudo de caso apresentado por Labiak (2023) evidencia como a opressão cotidiana

no ambiente doméstico é mascarada por uma aparência de normalidade, sendo perpetuada por décadas.

No ambiente doméstico, o patriarcado encontra terreno fértil para se manifestar. É ali que as mulheres são ensinadas desde cedo a servir, cuidar, silenciar e suportar. O lar, que deveria ser um espaço de proteção, frequentemente se transforma em local de aprisionamento psicológico. Como destaca Ivo Dickmann (2022), a estrutura patriarcal é reforçada pela modernidade capitalista, que associa à mulher o papel de mantenedora da ordem moral do lar, enquanto ao homem é concedida a esfera pública e produtiva.

Além disso, o patriarcado utiliza o sagrado como ferramenta de legitimação. A religião, especialmente em suas vertentes cristãs tradicionais, frequentemente reforça a figura do homem como chefe espiritual e moral da família, enquanto à mulher é atribuído o papel de “auxiliadora” e cuidadora. Isso reforça o que Saffioti (2004) chama de “violência ideológica”, em que a crença religiosa é usada para justificar a subordinação feminina como vontade divina.

O sagrado, nesse sentido, atua como um campo simbólico de consolidação da dominação masculina. A mulher religiosa que questiona sua condição muitas vezes é reprimida ou acusada de rebeldia espiritual. Isso gera um conflito interno e profundo, pois a fé, que poderia ser uma fonte de emancipação, se transforma em mecanismo de opressão. A submissão é ensinada como virtude e a obediência como prova de fé.

Essa violência simbólica se estende também ao corpo da mulher. Ele é regulado, vigiado e controlado por normas patriarcais travestidas de moral religiosa. Saffioti (2004) denuncia que o patriarcado religioso transforma o corpo feminino em objeto de culpa: é a mulher quem deve evitar a tentação, manter a pureza e suportar o sofrimento como parte do “plano de Deus”. Essa concepção transforma a violência em destino e silencia as vítimas.

Em muitas igrejas evangélicas, por exemplo, o discurso da “família tradicional” serve como aparato ideológico para o controle das mulheres. Como mostra o estudo de Labiak (2023), mulheres que tentam sair de relações abusivas frequentemente são pressionadas por líderes religiosos a perdoar e manter o casamento “a todo custo”, mesmo diante de sofrimento evidente. Isso mostra como a religião pode funcionar como aliada do patriarcado, ao invés de se posicionar contra a violência.

Dickmann (2022), ao analisar a intersecção entre patriarcado, capitalismo e modernidade, propõe que é impossível combater a opressão das mulheres sem

confrontar essas três forças de dominação. Ele afirma que “a dominação branca masculina é parte integrante da realidade-ambiente” e sustenta não apenas a desigualdade de gênero, mas também o racismo, a homofobia e a destruição ambiental. A crítica ao patriarcado, portanto, deve ser ampla e estrutural.

A violência patriarcal não é apenas física ou psicológica: ela é também epistemológica e espiritual. Ao negar às mulheres o direito de interpretar os textos sagrados, participar de espaços de liderança religiosa e decidir sobre seus próprios corpos e destinos, o patriarcado anula a possibilidade de emancipação dentro da própria fé. Nesse sentido, as teologias feministas têm se mostrado fundamentais para romper com essa lógica.

Autores como Ivone Gebara, Adolph Gesché e Lúcia Matilde Orth (2000) e Regiane Cardoso (2013) têm trabalhado a partir de uma teologia da libertação feminista que questiona os pilares do patriarcado religioso. Elas apontam que é preciso ressignificar o sagrado a partir das experiências das mulheres, rompendo com a imagem de um Deus patriarcal e punitivo. Como propõe Gebara, Gesché e Orth (2000), “a libertação feminina não pode vir de fora; ela precisa ser também um processo espiritual, interno e coletivo”.

Assim, a superação do patriarcado passa necessariamente pela transformação das relações de poder no espaço doméstico, na religião, na educação e no Estado. Isso exige uma pedagogia crítica e libertadora, como propõe Paulo Freire (2003), que não apenas denuncie a opressão, mas também construa caminhos de libertação. O sagrado, quando reinterpretado à luz da justiça e da igualdade, pode deixar de ser instrumento de opressão e tornar-se aliado na luta pela emancipação das mulheres.

De acordo com Scott (1995), o termo "gênero" é antes de tudo, uma maneira de indicar "construções culturais", a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, a expressão "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott; 1995, p. 75).

Rita Cristiana Barbosa (2015) ainda destaca que:

O conceito de gênero, em geral, envolve aspectos sociais, culturais e individuais e uma pluralidade de significados. Apresentado como uma construção histórica e social, é compreendido como identidade construída a partir de imposições das relações sociais que definem o que é ser homem e o que é ser mulher a partir de dicotomias e assimetrias (Barbosa, 2015, p. 77).

Deste modo, ratifico que a relação entre violência de gênero e mundo doméstico no cotidiano de mulheres cristãs é um assunto sensível e grave que nos desperta a refletir sobre o problema, considerando que o Cristianismo, uma vez introduzido na vida cristã de muitas mulheres, permite desencadear e/ou promover interpretações muitas vezes equivocadas sobre a mulher, em decorrência da religiosidade presente nessas interpretações, gerando consequências que desencadeia a violência doméstica. Sobre o assunto, é possível apontar que existem trechos do livro Bíblia da Sagrada que são pregados para justificar a submissão feminina, é o que se pode encontrar o que está escrito em 1 Coríntios 14:34-35: “As mulheres estejam caladas nas igrejas, porque não lhes é permitido falar [...] porque é vergonhoso que uma mulher fale na igreja.” Apesar de ser do Novo Testamento, essa passagem evidencia como o discurso religioso também institui o silenciamento das mulheres nos espaços de culto e autoridade espiritual.

Acima temos a repressão da voz feminina na adoração, destacando-se passagens bíblicas apontadas como o início da dominação e violência masculina. E assim, vemos muitos religiosos se baseando no texto bíblico de maneira equivocada para tratar sobre os deveres conjugais, a submissão feminina, refletindo na violência contra as mulheres cristãs. Por outro lado, poderíamos lançar alguns questionamentos: E o que a Bíblia fala sobre violência contra as mulheres? A bíblia diz em Colossenses 3:19: “Maridos, ame cada um a sua mulher e não a ratem com amargura. A Bíblia diz em Provérbios 13:2: “Do fruto de sua boca o homem desfruta coisas boas, mas os que os infiéis desejam é a violência”.

A percepção sobre violência é visível dentro da bíblia, bem como é visível a ideia de que violência é uma característica do infiel, reforçando que a escritura sagrada não apoia a ideia de que as mulheres devam ser subjugadas pelos homens a fim de pagar pelo pecado original e/ou ser dominada, controlada ou submetida pela força, sem ter liberdade de escolha. Entende-se que a discriminação contra as mulheres é resultado direto da natureza pecaminosa dos humanos, e não dá vontade

de Deus, e assim, percebe-se que o problema da violência contra a mulher persiste até atualmente, portanto passível de ser controlada pelo homem.

Nesse sentido, Julio José Chiavenato (2021) menciona que o cristianismo, embora não tenha introduzido a subordinação da mulher ao homem, conservou o patriarcado que existia no seu início. Sendo inegável que a religião tem contribuído para a legitimação e assimilação do modelo familiar tradicional e dos papéis atribuídos a homens e mulheres. Ou seja, uma relação em que a esposa e os filhos estão submissos a vontade do homem, denominado cabeça da casa por muitas religiões, reforça Silva (2021).

Na linha de pensamento de Ademar Alves da Silva (2021), vê-se dentro no Cristianismo toda a simbologia religiosa em que fala da expulsão do homem e da mulher do paraíso, trazendo para a humanidade a perda da condição divina e essencialmente para a mulher, a “nódoa do pecado”, porque teria disso ela quem se entregou a tentação. Tal situação a coloca no lugar de pecadora e ela terá de se redimir na submissão e resignação.

Na concepção de Elizabete Bicalho (2001), o cristianismo baseado no pensamento filosófico grego moldou a identidade feminina trazendo a “nódoa da misoginia”, acentuando ainda que o discurso cristão constituiu-se historicamente enquanto organizador da vida e da moral social, utilizando-se de símbolos e signos misóginos, constituindo as identidades de homens e mulheres ao manipular suas vidas ao longo de diversas eras.

Ao analisar as colocações do Bicalho (2001), seu texto nos transmite a ideia de que a mulher é interpretada longe do sagrado, pois ela carrega um mal e por isso deverá sofrer, resignar-se, buscar constantemente o perdão da nódoa do pecado como forma de salvar-se. E assim, ao realizar uma análise ampla acerca do conteúdo, é possível perceber em outros textos discursos variados sobre o assunto, a exemplo do discurso sociológico que destaca as diferenças entre civilizações em termos de como elas veem a religião e como elas vivenciam, ou não vivenciam, os processos históricos de secularização (Neves; Wachholz, 2021).

Conforme Jordana de Moraes Neves e Rafael de Oliveira Wachholz (2021) a ênfase dada à secularização nos leva a vivenciar que em várias civilizações europeias, essa condição resultou na exclusão da religião da vida pública e até mesmo na diminuição de suas atividades. Mas, à medida que o conhecimento cresceu e a realidade das coisas estudadas se tornou mais util, tornou-se aparente que o

processo global de secularização não era linear e ia além de uma perspectiva eurocêntrica.

Deste modo, Chiavenato (2021) reforça que os números aparentes apresentados por órgãos que atendem e acolhem mulheres em situação de violência, mostram o quanto alarmante é a participação das doutrinas religiosas nas estatísticas. Segundo Thaís de Matos Barbosa e Rita Cristiana Barbosa (2023, p. 253):

A inferiorização da mulher através do discurso religioso – reforçado pela visão patriarcal – é fortalecido, visto que, durante a Idade Média, a mulher era vista como um ser que deveria ser dominado e que poderia levar o homem à perdição, e essa fala é mantida até os dias de hoje, em nossa sociedade, quando, por exemplo, em traições, as pessoas tendem sempre a culpabilizar a mulher em maior escala do que o homem que trai a companheira.

A partir dessa realidade, estudos relatam que muitas mulheres lutam para entender os relacionamentos abusivos que sofrem por meio da fé, o que é entender o motivo de seu sofrimento e de permanecerem em um relacionamento abusivo. Elas buscam respostas na religião para as mudanças no parceiro, de que uma vez jurou amá-la e respeitá-la, mas agora a ataca violenta e sistematicamente (Engel, 2023).

Defende-se que esta busca pode ser feita por meio da oração ou do diálogo com Deus. Em muitos casos, o aconselhamento religioso as direciona para a história do sacrifício de Jesus na cruz. Assim, através do sofrimento de Jesus cria-se uma espécie de conformidade com a situação de violência, porque sofrimento maior viveu Jesus (Alcidi *et al.*, 2023).

Torna-se notório que os valores religiosos ensinados às mulheres têm grande influência a nível simbólico e subjetivo, onde a inferioridade da mulher mediada por discursos religiosos é uma forma de violência simbólica expressa por meio de performances sociais. Tendo em vista que esse tipo de violência está tão arraigado na sociedade que muitas mulheres se submetem à violência e acreditam ser necessária (Bourdieu, 2019).

É necessário salientar que Jesus sempre atraiu muita atenção por seu respeito pelas mulheres. Ele mostrou simpatia e prestou muita atenção a elas durante um período em que eram vistas como inferiores. Apesar do fato de Jesus

ter vivido em uma sociedade firmemente patriarcal, as histórias bíblicas demonstram que ele sempre foi sensível, alegre e atencioso com as mulheres. Começando com sua mãe Maria, que demonstrou sua confiança no presente de seu Filho ao pedir que ele fizesse um milagre nas “bodas de Caná” (Jo 2:1–12), quando o vinho acabou, Jesus as apresenta como exemplos de fé (Cardoso, 2023).

Infelizmente, o *establishment* religioso não conseguiu acolher as mulheres que Jesus estimava e cuidava. A Igreja não seguiu os passos de seu Mestre. Pelo contrário, passou muitos séculos tentando reprimir as vozes das mulheres. Embora Jesus respeitasse e ouvisse homens e mulheres, a Igreja decidiu não o imitar. A ausência de uma comunidade mais maternal foi sentida pela humanidade ao longo da história, mas o monopólio autoritário, sufocado e oculto de uma hierarquia puramente masculina persiste (Micheletti, 2022, p. 48).

A instituição trabalhou para silenciar a figura feminina, apesar do fato de que mulheres bíblicas, como Maria Madalena, são, sem dúvida, uma inspiração para as mulheres modernas. Como disse um estudioso bíblico, "Recuperar suas vozes é uma tarefa enorme à qual muitos estudiosos bíblicos estão se dedicando, embora ainda haja muito a ser feito" (Micheletti, 2022, p. 48).

Dessa forma, a religião assume a função de um padrão para a sociedade aderir, dando consistência e regularidade aos atos individuais. Ela se transforma em uma bússola moral que olha além do ego e inspira o homem a pensar maior. Dessa forma, a religião é um sistema que cria regras que influenciam as interações sociais e formam a moralidade coletiva, em vez de ser meramente uma coleção de rituais e dogmas. A religião desempenha um papel crucial na criação e manutenção do tecido moral que sustenta a comunidade, oferecendo uma estrutura moral que promove a estabilidade e a continuidade da ordem social (Silva; Lima; Siqueira, 2024).

Torna-se perceptível que o ensinamento religioso defende que a mulher deve ser obediente, passiva e submissa, que de alguma forma contribui para o surgimento e disseminação de diversas formas de violência contra ela. Discursos religiosos, textos sagrados e suas várias interpretações, discriminações sexistas contra as mulheres na igreja, como caça às bruxas, discriminação biológica, negligência em casamentos violentos, têm contribuído para a discriminação da sociedade e da cultura contra as mulheres. “Igreja é um lugar para formar e influenciar pessoas que começam a funcionar socialmente” (Veiga, 2020).

Já a teologia tradicional inclui a pessoa como um todo, ela deixa as mulheres de fora porque não aborda adequadamente as questões básicas que permeiam suas vidas, como a violência doméstica e sexual. Percebe-se que as mulheres não são respeitadas porque a teologia tradicional não reflete o sofrimento das mulheres (Molokwu; Uchime, 2023). Pelo contrário, as mulheres assumem a culpa por trazer o pecado ao mundo, sendo responsável pela Queda Original e, a partir daí, submetida ao homem por sua própria culpa, assim como são responsáveis por todos os sofrimentos e males da humanidade (Gage, 2023).

Como resultado, o discurso religioso nunca mudou para refletir as visões em evolução sobre as mulheres. Os estilos de vida e as circunstâncias sociais das mulheres agora são muito diferentes daqueles de um século atrás, mesmo que apenas por uma década (Fordice, 2023). O discurso religioso afirma que a família é sagrada e intocável, o que significa que sua estrutura, hierarquia e até mesmo interações violentas não podem ser questionadas (Camargo, 2021).

Em geral, tabus religiosos parecem ser um fator para que mulheres permaneçam em circunstâncias violentas. Isso pode acontecer como resultado de preparação teológica inadequada para certas circunstâncias. A vida diária das pessoas é impactada pela religião tanto direta quanto indiretamente. Religiões que espalham leis e ensinamentos que desvalorizam as mulheres e as tornam inferiores aos homens acabam incitando os homens a agir involuntariamente contra as mulheres e se submeter a uma posição dominante (Almeida, 2022).

A OMS (ano), afirma que a violência doméstica e familiar é uma violação de direitos humanos que atinge de forma desproporcional mulheres e crianças, muitas vezes ocorrendo em contextos que deveriam oferecer segurança e proteção. Essa problemática está profundamente enraizada em desigualdades de gênero, normas culturais e, em alguns casos, é perpetuada ou legitimada por interpretações religiosas. Em lares cristãos, por exemplo, os valores de submissão feminina e autoridade masculina podem criar um ambiente propício à violência, mascarando-a como disciplina ou obrigação moral (Rafael, 2021).

Para tanto, ao discorrer sobre a relação entre violência e religião, realidade que atinge algumas mulheres no país, chega-se à conclusão de que é um problema que pode ser resolvido em parte tendo em vista que abandonar a complacência e tratar o tema com coragem e determinação, oferecendo justiça a todas as mulheres, é algo que se pode alcançar. O suporte da Lei é algo a se adotar em casos de violência

doméstica em lares cristãos, sendo assim, a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) é um marco no enfrentamento à violência doméstica no Brasil. Apesar de sua implementação, ainda há barreiras para garantir a proteção efetiva às vítimas, especialmente em contextos que crenças religiosas interferem na percepção da violência como resultado do pecado ou da falha moral da mulher (Porto, 2018). No entanto, a Lei deve ser cumprida independente dos contextos de crenças religiosas.

Nesse sentido, no art. 2º da lei, preconiza-se:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (Brasil, 2006).

Vê-se que a Lei Maria da Penha representa um avanço significativo no combate à violência doméstica no Brasil. No entanto, é preocupante observar que, em algumas comunidades religiosas, interpretações distorcidas de ensinamentos sagrados podem levar à culpabilização das vítimas, tratando a violência sofrida como consequência de um pecado ou falha moral. Essa perspectiva não apenas perpetua o ciclo de abuso, mas também dificulta que as mulheres busquem ajuda e proteção.

Diante dessa grave realidade, é importante que líderes religiosos promovam uma compreensão ampla e justa sobre a violência doméstica, alinhada aos princípios de dignidade e respeito presentes em muitas tradições de fé. Até mesmo por considerar casos de intolerância religiosa que promove a violência doméstica.

Recentemente, dados do Disque 100 revelaram um aumento de mais de 80% nas denúncias de intolerância religiosa no primeiro semestre de 2024, em comparação com o mesmo período do ano anterior (Clavery, 2024). Esses números se referem à

intolerância religiosa e gênero, e por ser visível esse problema no contexto da religião, tal situação é algo que requer conscientização por parte da sociedade, apontando-se a importância de se combater todas as formas de violência e discriminação, incluindo a violência doméstica.

Para tanto, ainda há muito a ser feito para garantir que as vítimas, especialmente aquelas em contextos religiosos, recebam o apoio necessário para romper o ciclo de violência e reconstruir suas vidas com dignidade e segurança.

E assim, para tentar resolver conflitos que atinge o ser humano, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) foi construída, como resposta aos anseios da humanidade para uma convivência coletiva harmônica e livre, através de conquistas que se solidificaram ao longo dos anos. São direitos históricos, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, tendo como uma das finalidades, a ampliação das conquistas que, embora necessárias a qualquer ser humano, ainda são recentes e precárias, no que diz respeito a sua efetividade (Van Der Heijden; Tahzib-Lie, 2023).

Luís Gustavo Gomes Flores (2018) ressalta que o assunto relacionado aos “Direitos Humanos” não é algo tão simples quanto se imagina. Os direitos humanos, mais que direitos “propriamente ditos”, são processos, resultados provisórios das lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida. Complementa-se que são acordos culturais, que utilizamos para introduzir uma tensão entre os direitos reconhecidos e as práticas sociais que buscam tanto seu reconhecimento positivado como outra forma de reconhecimento ou outro procedimento que garanta algo que é, ao mesmo tempo, exterior e interior a tais legislações (Ramcharan et al., 2023).

Ademais, ainda é possível definir outros marcos nacionais dos direitos das mulheres, conforme ilustrado no quadro abaixo:

Quadro 1 – Marcos nacionais dos direitos das mulheres

Lei	Descrição
Lei 9.504/97	Cota Eleitoral de Gênero
Lei 10.778/2003	Lei da Notificação Compulsória dos casos de violência contra a mulher que forem atendidos em serviço de saúde pública ou privada
Lei 12.015/2009 - Dispõe sobre os crimes contra a	Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.

<b>Lei</b>	<b>Descrição</b>
dignidade sexual.	
Lei 12.034/2009	Altera lei 9.504/1997 e inclui como objetivo promover e difundir a participação política feminina
Decreto no. 7.393/2010	Dispõe sobre o funcionamento do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher
Decreto no. 7.958/2013	Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS
Emenda Constitucional no. 72/2013	Estabelece a igualdade de direitos trabalhistas entre os/as trabalhadores/as domésticos/as e os/as demais trabalhadores/as urbanos e rurais
Lei no. 12.845/2013	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual
Lei Complementar no. 150/2015	Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico
Lei no. 13.104/2015	Altera o art. 121 do Código Penal, que diz respeito ao feminicídio
Decreto no. 8.727/2016	Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais
Lei nº 13.642/2018	Atribui à Polícia Federal atribuição para investigação de crimes praticados na rede mundial de computadores, que difundam conteúdo misógino definidos como aqueles que propagam ódio ou aversão às mulheres.
Lei nº 13.718/18	Tipifica a importunação sexual.
Lei nº 13.882/2021	Garante prioridade para as mulheres vítimas de violência doméstica matricularem seus filhos e demais dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, ou para transferi-los para instituições perto de sua casa. O juiz poderá determinar a matrícula independentemente da existência de vaga.
Lei nº 13.772/2018	Altera a Lei Maria da Penha e o Código Penal para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado.
Lei nº 13.931/19	Notificação compulsória de casos de violência contra a mulher em serviços de saúde, tanto públicos quanto privados
Lei nº 14.188/2021	define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, altera a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e cria o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.
Lei nº 14.132/2021	Torna crime o ato de “perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade”.
Lei nº 14.149/2021	Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar.
Lei nº 14.192/21	Visa combater a violência política contra as mulheres, estabelecendo medidas para proteger candidatas e detentoras de mandatos eletivos.

Lei	Descrição
Lei nº 14.310/2022	Altera a Lei Maria da Penha para determinar o registro imediato, pela autoridade judicial, das medidas protetivas de urgência deferidas em favor da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Deste modo, concluo o item, acentuando que as questões de violação de direitos humanos e sociais de mulheres têm sido debatidas no quadro do papel determinante da tradição cristã, de uma sociedade patriarcal e capitalista formada em exploração, subjugação, desigualdades sociais, violação de direitos (Soares, 2017; Aina-Pelemo; Olujobi 2024).

Na seção a seguir, traremos uma reflexão sobre vida conjugal no lar e o sagrado.

### 1.3 Vida conjugal no lar e o sagrado

No mundo moderno, tratar sobre vida conjugal no lar e o sagrado é um conteúdo sensível *frágil*, visto que as práticas cotidianas da vida conjugal são pautadas em valores, onde as mulheres são interpretadas como frágeis, zeladoras do lar, tendo em vista que, diante dessa condição alcançarão o perdão do mal que carregam no exercício da maternidade (Bicalho, 2010). Para a autora o “mal” que a mulher carrega no exercício da maternidade representa a fragilidade, que a deixa vulnerável.

Neste sentido, o papel de “zeladora do lar” é uma atribuição às mulheres, onde estas são vistas como dóceis e submissas como filha, esposa e mãe, de modo que se a ligação da mulher com o corpo, com a matéria, a inferioriza, sua superioridade será alcançada no flagelo de seus corpos e ao violá-los, os homens estariam contribuindo para sua salvação, discurso da cultura cristã (Bicalho, 2010).

A vida conjugal no lar e o sagrado é um tema que chama atenção à reflexão sobre a relação existente entre violência e religião com enfoque na cultura cristã, isto é, no Cristianismo. Assunto que se constitui em objeto desta pesquisa e que recebe tratamento sensível e polêmico nas comunidades cristãs, de forma que a vida conjugal no lar, a noção da família indissociável é o discurso mais frequente nas celebrações cristãs de casamento, e a ideia de: até que a morte os separe, é o seu slogan mais famoso. Sobre o assunto (Ceccarelli, 2007, p. 313) reforça que:

Ainda hoje, a moral cristã sustenta a indissolubilidade do casamento, a monogamia, a fidelidade, e se contra tudo que ameaça esse modelo: contracepção, aborto, uniões livres, homopartенidade (Ceccarelli, 2007, p.313).

É visível que a concepção de casamento como união para a vida toda, haja o que houver, a noção de uma hierarquia familiar em que o homem manda e a mulher obedece, a socialização dos homens para a dominação e das mulheres para a sujeição são alguns dos muitos elementos que compõem a complicada equação da violência doméstica em nossa sociedade, e que vai além das paredes da casa.

A partir da leitura que vamos fazendo sobre vida conjugal no lar e o sagrado, podemos vislumbrar dentro do contexto da religião a dominação do homem sobre a mulher, sendo o próprio ritual cristão do casamento um exemplo dessa dominação, para justificar essa ideia, a teoria de (Souza; Lemos, 2009) nos mostra que a grande maioria das celebrações envolve uma processional na qual a personagem central do evento, a noiva, entra no recinto religioso de braços dados com o pai (na ausência do pai, um homem da família tende a assumir esse papel).

Sandra Duarte de Souza e Carolina Teles Lemos (2009, p. 66) esclarece ainda que o pai conduz a noiva até o noivo e a entrega a ele, que a conduz ao altar. Para melhor esclarecer o raciocínio das autoras, vale destacar que os agentes do casamento são os homens, a noiva, considerada o centro da cerimônia, é apenas conduzida e entregue. E assim, todo o simbolismo evocado é o da dominação que, com a bênção de Deus, se pretende indissolúvel.

Destarte, ainda é relevante enfatizar que essa ideia de que o casamento abençoado por Deus tem força de permanência, tende a ser apresentada nas celebrações, de modo a perpassar toda a concepção cristã do casamento, a partir dessa realidade, Souza e Lemos (2009, p. 66) faz menção a epígrafe de um versículo bíblico presente em um convite de casamento: Para que todos vejam, e saibam, e considerem, e juntamente entendam que a mão do Senhor fez isto ... (Isaías 41:20). Se foi a mão do Senhor que determinou essa união, nada poderá dissolvê-la.

E assim, muitas mulheres vivenciam o contexto da religião na vida conjugal, na esperança em manter um relacionamento saudável, focadas na fé, no amor a Deus e ao cônjuge, sendo que essa dominação do homem sobre a mulher tem um agravante por se apresentar como designação divina.

Por outro lado, é perceptível que o texto usado por líderes religiosos no meio cristão – fazendo menção ao Cristianismo, tem por base a Bíblia Sagrada, sendo esta pregada com diversidade de interpretações, dependendo do contexto e/ou propósito é focada em fé, amor, esperança e relacionamento com Deus, como bem diz a Teóloga Karen Collares:

O sexism e misoginia presentes na história do Cristianismo se encontram bem documentados às pretensas bases bíblicas do discurso antropológico que afirma a inferioridade feminina seguem sendo problematizadas, bem como suas inevitáveis consequências. Herdeiras da desonra de fazerem Adão curvar-se à sua pecaminosa vontade, as mulheres viram ser agravadas sua punição: a submissão ao masculino (Colares, 2023, p. 13).

Cabe aqui, abrir um espaço para dialogar sobre a ideia de que, mesmo sabendo que o texto bíblico não defende a violência contra a mulher, suas mensagens podem ser interpretadas de forma equivocadas, isso se dá devido a ambiguidade existente na leitura da sagrada escritura. Ainda nos deparamos com os discursos dos líderes religiosos que mencionam a submissão da mulher, como uma condição imposta a ela, e que pode desencadear a violência nos lares cristãos, representando muitas vezes a morte para essas mulheres por promover o silenciamento, considerando que a maioria das vítimas que busca ajuda em suas comunidades de fé é aconselhada a ser paciente, orar e voltar para o marido agressor.

Ademais, podemos encontrar passagens na Bíblia que tratam sobre submissão feminina, é o que se pode encontrar o que está escrito em Efésios, capítulo 5 dos versículos de 22 ao 33.

“22 - Mulheres, sujeite-se cada uma a seu marido, como ao senhor;  
 23 - Pois o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, que é o seu corpo, do qual ele é o salvador;  
 24 - Assim como a igreja está sujeita a Cristo, também as mulheres estejam em tudo sujeitas a seus maridos;  
 25 - Maridos, ame cada um à sua mulher, assim como Cristo amou a igreja e entregou-se por ela;  
 26 - Para a santificar, purificando-a com a lavagem da água, pela palavra,  
 27- Para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, mas santa e irrepreensível.  
 28 - Assim devem os maridos amar as suas próprias mulheres, como a seus próprios corpos. Quem ama a sua mulher, ama-se a si mesmo.

29 - Porque nunca ninguém odiou a sua própria carne; antes a alimenta e sustenta, como também o Senhor à igreja;

30 - Porque somos membros do seu corpo, da sua carne, e dos seus ossos.

31 - Por isso deixará o homem seu pai e sua mãe, e se unirá a sua mulher; e serão dois numa carne.

32 - Grande é este mistério; digo-o, porém, a respeito de Cristo e da igreja.

33 - Assim também vós, cada um em particular, ame a sua própria mulher como a si mesmo, e a mulher reverencie o marido.

De acordo com Lidice Meyer Ribeiro (2020), a Bíblia apresenta uma imagem conflitante dos papéis das mulheres, permitindo que elas sejam as personagens principais ou o elenco de apoio. O ambiente doméstico, onde as mulheres são instadas a se curvar aos ideais religiosos e familiares, reflete essa dicotomia. No entanto, vale destacar que há casos envolvendo mulheres que desafiaram as normas esperadas de subordinação, a exemplo de Judite e Ester<sup>1</sup>, apresentadas no Antigo Testamento, sendo elas exemplos de mulheres que desafiaram as normas de subordinação ao tomarem decisões importantes e influentes na vida das suas comunidades.

Esses exemplos mostram que, apesar de alguns textos bíblicos enfatizarem a submissão das mulheres, a Bíblia também apresenta mulheres que desafiaram essas normas, tiveram um papel importante na vida da fé e tiveram voz e vez na sociedade, ultrapassando os limites e desempenhando papéis significativos na narrativa bíblica.

Outros autores como Francilaide Queiroz Ronsi (2020) e Vera Cristina Weissheimer (2020) destacam que, apesar do histórico de exclusão, muitas mulheres encontraram na fé e na Igreja um espaço de resistência e transformação. A atuação de mulheres como visionárias e apóstolas, a exemplo de mulheres que possuem uma percepção espiritual e divina, vendo além das circunstâncias para cumprir o propósito de Deus, bem como as que atuam na evangelização e propagação da fé, exercendo um papel ministerial importante na igreja primitiva, evidenciam que, mesmo sob as normas patriarcais, houve resistência e ressignificação do papel feminino. Essas mulheres não apenas participaram da Igreja, mas se tornaram protagonistas de

---

<sup>1</sup> As principais decisões de Judite e Ester no Antigo Testamento foram atos de coragem e fé para salvar seu povo de um inimigo poderoso.

Judite decidiu seduzir o general inimigo Holofernes para matá-lo e, com isso, salvar sua cidade sitiada. Ester, por sua vez, arriscou a própria vida ao se apresentar sem ser chamada ao rei Assuero para desmascarar o plano de Hamã de exterminar os judeus, obtendo a permissão para que o povo judeu se defendesse (Ribeiro, 2020).

mudanças que ecoaram na sociedade, desafiando a subjugação imposta pela cultura de gênero.

Nesse cenário, as mulheres enfrentam o desafio de equilibrar a fé, os papéis tradicionais e os anseios de emancipação. A casa e a Igreja, em vez de serem espaços exclusivamente de opressão ou libertação, revelam-se territórios híbridos, onde disputas simbólicas e práticas ocorrem continuamente. Assim, o papel das mulheres na Igreja e na casa permanece como um reflexo e uma extensão das desigualdades sociais, mas também como um espaço potencial para transformação e resistência.

Para tratar sobre casa, mulheres e violência, essa reflexão parte da ideia de que a violência doméstica e cristianismo são conteúdos sensíveis e que nos levam a pensar no seguinte trecho bíblico “o que Deus uniu, jamais o homem o separa” (Mateus 19:5-6).

Deste modo, é perceptível que as relações de gênero no contexto familiar são profundamente influenciadas pela religiosidade, especialmente em sociedades onde a religião desempenha um papel central na organização social. A família é, frequentemente, o primeiro espaço em que os papéis de gênero são normatizados, e a religião reforça ou desafia essas normas de diferentes formas.

No contexto das práticas religiosas, Naile Braffo Conde (2021) analisa como a Santeria em Cuba desafia e ao mesmo tempo perpetua normas de gênero. Embora seja uma religião que concede papel central às mulheres em certos rituais, o poder institucional e o discurso teológico ainda permanecem amplamente masculinos, criando uma tensão entre empoderamento simbólico e subordinação estrutural. Esse padrão se reflete em outros contextos religiosos, inclusive no Brasil, onde as mulheres exercem papéis significativos na vida comunitária, mas enfrentam barreiras para assumir posições de liderança formal.

Andréa Melo e Marco Antônio Barzano (2020) trazem um olhar biográfico sobre a influência da religiosidade na formação de identidades de gênero e sexualidade. O estudo demonstra como valores religiosos internalizados na infância e reforçados pela família moldam expectativas de comportamento feminino e masculino. A "feminilidade religiosa" é comumente associada à submissão, à pureza sexual e ao cuidado familiar, ao passo que a masculinidade é vinculada à força, proteção e provisão, perpetuando padrões heteronormativos e desiguais, desde as primeiras vivências.

Destarte, a relação entre gênero e religião no contexto familiar é marcada por ambivalências. Enquanto a religião, em muitos casos, reforça estruturas patriarcais que limitam a autonomia feminina, ela também pode servir como espaço de resistência e redefinição dos papéis tradicionais, de forma que as construções sociais, culturais e de poder entre homens e mulheres são norteados por papéis, características e comportamentos diferentes aos sexos, resultando em desigualdades e na dominação masculina. Essa dinâmica ressalta a importância de abordar essas questões de forma crítica, reconhecendo tanto as limitações quanto as oportunidades de se pensar no impacto, desafios e influência cultural quanto as relações de gênero no seio da família e da religião.

A seguir, o capítulo 2, discorrerá sobre o desencadeamento da violência em lares cristãos evangélicos, diante do véu do silêncio, o grito e a invisibilidade da mulher cristã.

## CAPÍTULO 2 – O DESENCADEAMENTO DA VIOLÊNCIA EM LARES CRISTÃOS EVANGÉLICOS

### 2.1 O véu do silêncio, o grito e a invisibilidade da mulher cristã

A violência em lares cristãos evangélicos compõe uma equação ainda pouco discutida e pouco admitida. No campo dos Estudos da Teologia e Ciências da Religião essa relação ainda é abordada de forma muito acanhada. Mesmo considerando que as iniciativas de estudo dessa temática são bastante escassas, especialmente no que tange à publicação de periódicos específicos a esse respeito.

No contexto gênero e religião, a história de muitas mulheres é marcada por uma dualidade construída em torno das figuras simbólicas de Eva e Maria. Enquanto Maria é exaltada como a mulher ideal: submissa, pura e silenciosa, Eva é frequentemente associada ao pecado, à tentação e à ruína (Dantas, 2022). Essas representações, perpetuadas ao longo dos séculos, criaram imagens de controle que justificam a subordinação feminina e limitam a independência das mulheres no ambiente religioso e familiar. Essa construção cultural evidencia como as doutrinas religiosas, em algumas interpretações, são usadas como ferramentas para reforçar desigualdades, o que me leva a refletir sobre a responsabilidade de questionar essas práticas que desumanizam as mulheres e distorcem a espiritualidade para justificar opressões.

Dentro de algumas doutrinas religiosas, o véu do silêncio sobre a opressão feminina é reforçado por discursos que naturalizam a desigualdade de gênero como algo divinamente ordenado. Luzemilca dos Santos Silva (2024), ao investigar o papel da "Rede Um Grito Pela Vida", destaca como esse silenciamento se manifesta em práticas que cerceiam a autonomia das mulheres, seja na tomada de decisões, na vida pública ou até mesmo na forma como lidam com a violência doméstica.

A perpetuação dessas narrativas encontra respaldo em interpretações religiosas enviesadas, que não só justificam o controle masculino como também culpabilizam as mulheres por sua condição de opressão. Julie Metz (2022) argumenta que, em muitos casos, essas doutrinas abusivas desumanizam as mulheres, reduzindo suas existências a papéis definidos por expectativas patriarcais. Esse aspecto levanta uma questão importante: até que ponto as lideranças religiosas estão dispostas a reconhecer o impacto dessas doutrinas? A resposta a essa pergunta

passa pela coragem de revisitar textos sagrados, analisar a ambiguidade, explorar leituras mais inclusivas e libertadoras.

Ainda que algumas lideranças religiosas estejam desafiando essas normativas, muitas igrejas continuam a reforçar a ideia de que o lugar da mulher é a submissão, tornando o rompimento com essas estruturas uma tarefa desafiadora. No entanto, é possível observar que algumas mulheres vítimas de violência doméstica fazem uma releitura da bíblia a partir de suas experiências, a exemplo de algumas das participantes desta pesquisa. Este é um movimento crescente de resistência feminina, na medida em que elas buscam questionar essas normas e construir um espaço de autonomia e respeito dentro e fora das igrejas.

A luta pelo rompimento do "véu do silêncio" não é apenas uma questão de fé, mas um ato político e social. Isso me inspira profundamente, pois essas mulheres, ao desafiar estruturas tão arraigadas, mostram que o espírito de luta por dignidade não pode ser calado, mesmo quando enfrentam resistência tanto dentro quanto fora de suas comunidades religiosas.

Mulheres como as que participam da "Rede Um Grito Pela Vida" estão desafiando os padrões machistas normalizados dentro das igrejas, ao mesmo tempo em que reivindicam um lugar de protagonismo na sociedade e na espiritualidade (Silva, 2024). Esse grito de resistência rompe a invisibilidade imposta por séculos de opressão e redefine o papel da mulher no contexto religioso. Pessoalmente, acredito que esse processo de ruptura é doloroso, mas essencial para abrir caminho para uma nova relação entre gênero e fé, baseada no respeito e na valorização da igualdade.

Ao desafiar as imposições de submissão e silenciamento, essas mulheres não apenas lutam por respeito e independência, mas também ressignificam o conceito de fé, provando que espiritualidade e igualdade de gênero podem coexistir. Como pontua Camila da Silva Rodrigues de Souza (2024), a religião pode, e deve, ser um instrumento de emancipação, e não de aprisionamento. Essa ideia é profundamente transformadora, porque nos convida a enxergar a religião como uma aliada na luta por direitos humanos, e não como uma barreira. Isso traz esperança de que as mudanças não apenas sejam possíveis e estejam acontecendo.

Torna-se perceptível o fato de que a luta pela visibilidade e respeito das mulheres nos espaços religiosos é, portanto, uma extensão da batalha maior pela igualdade de gênero. A desconstrução de narrativas machistas enraizadas em interpretações religiosas exige coragem e resiliência, especialmente em contextos

onde essas práticas estão profundamente normalizadas. Entretanto, como argumentam Marília Camargo César (2021) e Elynaldo Dantas (2022), a visibilidade dessas questões abre caminho para uma espiritualidade que acolhe e respeita, e não opõe. Eu vejo nessa abordagem um apelo para que mulheres e homens, de fé ou não, se unam para questionar normas opressivas e construir comunidades mais justas.

No livro *o grito de Eva*, a autora inicia seu livro apresentando um panorama da cultura patriarcal e sexista que permeou a civilização ocidental e o cristianismo por quase dois milênios. Infelizmente, o domínio do masculino sobre o feminino continua a prevalecer no século XXI, afetando todas as áreas da vida humana, incluindo o contexto religioso, apesar dos significativos avanços nas áreas da ciência, do direito, da educação e da economia (César, 2021).

Nessa linha de pensamento, Vitor Manuel Raposo Rafael (2021) complementa:

A violência doméstica em lares cristãos está entrelaçada com o silenciamento da mulher, que frequentemente se vê invisível dentro de um contexto religioso onde sua voz é silenciada pela interpretação patriarcal de doutrinas sagradas. O silenciamento das mulheres dentro da religião muitas vezes é sustentado por uma leitura distorcida das Escrituras, onde a figura de Eva é associada ao pecado e à fraqueza, o que justifica sua subordinação nas relações familiares e sociais (Rafael, 2021, p. 800).

Deste modo, o “véu do silêncio” imposto pela religiosidade serve para reforçar uma estrutura de poder que exalta a subordinação feminina, tornando a mulher vulnerável a abusos, tanto psicológicos quanto físicos. Rafael (2021) aponta como a interpretação do papel da mulher nas escrituras, frequentemente vinculada à ideia de Eva como a fonte do pecado, reduz a capacidade da mulher de se expressar, limitando seu direito à autonomia e ao questionamento. Assim, muitas mulheres vivem sob uma constante pressão para manter uma postura submissa, mesmo quando enfrentam agressões dentro de suas casas.

A invisibilidade das mulheres na religiosidade também é observada em contextos históricos, onde as doutrinas religiosas foram interpretadas para manter a mulher num estado de silenciamento. No artigo de Gisele Leite (2021), fica claro como a mulher, durante a Idade Média, era associada a uma posição inferior em relação ao homem, sendo vista como uma “Eva” pecadora, condenada à submissão.

Eva foi, indubitavelmente, a primeira pecadora e os discursos medievais enfatizam seu erro, procurando analisar o que teria motivado sua atitude de desobediência às ordens divinas. E, diversos autores medievais refletem sobre tal questão, atribuindo diferentes razões para o pecado da mulher, [...] sobre os diferentes arquétipos presentes na Bíblia, entre os quais salienta os estereótipos femininos, e afirmam a importância dos textos religiosos como formadores de concepção de feminino que inclusive ultrapassa ao período medieval (Leite, 2021, p. 12).

Portanto, se o pecado de Eva não tivesse sido passado para Adão mais tarde, não teria resultado na morte do nosso corpo e espírito. Essa dualidade bipolar, ser uma sedutora sexualizada como Eva ou inundada e assexuada como a Virgem, determinou a percepção do homem medieval sobre as mulheres. As mulheres nem eram responsabilizadas legalmente no início da Idade Média. Em última análise, o marido era quem poderia ser responsabilizado e condenado pelas transgressões de sua esposa. Elas também começaram a aparecer como réus em casos criminais a partir do ano 1000. Essa foi uma mudança na jurisprudência, mesmo que não houvesse uma decisão oficial na época. Essa forma de pensar ainda é um tanto prevalente hoje em muitos grupos religiosos, onde as mulheres são vistas principalmente por meio de espetáculos opressivos que escondem sua dor (Leite, 2021).

A luta contra o silenciamento feminino, como proposta por Rafael (2021) e outros estudiosos, passa necessariamente por uma reflexão crítica sobre como as interpretações religiosas, historicamente moldadas, devem ser reavaliadas. Ao romper o silêncio imposto pela religião, as mulheres se tornam protagonistas de suas histórias, buscando não apenas o reconhecimento de seus direitos, mas também a reconquista de sua voz e autonomia dentro da religião e da sociedade. O silenciamento e a invisibilidade das mulheres dentro de contextos religiosos precisam ser confrontados, pois sua luta por liberdade e respeito é um grito que ecoa na necessidade de uma verdadeira mudança na cultura religiosa patriarcal.

A análise de Tauã Lima Rangel e Ivanildo Geremias Silva Júnior (2022) sobre a Patrulha Maria da Penha revela a importância de intervenções policiais especializadas na prevenção da violência doméstica, demonstrando que, apesar das iniciativas de proteção, a invisibilidade e o silenciamento das mulheres continuam sendo desafios fundamentais. A criação de mecanismos de apoio como a patrulha busca reduzir a escalada da violência, mas isso se torna um esforço contínuo diante

da cultura profundamente enraizada que ainda subordina a mulher, inclusive no contexto religioso, como discutido anteriormente.

No que diz respeito à tensão entre religião e a vivência das mulheres, Ivens Reimer (2021) sugere que a religião tem o potencial de ser tanto um espaço de opressão quanto de transformação, dependendo da forma como é interpretada. Isso se conecta diretamente ao véu de silêncio imposto às mulheres, onde a fé se torna um terreno fértil para a reprodução de normas patriarcais. Contudo, como bem sinaliza Reimer, o diálogo entre diferentes perspectivas no sentido de realizar uma releitura dos ensinamentos da bíblia, a partir da ambiguidade existente no texto sagrado, a perceber que a submissão que está na bíblia deve ser revista, e assim oferecer uma chance para as mulheres conquistarem sua autonomia dentro do ambiente religioso, ao desafiar interpretações que reforçam o silenciamento e a subordinação.

Por outro lado, o trabalho de Amanda Melo Queiroz da Costa (2024) sobre a fenomenologia do suicídio em mulheres vítimas de violência doméstica ilumina o impacto devastador do silenciamento imposto pela cultura patriarcal, incluindo o véu religioso. As mulheres que se encontram no ciclo da violência, muitas vezes, se veem sem saída, sem voz, e a pressão religiosa pode agravar ainda mais essa situação. Romper com esse silêncio é essencial não apenas para preservar a vida, mas também para possibilitar que as mulheres possam se reerguer e se reconstruir a partir de uma narrativa onde elas sejam protagonistas e não vítimas.

Assim, é urgente que tanto a sociedade quanto as instituições religiosas reflitam sobre o papel que desempenham na perpetuação dessa invisibilidade, a partir das experiências vividas da violência, e da ambiguidade existente no contexto da submissão, que gera conflito de interpretação promovendo a violência. Do mesmo modo que a luta das mulheres para romper o véu do silêncio e conquistar o respeito que merecem, precisa ser apoiada por políticas públicas, ações de conscientização religiosa e, sobretudo, pela construção de um espaço onde a mulher tenha a liberdade de expressar sua vivência, sua dor e suas vitórias sem o medo do julgamento ou da repressão.

Portanto, rasgar o véu do silêncio que cobre a face e tapa a voz e o sofrimento das mulheres é um chamado urgente à justiça social. Mais do que apenas uma luta pela igualdade, é uma reivindicação pelo direito fundamental à dignidade, à liberdade e à possibilidade de viver uma fé que não anule a identidade feminina. Isso significa não apenas romper com tradições que oprimem, mas também encontrar forças na

espiritualidade para criar um mundo onde todas as mulheres possam existir plenamente, sem serem silenciadas ou invisibilizadas.

Considerando o contexto da violência e religião, a seção a seguir, abordará a violência contra as mulheres em nome de Deus.

## 2.2 Violência contra as mulheres em nome de deus

A violência contra as mulheres em nome de Deus encontra suas justificativas em interpretações distorcidas de textos bíblicos, discursos de líderes religiosos e histórias que permeiam a tradição cristã. Segundo Wallace Soares da Cruz e Francisco Caetano Pereira (2020), o moralismo neopentecostal frequentemente reforça papéis de gênero que naturalizam a submissão feminina e justificam comportamentos abusivos. Passagens bíblicas como Efésios 5:22-24, que exortam as mulheres a serem submissas a seus maridos "como ao Senhor", são usadas como alicerces para validar a autoridade masculina e silenciar as mulheres em contextos de violência doméstica.

Essa leitura literal e seletiva das escrituras é um exemplo de como os textos religiosos podem ser instrumentalizados para perpetuar a dominação masculina. Como destacam Roberto Ervino Zwetsch e Hans Alfred Trein (2020), o uso do nome de Deus em discursos políticos e religiosos muitas vezes serve para reforçar hierarquias de poder, onde o controle masculino sobre as mulheres é apresentado como parte de uma ordem divina inquestionável. Esse abuso teológico transforma a religião em uma ferramenta de opressão, desconsiderando os valores de igualdade e justiça também presentes na Bíblia.

Deus acima de todos é de uma obviedade ululante do ponto de vista teológico, mas a nota diferencial do evangelho é que este Deus não age como monarca celestial. Pelo contrário, o Deus de Jesus é justamente aquele que desce, que se humaniza, que se entrega à morte para que outros vivam. Mas por que o então o candidato<sup>2</sup> se valeu dessa expressão para se comunicar com a população? Uma razão pode ser o fato de boa parte do povo brasileiro ser tradicionalmente religiosa, enquanto o movimento neopentecostal cresce no contexto de uma religiosidade pré-iluminista, fazendo uma leitura fundamentalista da Bíblia, sem os recursos da crítica textual e histórica, e das diferenças culturais entre oriente e ocidente, entre um

---

<sup>2</sup> Referindo ao uso do nome de Deus na campanha de Bolsonaro em 2018 (Zwetsch; Trein, 2020, p. 6).

mundo de 2000 anos atrás e o mundo de agora. A equação que se estabeleceu é simples e direta: quem coloca Deus acima de todos não será capaz de fazer coisas erradas, como procederam muitos dos que estavam antes no poder! Utilizar essa frase, portanto, não tem nada de ingênuo ou improvisado (Zwetsch; Trein, 2020, p. 6).

Outro aspecto importante é a presença de narrativas violentas dentro da própria Bíblia, como as histórias de Gênesis sobre o domínio masculino. Matthew Lynch (2022) destaca que desde a expulsão de Adão e Eva do Éden, há um padrão de subjugação feminina que reflete uma mentalidade patriarcal. Essas histórias são frequentemente reinterpretadas para reforçar a ideia de que a mulher é a origem do pecado e, portanto, deve ser controlada pelo homem.

A ligação entre o controle masculino (doméstico) das mulheres e a violência pública levanta questões para os cristãos sobre como a Escritura alimenta ou resiste a tais tendências. Infelizmente, muitos cristãos começam a pensar sobre a dinâmica do poder masculino e feminino com textos que parecem apoiar o controle masculino. Eles começam com a “liderança” ou versículos de submissão. Isso não apenas ignora onde a própria Bíblia começa (Gênesis 1-2). Também separa essas passagens das fortes críticas ao controle e violência masculinos que traçam seu caminho ao longo da história bíblica, especialmente em seu início (Lynch, 2022, online).

Lynch (2022), então, reúne momentos em que a Bíblia reforça violências e hierarquia masculina sobre as mulheres. Principalmente no livro Gênesis 1-11, cada vinheta enfatiza a conexão entre violência e formas contemporâneas de dominação masculina. Os desenhos ilustram como a violência pública surgiu em suas casas e sugerem que a dominância masculina não é o único elemento para o surgimento da violência. É um fator significativo. No Quadro 2 estão dispostos os “começos” enfatizados pelo autor:

Quadro 2 – Passagens bíblicas apontadas como o início da dominação e violência masculina.

Título	Livro	Passagens
Lameque provoca suas esposas	Gênesis 4:19-24	“Primeiro vínculo explícito entre patriarcado e violência. Lameque é descendente de Caim e a sétima geração de Adão. O tataraneto de Caim, Lameque, é o primeiro polígamo da Bíblia. [...] Lameque funde o domínio recém-descoberto dos homens (Gênesis 3:16) com os impulsos assassinos de Caim

		(Gênesis 4: 1-12). A violência contra as mulheres ainda não surgiu. Mas sua ameaça está no ar do ambiente doméstico."
Tomando esposas e se tornando guerreiros	Gênesis 6: 1-4	"Seres divinos chamados de "filhos de Deus" geram descendência com mulheres humanas. Essas mulheres então geram uma raça de guerreiros. [...] Esses seres divinos voltaram seus olhos para as filhas humanas e tiveram que tê-las. Eles pegaram quem eles quiseram. [...] Gênesis 6 concede aos reis essa história de fundação (como as grandes histórias do mundo antigo), mas a coloca dentro da estrutura de uma história trágica sobre o abraço da humanidade à violenta dominação masculina. Mais uma vez, a violência doméstica (levar mulheres) deu origem à violência pública (reis-guerreiros)."
Nimrod, o Homem do Homem	Gênesis 1-11	"Nimrod é o equivalente pós-diluviano de Caim. Ele é violento e funda cidades (4:17). Uma breve nota genealógica nos diz que ele fundou os grandes centros imperiais do mundo antigo, incluindo Babilônia e Nínive (10:10-12). Embora sua história não se concentre na violência contra as mulheres, ele é claramente cortado do mesmo molde dos guerreiros em Gênesis 6".
A queda e a maldição da mulher	Gênesis 3:16	"E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor na gravidez; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará." – Esta passagem tem sido amplamente interpretada como a origem da subordinação feminina no contexto bíblico, justificando a hierarquia patriarcal que se estende ao longo da tradição judaico-cristã.
A violação de Diná	Gênesis 34	"E viu-a Siquém, filho de Hamor, o heveu, príncipe daquela terra; e tomou-a, e deitou-se com ela, e humilhou-a." – A violência sexual contra Diná desencadeia uma reação violenta dos irmãos de Diná, mas a narrativa dá pouco foco à experiência da vítima. Essa omissão tem sido criticada por teólogas feministas como uma forma de silenciamento simbólico.
O sacrifício de Jefté e sua filha	Juízes 11:29-40	"Jefté fez voto ao Senhor [...] que, ao retornar vitorioso, sacrificaria o que saísse de sua casa ao seu encontro. Foi sua filha. E ele a ofereceu como sacrifício." – Aqui vemos uma mulher usada como objeto de cumprimento de voto religioso masculino. A filha de Jefté, que permanece sem nome, aceita sua morte em silêncio. Essa narrativa simboliza o custo feminino da honra e da promessa masculina.
O estupro de Tamar por Amnon	2 Samuel 13	"Mas, quando a teve, Amnon sentiu por ela grande aversão, maior do que o amor que sentira." – Esta narrativa é emblemática da violência sexual intrafamiliar e da omissão da

		justiça no seio do patriarcado real. Tamar, embora filha do rei Davi, não encontra proteção nem reparação.
Mulheres como recompensa de guerra	Números 31:17–18	"Agora, pois, matai todos os meninos, e matai todas as mulheres que conheceram varão; mas todas as meninas que não conheceram varão, deixai-as viver para vós." – Este trecho retrata a dominação sexual e a objetificação de mulheres como despojos de guerra, além do abuso contra meninas. Reforça a violência legitimada pela autoridade religiosa.
Repressão da voz feminina na adoração	1 Coríntios 14:34–35	"As mulheres estejam caladas nas igrejas, porque não lhes é permitido falar [...] porque é vergonhoso que uma mulher fale na igreja." – Apesar de ser do Novo Testamento, essa passagem evidencia como o discurso religioso também institui o silenciamento das mulheres nos espaços de culto e autoridade espiritual.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da referência Lynch (2022).

Essas histórias do Antigo Testamento evidenciam um padrão histórico e simbólico de violência e domínio masculino, que moldaram não apenas a visão da mulher na tradição judaico-cristã, mas também as dinâmicas de poder e violência ao longo das escrituras. Esses relatos, mesmo sendo parte de um contexto histórico, têm sido utilizados para justificar comportamentos violentos ou para reforçar estruturas patriarcais.

O versículo de Gênesis 3:16, que menciona o domínio do homem sobre a mulher como uma consequência do pecado original, é um ponto crucial. Essa passagem tem sido interpretada como a origem da hierarquia de gênero, posicionando a mulher como subordinada ao homem e essa desigualdade é resultado da queda, e não do propósito original da criação, que visava à co-governança (Gênesis 1:28). A ausência de uma co-governante em histórias como a de Nimrod, mencionado como o arquétipo do rei guerreiro, reforça essa ruptura no equilíbrio de gênero idealizado no início da criação.

Em Gênesis 12:10–20, um incidente que faz pouca honra a Abraão é descrito sem um pingo de condenação. Depois de fugir para o Egito devido à fome, ele força sua esposa, Sara, a se declarar sua irmã em vez de sua esposa para impedir que o Faraó a mate para obtê-la. Ele faz isso porque sabe que o Faraó notaria a beleza de Sara. Para evitar problemas para si mesmo e obter alguma vantagem, ele a expõe à desonra e ao adultério, como acontecerá mais tarde (o mesmo episódio, obviamente

duplicado, retorna em Gênesis 20, mas com Abimeleque, rei de Gerar, no lugar do Faraó, e a história mostra mais foco em aspectos éticos).

Gênesis não apenas relata o surgimento da violência contra as mulheres, mas também a perpetuação dessa violência nas relações sociais e familiares. A disposição de Ló em oferecer suas filhas para proteger seus hóspedes (Gênesis 19) é uma demonstração clara de como a segurança das mulheres era frequentemente sacrificada em nome da honra masculina ou da preservação de relações sociais. Por outro lado, o caso de Diná (Gênesis 34) reflete como a violência sexual contra mulheres era não apenas uma afronta pessoal, mas um pretexto para conflitos entre homens, mostrando que o corpo feminino era frequentemente instrumentalizado em disputas de poder. O que ainda acontece, pois até hoje estupros são armas de guerra<sup>3</sup>.

É importante ressaltar que a Bíblia traz histórias da política da época, onde as mulheres, neste cenário, são apresentadas como moedas de troca e objetos de sacrifício, uma constante que se repete em narrativas como a do sacrifício da filha de Jefté (Juízes 11), que paga com a vida o voto de guerra de seu pai.

A violência sexual contra Diná (Gênesis 34) é outro exemplo similar. O texto relata que Siquém, príncipe heveu, “tomou-a e deitou-se com ela à força”, o que desencadeia a vingança de seus irmãos, Simeão e Levi, que matam os homens da cidade. No entanto, a indignação deles não se dá pela dor de Diná, mas pela “desonra da família”. A voz da mulher é silenciada; ela não fala, não opina, não participa das decisões sobre seu corpo ou destino. A narrativa transforma o estupro em gatilho para um conflito entre homens, perpetuando a objetificação feminina como território de disputa e honra.

Em Juízes 19, a violência sexual ressurge: o da concubina do levita, violentada até a morte por homens da tribo de Benjamim. A mulher, cujo nome sequer é mencionado, é entregue por seu companheiro aos estupradores e depois esquartejada em doze partes como mensagem de protesto a outras tribos. Tal cena revela a brutalidade com que os corpos femininos eram utilizados para expressar mensagens políticas da época e reforçar a autoridade masculina. Como observa

---

<sup>3</sup> Falar de notícias sobre a guerra de Israel e Gaza, da exploração dos corpos femininos, e se encontrar caso semelhante da guerra entre Rússia e Ucrânia. Exemplifica que os fatos bíblicos continuam a existir.

Phyllis Trible (1995), a Bíblia contém “textos de terror”, episódios que revelam a dor das mulheres e a cumplicidade da estrutura patriarcal com essa dor.

Ainda no Novo Testamento, o silenciamento das mulheres ganha novo contorno em 1 Coríntios 14:34–35, onde Paulo afirma que “as mulheres estejam caladas nas igrejas, pois não lhes é permitido falar”. Esse mandamento reforça a exclusão das mulheres da autoridade eclesial, reproduzindo, no campo religioso, a mesma hierarquia que estruturava a família e a sociedade judaico-romana. A repressão da voz feminina no culto legitima uma ordem em que o sagrado pertence ao masculino e o feminino é relegado ao doméstico e ao silencioso, visto ainda nos tempos de hoje.

A recorrente apropriação do corpo feminino em guerras e conquistas também é retratada em Números 31:17–18, quando Moisés ordena que os israelitas matem mulheres e meninos midianitas, poupando apenas as meninas virgens para si. A utilização de meninas como espólio de guerra denuncia a naturalização da dominação sexual como prêmio do guerreiro, refletindo práticas comuns às culturas patriarcas da antiguidade, mas cuja permanência simbólica continua influente até os dias atuais.

Ainda destacamos o episódio do estupro de Tamar por seu meio-irmão Amnon, filho de Davi (2 Samuel 13). Tamar clama contra a violência e implora por justiça, mas é silenciada e depois abandonada. Apesar da gravidade do crime, Davi, seu pai, nada faz. Essa omissão do rei, símbolo de autoridade, representa o fracasso do patriarcado em proteger as mulheres, mesmo quando a violência ocorre dentro de seus próprios muros. Tamar termina sua vida isolada e desolada, como muitas mulheres que enfrentam a violência sem apoio institucional.

Esse panorama revela que a violência e o domínio masculino não são apenas questões morais individuais, mas refletem estruturas sistêmicas que foram naturalizadas ao longo da história bíblica. É imprescindível que haja uma abordagem hermenêutica crítica, que reconheça o contexto cultural dessas narrativas e questione a sua utilização para justificar práticas opressivas. Além disso, é urgente resgatar as mensagens de justiça e igualdade que também permeiam a tradição bíblica, mas que muitas vezes são ofuscadas por leituras patriarcas.

Atualmente, a violência simbólica e estrutural é amplificada por discursos de líderes religiosos. Segundo Sandra Duarte Souza e Claudia Poleti Oshiro (2018), muitas mulheres evangélicas enfrentam violência doméstica em silêncio, influenciadas por ensinamentos religiosos que as obrigam a manter a “harmonia” do

lar a qualquer custo. Essa cumplicidade institucional perpetua o ciclo de violência e dificulta a busca por justiça e proteção. Como observa Fadja Fróes (2023), o feminicídio é muitas vezes o desfecho trágico de uma longa trajetória de dominação masculina, legitimada tanto cultural quanto religiosamente.

Os princípios cristãos frequentemente citados como base para justificar a violência contra as mulheres estão longe de representar a totalidade dos valores bíblicos. Aline dos Santos Pedraça (2022) aponta que é essencial desafiar as interpretações que promovem o sofrimento e a submissão feminina em nome da religião. A teóloga Lilia Sebastiani (2019), argumenta que uma hermenêutica crítica e inclusiva pode resgatar o potencial transformador das escrituras, promovendo uma visão de Deus que liberta, e não oprime.

A autora reflete uma visão profundamente reflexiva sobre o papel das mulheres na Igreja e sobre a necessidade de transcender barreiras culturais e espirituais para alcançar uma verdadeira experiência de fé e humanidade, percebendo-se a religião como uma dessas barreiras. Argumenta-se que a abertura para o outro, não apenas no discurso, mas na prática e na verdade dos atos, é indispensável para o encontro com Deus e para o florescimento do amor em sua dimensão mais plena. Essa postura exige uma superação das barreiras impostas pela tradição e pela rigidez das interpretações religiosas que, muitas vezes, perpetuam desigualdades e hierarquias de gênero.

A menção à "nova consciência de si" das mulheres destaca um ponto central: o protagonismo feminino no espaço religioso é essencial para o futuro da Igreja e para o progresso da humanidade. O despertar dessa consciência não deve se limitar ao âmbito pessoal, mas deve ser compartilhado e colocado em prática de forma comunitária, contribuindo para a transformação das relações humanas e sociais. A partir desse reconhecimento, a construção de um futuro mais igualitário depende da colaboração entre mulheres e homens, especialmente na conscientização das "armadilhas do sagrado". Essa crítica ao uso do "sagrado" como instrumento de opressão, levantada por Sebastiani (2019), ressoa com debates contemporâneos sobre a necessidade de reinterpretar as escrituras e práticas religiosas de modo a promover a igualdade e o respeito mútuo.

Ao enfatizar que a dicotomia entre sagrado e profano pertence a uma lógica pré-cristã, as tradições religiosas que se baseiam em distinções excludentes são desafiadas. Jesus, como modelo central do cristianismo, demonstrou em sua vida e

ensinamentos que a verdadeira fé transcende essas categorias, buscando uma espiritualidade centrada na inclusão, no amor e no serviço. Assim, para que mulheres e homens sejam discípulos autênticos de Cristo, é necessário romper com os limites impostos por estruturas religiosas que desumanizam ou diminuem o outro.

Portanto, a renovação da fé cristã passa pelo reconhecimento e pela superação das barreiras impostas pelo "sagrado" em sua forma institucionalizada. Essa transformação exige uma prática de acolhida, diálogo e compartilhamento que valorize a unicidade de cada indivíduo e promova a igualdade entre os gêneros. Ao seguir o exemplo de Cristo, a Igreja pode se libertar de dicotomias obsoletas e se tornar um espaço de verdadeira comunhão e crescimento humano e espiritual.

Esses padrões de violência reforçam a necessidade de uma revisão das práticas religiosas e educacionais dentro das igrejas. Um diálogo honesto e crítico sobre os princípios cristãos poderia desconstruir justificativas abusivas e incentivar uma leitura mais igualitária da Bíblia, reconhecendo a dignidade e a autonomia das mulheres como inerentes ao projeto divino.

As leituras conservadoras e fundamentalistas da doutrina bíblica frequentemente promovem uma visão de mundo hierárquica, em que o papel do homem como líder da família é interpretado como um mandamento divino. Essa perspectiva, muitas vezes baseada em passagens como Efésios 5:22-24, que exortam as mulheres a se submeterem aos seus maridos, pode contribuir para a perpetuação de situações de violência doméstica. A compreensão literal e rígida desses textos bíblicos não apenas ignora o contexto histórico em que foram escritos, mas também dificulta o acolhimento e a proteção de mulheres que enfrentam abusos, pois essas interpretações reforçam a ideia de que a manutenção da família deve ocorrer a qualquer custo.

Destarte, trago na seção seguinte, uma discussão sobre mulheres submissas em lares cristãos evangélicos.

### **2.3 Mulheres submissas em lares cristãos evangélicos**

Inicialmente é imprescindível destacar que a defesa do papel de autoridade do homem sobre as mulheres, sustentada por lideranças religiosas cristãs, reflete um enraizamento profundo do patriarcado nas instituições religiosas. Lilian Sales e Ricardo Mariano (2019) destacam que o ativismo político de grupos religiosos

frequentemente opera como uma resistência organizada contra pautas de igualdade de gênero e direitos das mulheres. Essa atuação parte da interpretação literal de textos sagrados, utilizados para validar a hierarquia masculina como parte de uma ordem divina imutável. Essa dinâmica não apenas reforça desigualdades estruturais, mas também dificulta o avanço de políticas que busquem corrigir essas injustiças.

Ao discursar sobre mulheres submissas em lares cristãos evangélicos, o estudo de Ruzycki (2023) apresenta um discurso pautado em uma realidade real, mencionando que os líderes religiosos utilizam seu discurso não só na igreja, como nas mídias sociais para disseminar normas e valores que perpetuam a submissão, sobre um olhar que muitas vezes é interpretado como inferiorização das mulheres. O estudo ressalta que a linguagem simbólica de submissão feminina é amplamente difundida como um valor cristão fundamental, gerando impacto direto na formação de representações sociais.

Nessa linha de raciocínio, Marcos da Cruz Alves Siqueira e Geiva Calsa (2024) argumentam que as pedagogias cristãs reforçam narrativas binárias e hierárquicas, limitando as mulheres ao papel de cuidadoras e reproduutoras de uma moral patriarcal. Esses discursos configuram uma violência simbólica que atravessa gerações, consolidando um ciclo de exclusão.

Por vezes, a falta de sensibilidade às mulheres é agravada por discursos religiosos que desconsideram o sofrimento das mulheres e enfatizam o perdão e a reconciliação como soluções prioritárias. Conforme observado por Souza e Oshiro (2018), muitas igrejas evangélicas minimizam a gravidade da violência doméstica e, em vez de oferecer apoio efetivo às mulheres, frequentemente as encorajam a permanecer no casamento para preservar a unidade familiar. Essa abordagem coloca a responsabilidade da resolução do conflito sobre as vítimas, enquanto os agressores permanecem protegidos sob a ideia de arrependimento e redenção.

Além disso, as interpretações fundamentalistas raramente reconhecem a violência como uma violação dos princípios bíblicos de justiça e amor ao próximo. Como destacado por Cruz e Pereira (2020), o moralismo neopentecostal muitas vezes molda a compreensão da violência de gênero como uma questão de ordem familiar, em vez de uma questão de direitos humanos. Essa visão prejudica a possibilidade de ações concretas para proteger as mulheres e combater as causas estruturais da violência, como o patriarcado e as desigualdades de gênero, ao priorizar um discurso de submissão feminina e perdão incondicional.

Por outro lado, é possível encontrar dentro do cristianismo vozes que questionam essas leituras conservadoras e buscam reinterpretar a doutrina bíblica à luz de princípios de igualdade e dignidade humana. Adilson Ferreira Bispo et al. (2023) destacam como o diálogo inter-religioso e uma leitura crítica dos textos sagrados podem promover uma abordagem mais sensível e inclusiva, permitindo que líderes religiosos desempenhem um papel de acolhimento e apoio às vítimas de violência. Essa perspectiva ressalta que, enquanto a fé pode ser usada para perpetuar a opressão, ela também pode ser uma ferramenta poderosa para a libertação e o empoderamento das mulheres.

Tabata Pastore Tesser (2019) aponta como o discurso religioso hegemônico frequentemente legitima a violência contra as mulheres, especialmente em contextos em que a submissão feminina é enfatizada como um valor central. Essa visão, sustentada por interpretações fundamentalistas da Bíblia, reforça a ideia de que a violência doméstica pode ser tolerada ou até justificada em nome da ordem divina e da hierarquia familiar. O discurso religioso, quando não questionado, torna-se um mecanismo de controle e submissão, permitindo que as vítimas de violência sejam deslegitimadas ou responsabilizadas por sua condição.

Karen Armstrong (2009) explica como o fundamentalismo religioso, que perpassa o judaísmo, cristianismo e islamismo, compartilha uma visão comum sobre o papel da mulher: a subordinação ao homem. Em todas essas tradições, os textos sagrados foram interpretados ao longo da história de maneira a justificar e consolidar uma estrutura patriarcal, que, quando associada ao uso do poder religioso, pode contribuir para a manutenção da violência de gênero. A figura de Deus, nesses contextos, torna-se um argumento para perpetuar a dominação masculina e a exclusão das mulheres de posições de poder e autonomia.

Em sua contribuição teórica, Marcos de Alencar Miranda (2018) discute especificamente como a moralidade neopentecostal, ao associar a mulher com a subordinação ao homem, contribui para a legitimação de um ciclo de violência doméstica. A ênfase em passagens bíblicas como Efésios 5:22-24 e 1 Coríntios 11:3, que apelam para a submissão das mulheres aos maridos, é central nesse processo. Quando líderes religiosos minimizam a violência, pedindo que as mulheres se submetam aos seus maridos em qualquer situação, essas mulheres frequentemente se encontram em uma posição de total vulnerabilidade, sem apoio ou perspectiva de saída.

Nessa linha de pensamento, Korinna Zamfir (2018) reflete sobre o impacto do fundamentalismo religioso na perpetuação de preconceitos de gênero e na violência contra mulheres. Para ela, as interpretações conservadoras das escrituras, muitas vezes, são usadas para submeter as mulheres a um lugar inferior, anulando suas vozes e experiências. Isso é facilitado pela criação de uma narrativa religiosa que vê a mulher como "propriedade" ou "suporte" do homem, ao invés de reconhecê-la como um ser autônomo e digno de direitos.

Além disso, John Andrew Morrow (2020) e Adrian Thatcher (2020) discutem como versículos da Bíblia e do Alcorão, quando interpretados de maneira literal e fundamentalista, podem ser usados para justificar a violência contra as mulheres, mas também ressaltam que é possível ler esses textos de forma mais crítica, levando em consideração contextos históricos e culturais. Em contrapartida, Robson Ferreira Fernandes (2023) propõe resistência ao uso fundamentalista da religião para justificar abusos, destacando a importância dos movimentos sociais<sup>4</sup> para combater as ideias conservadoras e promovam a igualdade de gênero dentro da educação religiosa no âmbito da sociedade.

Finalizo a seção do capítulo 2, trazendo no capítulo 3, algumas narrativas de mulheres evangélicas vítimas de violência doméstica em lares cristãos, onde apresento relatos de memórias, vozes e a verbalização de seus sofrimentos.

---

4 Cito como exemplo o Grupo Flor de Manacá (<https://grupoflordeamanaca.blogspot.com/>) – mulheres feministas evangélicas; e o movimento político de cunho internacional: Católicas pelo Direito de Decidir (<https://catolicas.org.br/>).

## CAPÍTULO 3 - NARRATIVAS DAS MULHERES CRISTÃS EVANGÉLICAS DA IGREJA BATISTA CENTRAL COLIBRIS EM JOÃO PESSOA -PB.

O referido capítulo dá ênfase às narrativas das mulheres entrevistadas, nas quais as vítimas relataram suas experiências, reconstruindo suas memórias e verbalizando seus sofrimentos em um contexto onde a fé cristã protestante atravessa suas subjetividades. Diante dessa grave realidade social, é importante enfatizar que: “A triste e terrível estatística brasileira nos alerta a não desistir da luta: é preciso que o tema adentre nossas igrejas e faça morada nelas” (César, 2021, p. 12). Ao compreenderem que suas vidas foram marcadas por episódios de violência doméstica em seus próprios lares, essas mulheres buscaram, por meio da espiritualidade, um espaço de refúgio.

Nesse sentido, os tópicos a seguir apresentam as narrativas organizadas com base nas categorias analíticas construídas ao longo da Análise Textual Discursiva (ATD). A primeira categoria: “Vozes e Experiências de Mulheres Cristãs Evangélicas diante da Violência”, reúne memórias e relatos sobre os episódios vivenciados, marcados por opressão, medo e silenciamento. Já a segunda categoria: “Submissão, Fé e Consequências da Violência no Cotidiano”, evidencia os efeitos práticos e simbólicos dessa violência em suas vidas, especialmente a relação entre fé, submissão e resistência. A estrutura narrativa segue, portanto, a ordem das perguntas elaboradas durante o grupo focal, valorizando a escuta ativa e a potência de suas vozes como forma de denúncia, reflexão e busca por autonomia.

### 3.1 MEMÓRIAS E VOZES DAS MULHERES CRISTÃS EVANGÉLICAS DA IBC E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

*Mulher 1 - Tenho 37 anos, sou chefe de cozinha com curso superior em gastronomia, trabalho na área como cozinheira / personal chefe, minha renda mensal é R\$ 3.800,00. Sou branca. Estou separada há setes meses e moro com duas filhas.*

*Ser mulher é entender o que o senhor fez por nós, nos trouxe ao mundo para gerar para crescer a descendência. Ser mulher no âmbito espiritual é ser guia, é ser professora, é ser direcionadora, principalmente de meus filhos, em relação a busca, a conhecer Jesus, o futuro dos nossos filhos está nas mãos das mulheres, o pai tem o local da fala dele, mas é a mulher que educa.*

*É a mulher que educa o filho na presença do senhor, tenho certeza que a mulher solteira ou casada tem o poder de definir a próxima*

*geração. Uma geração com menos violência, uma geração com jovens saudáveis. Vejo isso dentro da minha casa após meu posicionamento, e sei que se isso acontecesse em todos os lares teríamos mulheres mais valorizadas, homens menos agressivos, menos narcisista, menos misógino, porque eu vi isso, passei por isso, e sei que a mãe tem muita culpa nessa questão familiar de educação e direcionamento com essa violência contra a mulher dentro dos lares e principalmente na igreja. Eu sofri violência doméstica na infância por um homem, , por ele ser pastor na época, não pensei que ele fosse capaz de fazer aquilo comigo, eu chamava ele de painho, ele minha filha, meu padrasto, que aos dez anos começou com alisados e eu era inocente. Quando fiz treze anos que entrei na puberdade as coisas pioraram. Fugi de casa, não só fui de casa, mas fui do evangelho, da presença do senhor.*

Ao observar a narrativa inicial da entrevistada, violentada e perdida na busca da reconstrução da vida, percebi em seu olhar a tristeza vinda da lembrança, pois narrar um caso tão delicado de violência doméstica na infância não é fácil, é uma marca que dura para sempre, visto que hoje, na fase adulta não consegue esquecer o acontecimento, de acordo com suas palavras, a fuga foi o primeiro passo para a busca da libertação, onde exigiu que a mesma passasse por um processo complexo que envolveu ressignificar sua vida. Na narrativa da mulher 1, o pastor violentador é seu padrasto, caso muito grave que precisa ser revisto e trabalhado nas igrejas evangélicas como tema social e emergente, que enseja uma análise da interpretação bíblica feita na igreja e como essa compreensão é colocada no contexto da submissão.

A teoria de Cruz e Pereira (2020) mencionada anteriormente é plausível por esclarecer que a violência contra as mulheres, principalmente as praticadas por líderes religiosos de igreja, que usam o nome de Deus, e que encontram suas justificativas em interpretações distorcidas de textos bíblicos, discursos de líderes religiosos e histórias que permeiam a tradição cristã, representa o moralismo neopentecostal, que frequentemente reforça papéis de gênero que naturalizam a submissão feminina e justificam comportamentos abusivos.

A narrativa da entrevistada continua:

*Não acreditava que existia um Deus que levantava um pastor, eu com 13 anos não tinha maturidade, e que esse pastor abusava e fazia o que queria comigo e eu apanhava muito da minha mãe, ela não acreditava em mim , perdi muito de viver Cristo por causa desse abuso em minha infância, de uma pessoa desequilibrada, pedófilo. Mas que em meio a um cargo ministerial de ser pastor só foi creditada a ele as*

*coisas que ele fez, a pedofilia, quando ele fez algo maior quando estuprou uma adolescente de 13 anos, filha de liderança dentro da igreja. Isso não é de hoje, tenho 37 anos e na época tinha 13 anos. Então essa credibilidade que as pessoas dão a homens dentro da igreja por serem ministros, missionários e pastores etc. É creditado a eles uma confiança que não deve existir de forma alguma. Hoje não crio minhas filhas da forma que fui criada. Não confio em homem algum, ele não é o que os olhos veem, peço sempre ao espírito santo que me dê sabedoria para minhas filhas não estarem perto desses homens dentro da igreja (Mulher 1).*

Por esta razão, é necessário que a mulher não se cale diante de uma violência sofrida, especialmente no contexto casa / igreja, fazendo-se necessário descortinar o véu do silêncio, tirar a cortina e mudar a realidade. Segundo a narrativa, conviver com um pastor padrasto violentador em sua casa foi a pior experiência sofrida por essa mulher, pude perceber seu olhar marcado por um passado presente, a partir do choro que pode durar uma vida toda. E continua a fala da mulher 1:

*Quando adulta tive um relacionamento namoro e noivado dentro da igreja, porém nos conhecemos fora da igreja, mas como já conhecia a palavra queria voltar e ter uma relacionamento na igreja, porém não percebi ele tinha traços de narcisista que aumentaram e ficaram piores dentro da igreja, porque ele se baseava na palavra, sobre submissão, que o homem deve ser o sacerdote da casa.*

*Ele usava isso contra mim e acabava com meu emocional. Eu entrei no relacionamento pesando 70 KG , muito bem, treinava, me alimentava bem, minha casa era saudável, só era eu e minhas filhas, ele destruiu tudo com dois anos, ele só não levou minha vida porque Deus abriu meus olhos. Porque ele era manipulador, usava os pastores, que eram homens, e percebo que dentro da igreja existe isso ainda, a misoginia, o machismo.*

*Na igreja era flores, presentes, na internet declarações e tudo que ele me oprimia dentro de casa as palavras que ele lançava para mim ficavam escondidas e ninguém acreditava em mim, passei dois anos foi muito difícil, iniciei o relacionamento com 70KG e terminei com 130 KG, depressiva, hipertensa, diabética, doente, com compulsão alimentar porque ele me manipulava de que forma eu não saia de casa mais, só tinha um emprego, antigamente tinha dois. Era um ciúme excessivo que eu achava que era amor e não era. Ele representava uma autoridade doentia sobre mim.*

*Era o medo dele perder a presa dele, e aí não saia de casa, não fazia exercícios eu não fazia mais nada da vida. E ele sempre me magoava, maltratava fazia greve de silêncio e na igreja era sorrisos e sorrisos, quando chegava em casa calava a boca e eu que morresse com minha raiva e indignação, não havia diálogo, ele me matava em silêncio dentro de casa e se eu não fizesse uma comida no momento de raiva minha, ele dizia você é insubmissa, e dizia Deus vai vir e vai destruir tudo, porque você é a base, ele usava a palavra para acabar com meu emocional.*

Nesse contexto da narrativa, torna-se perceptível que muitos homens misóginos fazem menção à palavra de Deus, distorcendo a interpretação contida no contexto da bíblia, visto que o termo submissão por ser apresentado de forma ambígua promove esse conflito. E assim, muitos usam a palavra “submissão” para tirar proveito, não levando o bem ao outro, de modo a se pensar que, assim como a mulher deve ser submissa ao homem, nada impede que o homem também seja submisso à mulher, levando-se a perceber que por trás desse caso narrado pela mulher 1, tem um agressor caracterizado pela maldade e impulso de seus desejos carnais.

E assim, justificando a submissão na bíblia temos: além da submissão a Deus, a Bíblia fala sobre a submissão entre todos (Efésios 5:21). Submissão significa viver pensando no bem dos outros, largando o egoísmo. Em vez de cuidar somente de si, da crente deve se preocupar com seus irmãos. Submissão é estar pronto para abdicar de seus próprios desejos se isso for melhor para outra pessoa (Filipenses 2:3-4).

E continua a fala da entrevistada:

*Foi muito difícil sair desse relacionamento, inclusive consegui sair desse relacionamento em março desse ano. E mesmo separada ele consegue manipular as pessoas a ficarem contra a mim, pessoas que me conhecem há mais de dez anos, não acreditavam em nada do que eu falava porque pensavam eles que o obreiro da igreja jamais faria isso, na frente das pessoas ele era uma coisa e por trás outra.*

*Terminei em março desse ano, doente depressiva, eu hoje já perdi 40 KG, minha casa tem paz, tranquilidade, há dois meses ele me ameaçou dizendo que recebeu uma palavra de Deus dizendo que eu era dele, que eu tinha que voltar para ele dizendo que a justiça do senhor ia recair sobre minha vida. Que se Deus disse que era eu só a morte.*

*Só que eu entendo que não tinha casado, mesmo que tivesse não é motivo para eu ficar debaixo dos braços de uma pessoa que estava usando a palavra do senhor para me maltratar. Ele maltratava minhas filhas com palavras, minha filhas ficaram traumatizadas, ele foi a primeira pessoa que botei dentro de casa quando me separei do pai das minhas filhas.*

Foi possível perceber as sequelas na vida dessa mulher, atingindo a vida das filhas que vivenciaram tudo. Considerada uma grave realidade social, a violência doméstica em lares cristãos evangélicos, precisa de uma atenção dos líderes religiosos que pregam a palavra de Deus. Notando-se que a religião e/ou a

religiosidade perpetua o patriarcado e o silêncio, não escutando a dor da violência sofrida pelas mulheres, e assim, por reafirmar o verdadeiro compromisso em proteger e cuidar da vida daqueles que buscam um apoio espiritual, considerando que a missão de Jesus na terra foi cuidar e sacrificar-se pelos outros, romper com esse ciclo é algo emergente.

Quando menciono que a igreja representada pelos líderes religiosos, que pregam a palavra de Deus, precisa dar uma atenção especial ao problema, alguns pontos devem ser discutidos nesse contexto: Por que os homens são tão sensíveis à prática da violência doméstica no lar cristão? E por que as mulheres suportam a violência? Por que as igrejas, em sua maioria dirigidas por homem, não se preocupam com essa grave realidade que atinge os lares cristãos evangélicos?

Diante dessa grave realidade, assuntos relacionados a violência doméstica em lares cristãos evangélicos devem ser apresentados e trabalhados nas igrejas evangélicas como tema social de urgência nas reuniões de células (que ocorrem semanalmente entre os membros da igreja), e assim, tratar sobre a interpretação bíblica no contexto da submissão feminina, resgatando o verdadeiro sentido da aliança entre Jesus e a Igreja. Mesmo sendo um desafio aos olhos de muitas pessoas, especialmente as não cristãs, é possível a realização desse trabalho tão importante nas comunidades de fé, com um único objetivo, de combater a violência contra as mulheres em lares cristãos evangélicos. Diante de uma maturidade religiosa que consiga separar o culto e o respeito ao sagrado do direito jurídico de uma vida sem violência. Refletir sobre os ensinamentos do Cristo acima de qualquer atitude contrária ao amor também presente do livro sagrado. O desafio é multiplicar a coragem de grupos a exemplo das mulheres de Flor do Manacá, que ousaram se reunir “para fazer leitura Bíblica de Gênero”, por acreditarem que era possível “experimentar outro rosto de Deus”, e a partir desse tipo de leitura, começaram a sonhar, mas também se libertar “de tantas coisas impostas pela cultura patriarcal e, portanto, machista” (GRUPO FLOR DE MANACÁ, 2025, p. 1).

Ressaltando que esse quadro devastador de violência atinge não só as mulheres, bem com os filhos e filhas. Enfim, toda a família é vítima, pois sofrem lamentam e choram com o problema.

E continua a narrativa da mulher 1:

*Frequentei algumas igrejas que não deram atenção nenhuma ao que sofri. Mas Hoje concreto na IBC - Igreja Batista Colibris, continuo sendo cristã protestante. A igreja que estou atualmente tem me ajudado muito com apoio psicológico, temos uma psicóloga, apoio no dia a dia com células frequentes de mulheres, vêm outras pessoas de outros lugares com estudos direcionados a coisas que vivemos no cotidiano com a presença de nosso pastor sempre que necessário, seja em gabinete com ele ou sua esposa, ou com alguém que ele direcione e tenha a capacidade de ouvir e entender e nos direcionar o que fazer porque quando a gente sofre um abuso nossa vida fica como uma montanha russa, um dia está bem, outro dia me sentia um lixo fracassada.*

*Minha religião vivida me direciona a quem Deus quer que eu seja, ao porque estou aqui, ao porque Deus me deu filhos, ao porque Deus quer que eu esteja posicionada na religião para criar minhas filhas e entender o meu valor. Sempre vejo mulher moderna, as mulheres emponderadas, meu empoderamento vem de Cristo. Vem da minha religião, o empoderamento não é nada que o mundo mostra lá fora. É ter Deus como prioridade, minha autoestima vem do senhor, ele me ensinou a viver uma vida plena em tudo.*

*A bíblia me ensina ser uma boa mãe, a ser uma boa filha, a ser uma boa profissional, e a entender que tudo o que não sei na vida eu vou aprender aonde? na minha religião com meus pastores. Sinto um refrigerador para a alma quando venho para a igreja, para a casa do senhor. Hoje a submissão para mim, só penso se for ao Senhor, ao homem jamais. Com o sofrimento aprendi a fazer uma nova leitura sobre submissão.*

Diante do relato de uma mulher com marcas de violência doméstica, pude perceber na voz da entrevistada, que sua força para continuar a vida está relacionada à fé em Deus, à religião vivida, onde a mesma recebe acompanhamento espiritual pelo pastor e sua esposa. Atualmente, essa mulher é líder de um grupo de mulheres que buscam resgatar a autoestima por terem passado também por problemas semelhantes aos seus. A mesma falou ao final que a igreja para ela é um ambiente de fé e solidariedade.

Outro momento marcante na fala da mulher 1, foi o discurso da ameaça sofrida pelo ex-marido em plena madrugada, onde o medo fez com que ela buscasse ajuda em sua comunidade de fé. E o pastor atendeu seu pedido de socorro a levando a delegacia para registrar um BO, sendo plausível retratar ainda, que a mulher frisou que a submissão trouxe grave consequência em sua vida, narrando claramente que a questão da submissão deve ser revista diante do sofrimento, percebendo o problema não pelo líder da igreja, mas diante da experiência e da dor da violência.

Embora a igreja represente para a mulher 1 - um ambiente de fé e solidariedade, e nela encontre apoio para vencer os traumas decorrentes da violência

doméstica, autores entram em confronto com essa realidade, defendendo que, seguro, no entanto, é afirmar que a Igreja Cristã reforça a ideia de que existe uma hierarquia de gênero a ser respeitada nas relações humanas e que, nessa divisão, às mulheres cabe o segundo lugar.

De acordo com Sarah Bessey (2013) trata-se de uma visão que a teologia denomina “complementarista”, isto é, que defende que o padrão bíblico determina a liderança masculina. Essa corrente se contrapõe à chamada “igualitarista”, que acredita que a autoridade não é definida por gênero, mas por talentos, qualificações e capacitação do Espírito Santo. Os igualitários também ensinam que a Bíblia convoca todos os cristãos a se submeterem uns aos outros, dando exemplo de humildade e de disposição para servir.

Destaca-se que, quase todas as passagens bíblicas que apoiam a interpretação complementarista são de autoria do apóstolo Paulo, e ele retorna aos escritos sagrados do Gênesis para fundamentar o que diz, reforça Bessey (2013).

Por esta razão, muito se tem discutido acerca do contexto violência, religião e mulheres evangélicas, dando ênfase a capítulos e versículos bíblicos que focam a submissão da mulher em relação ao homem, desencadeando a violência doméstica em lares cristãos protestantes. E assim, temos outras passagens bíblicas que demonstram a autoridade do homem sobre a mulher.

Não permito que as mulheres ensinem aos homens, nem que tenham autoridade sobre eles. Antes, devem ouvir em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, e depois Eva. (I Timóteo 2: 13-14, NVT). Pois o homem não se originou da mulher, mas a mulher do homem. E o homem não foi criado para a mulher, mas a mulher para o homem. (I Coríntios 11:8-9)

Posteriormente, temos a narrativa da segunda participante da entrevista, vítima de violência doméstica em lar cristão:

*Mulher 2- Tenho 48 anos de idade, graduada em administração, sou auxiliar administrativa, trabalho na área da saúde, renda 1.800,00. Branca. Sou casada e tenho dois filhos adolescentes. Para mim ser mulher hoje é um desafio.*

*Sofri violência doméstica na infância e adolescência, a violência doméstica nos trouxe várias sequelas, a gente recebia toda absolvição de violência doméstica através do pai, meu pai era alcoólatra, e minha mãe trabalhava para dar o sustento de casa.*

*E no contexto da igreja já sofri violência doméstica também, tanto eu como minha família, especialmente minha filha que foi violentada,*

*estuprada por um pastor pedófilo. Eu servia na casa do senhor como missionária, fazia missão, e nessa ocasião fomos convidados pelo pastor da igreja na qual congregava na época, foi precisamente há cinco anos que passamos por esse problema que não me deixa esquecer um só dia. Resumindo fomos eu, meu marido e meu filhos em busca da missão na região norte, sendo que precisava sair de casa para fazer a obra e deixava meus filhos na casa que morava, casa cedida pelo pastor pedófilo, lembro hoje com uma dor no coração e desespero na alma só em relembrar isso.*

Reforço aqui, que nesse momento, que a entrevistada chorava muito, ficou muito emocionada e no momento que relatava o fato não permitiu a gravação. Mas liberou a narração para exposição desse caso de violência doméstica ocorrido no contexto familiar.

E continua a exposição da narração:

*Como a mãe tem pressentimento, em um certo dia deixei meus dois filhos, um menino de (8 anos) e uma menina ( de 10 anos) em casa, e fui fazer missão com meu marido em uma cidade vizinha, confiava no pastor e achava que jamais teria uma cópia da chave da casa que estávamos morando. E fui inquietada a deixar meu marido fazendo a missão e peguei um transporte e fui para casa. Ao chegar lá, vi logo o carro do pastor na porta e fiquei desesperada pensando que ele poderia está fazendo um mal aos meus filhos. E quando entrei na casa estava meu filho de 8 anos preso em um quarto passando fome o dia todo, e flagrei ele em outro quarto em cima de minha filha, quando empurrei a porta parti para cima dele e disse: seu imundo o que está fazendo em cima de minha filha? E ele respondeu com ironia, dizendo não estou fazendo nada, e demonstrou sentir raiva por eu ter chegado no momento, e minha filha chorava, me olhava paralisada e sem forças para falar, gritei com ele, bati nele e mandei ele sumir. E ele saiu como se nada tivesse acontecido e com o semblante de muita raiva. Me deixou oprimida, e o mais triste é que não pude socorrer a minha filha antes que acontecesse isso. Fiquei sem saber o que fazer, pois conversei com minha filha e pedi por tudo que ela não falasse para o pai o que aconteceu porque o pai iria matar o pastor. E ela inocentemente disse, eu não falo, prometo. Conversei muito com ela, tentei confortá-la, e ela só chorava juntamente comigo. Quando meu marido chegou à noite da missão, já estava com as malas prontas e disse a ele que teríamos que voltar às pressas para nossa casa na Paraíba, e ele me perguntava o porquê, e disse que Deus tinha revelado algo que deveria ser resolvido, e que o melhor seria a volta para a Paraíba. Nós sobrevivemos, e hoje com traumas irreversíveis, fazemos terapias e recebemos acompanhamento espiritual nessa atual igreja que congregamos, a IBC, lugar que me senti acolhida e me fez acreditar que é possível se levantar e acreditar que Deus pode mudar histórias de vidas. Confesso que não posso falar sem chorar e peço desculpas pela emoção, pelo desabafo. Minha filha vítima de violência, hoje tem 15 anos, é uma adolescente muito insegura, tem medo de tudo, não gosta de compartilhar amizades. Deixei de*

*trabalhar para acompanhar sua vida, pois Deus me dá sabedoria para enfrentar a situação delicada que é. A fé me transportou na convicção da justiça de Deus, na restauração da minha alma e mente, da minha família. A fé me fez entender que Deus não é culpado pelo que passamos. Mas ele é o justo juiz, quando entendi que a justiça vinha dele, e ele iria fazer, eu entendi que eu iria aceitar e esperar o tempo de Deus. Entreguei a ele toda situação da qual foi vivenciado eu e minha família. E hoje podemos entender que Deus resolveu, de que forma, tratou nossa mente e nosso corpo, nos fez entender que ele é médico dos médicos. Fazer a obra tem me dado alegria, satisfação, ver que ajudar a aconselhar, apoiar tem me feito ver que meu problema é bem menor do que meu irmão está a meu lado. Voltar a fazer a obra depois de todo processo é superação. Estou retornando a fazer a obra, ou seja, a ser discípula de Cristo, a pregar sua palavra. Confesso que quando venho a casa de Deus rego a minha alma. Hoje sou submissa a Deus, e ao homem jamais, a não ser que ele seja bom, me trate bem, cuide de mim.*

É exatamente uma situação desse tipo, que nos leva a refletir sobre até que ponto um homem que se passa por pastor e/ou líder religioso, consegue de forma cruel e odiosa promover uma violência tão grave como foi essa, tendo por vítima uma criança ingênuas, indefesa, com apenas 11 anos de idade, que foi estuprada por um falso pastor pedófilo. Onde sua mãe servia a Deus, numa obra missionária e ao mesmo tempo foi enganada. Vimos o retrato de um homem cruel, que transgrediu a palavra de Deus, já que Deus representa amor ao próximo no contexto bíblico.

Destarte, para confrontar com essa situação, cabe acentuar aqui, que o amor ao próximo é um tema central na Bíblia, com diversos versículos enfatizando sua importância, em que o mandamento mais conhecido é encontrado em Mateus 22:39: “Amaras o teu próximo como a ti mesmo”.

Além disso, 1 João 4:20 afirma: “Se alguém diz: Eu amo a Deus, e odeia a seu irmão, é mentiroso”. Pois quem não ama a seu irmão, ao qual viu, como pode amar a Deus, a quem não viu? No entanto, esses versículos destacam que o amor a Deus e ao próximo estão intrinsecamente ligados. Portanto, nos finais do tempo, pessoas estão fazendo interpretações pessoais sobre a palavra de Deus para promover o mal ao próximo. Por outro lado, a ambiguidade existente na linguagem da escritura sagrada promove esse grave problema. Como foi perceptível na narração da mulher 2.

Enfim, como pesquisadora, e mulher cristã, deparo-me com uma situação muito delicada, nunca imaginei ouvir do meio cristão protestante um testemunho tão forte sobre a violência doméstica, um pastor cruel, misógino e desumano, um líder de igreja pedófilo. O que tentamos entender é o que levaria um ser humano, ou homem a

praticar um ato horrível como esse exposto por essa mãe sofrida, esse homem não é digno para estar à frente de uma igreja, usando de sua maldade para representar o nome de Deus para oprimir.

E assim reforço, o argumento de Pedraça (2022) quando em sua teoria busca desafiar as interpretações que promovem o sofrimento, o sacrifício e a submissão feminina em nome da religião. Por outro lado, a teóloga Lilia Sebastiani (2019), argumenta que uma hermenêutica crítica e inclusiva pode resgatar o potencial transformador das escrituras, promovendo uma visão de Deus que liberta, e não oprime.

Posteriormente a mulher 3, por concordar que também foi vítima de violência doméstica, respondeu a entrevista de forma espontânea, onde relatou através da memória, o sacrifício ou sofrimento que passou. Termos empregados por ela.

A terceira entrevistada se apresenta com os seguintes relatos:

*Mulher 3 - Tenho 57 anos, ensino médio completo, costureira, recebo o salário mínimo, branca. Sou divorciada, e convivo com um companheiro. Ser mulher é ser mãe, ser esposa, companheira, e ser independente financeiramente, é um conjunto de coisas que nos faz completas.*

*Sofri violência doméstica quando criança, tinha apenas seis anos, onde o marido da minha irmã, em um certo dia quando fui dormir na casa dela, fui acordada com meu cunhado me tocando. Eu não sabia o que estava acontecendo pela pouca idade, e não sabia como agir. Aos doze anos fiquei com minha sobrinha no hospital que estava doente, e outro cunhado marido de outra irmã me trouxe para casa e no meio do caminhar tinha um motel, e eu disse aonde está me levando, e ele disse vou só entrar aqui, e eu falei pois se está pensando em fazer alguma coisa comigo me mata. E ele desistiu e me levou para casa.*

*Na fase adulta sofri outra situação onde no período fazia missão, eu e meu ex-marido éramos cristãos, fazíamos parte de uma igreja e fazíamos missão para levar a palavra de Deus a toda criatura, sendo que ele em certo período resolveu me deixar em casar para cumprir sua missão, e depois saia para ficar com outra mulher, onde teve um caso e um filho com ela, sofri muito, meu pastor nessa época só dizia fique com ele e ore, parecia ser cúmplice dele, mas não aguentei, e o dei, pois vivia me sacrificando e sofrendo no casamento que não valia a pena.*

*Lembro que a reação dele quando eu abordava o assunto era dizer que eu estava maluca, estava doida, estava inventando coisas, vendo coisas que não existia, mas Deus é tão justo que eu descobri que a amante dele estava grávida. E ele sempre tentava explicar o que fazia comigo e ainda dizia: quer você queira ou não, a mulher há tempo e segundo os teólogos antigos devem ser inferiores ao homem. Então vi que ele não tinha jeito e tomei uma atitude por não querer esse tipo de relacionamento para mim principalmente em estar na presença do*

*senhor. E mandei que ele fosse embora e ele não quis ir, então peguei minhas coisas e fui embora com meus filhos e até hoje não sei notícia dele.*

*A minha fé me ajuda em todos os sentidos da minha vida até hoje. E a igreja tem me ajudado a me firmar cada vez mais na fé, conversar com Jesus, confessar a ele tudo o que me aconteceu, para que ele me ajuda a me libertar de tudo isso, eu perdoei ele, mas não esqueci até hoje, pois a lembrança é uma marca que dura para sempre e os traumas psicológicos que carrego até hoje, mas mesmo assim, continuo perseverando na fé. Hoje sou submissa a Deus, e não ao homem.*

A mulher 3, disse algo muito agravante no contexto da violência e religião, a concepção do agressor diante da representação da mulher. Segundo ele, a mulher deve ser inferior ao homem e isso é comprovado pelos tempos remotos e aprovado pelo teólogos antigos. Isso quer dizer que, para ele, é natural, correto e aceitável a mulher ser submissa, oprimida e dominada. Como se não bastasse as péssimas recordações dessas duras palavras, a mulher enfatizou que ele costumava justificar seu erro como se agisse certo. Diante das palavras do misógino, fundamentadas nos influentes teólogos da antiguidade, esse pensamento se reflete na atualidade por muitos pregadores do século XXI, tanto nos templos físicos, como nas redes sociais, com milhões de seguidores, multiplicando a visão da fala do misógino.

Nessa linha de pensamento, Souza e Lemos (2009, p. 24) esclarecem que as mulheres foram afirmadas como naturalmente inferiores aos homens por vários teólogos cristãos que, influenciados pela filosofia clássica, argumentavam a partir de bases teológicas uma suposta superioridade masculina, legitimando, assim, a dominação sobre as mulheres.

As autoras supracitadas apontam Agostinho, como exemplo, em *De Trinitate*, afirmava que a mulher estaria privada de ser de Deus simplesmente pelo fato de ser mulher. Tomás de Aquino, na *Summa Teologica*, defendia que as mulheres possuíam uma natureza inferior e que, por isso, deveriam sujeitar-se aos homens. Para Lutero, a autoridade do marido representava uma autoridade sagrada, tendo as mulheres que se submeterem sem questionamentos. Calvino, por sua vez, afirmava que as mulheres deveriam permanecer no casamento mesmo havendo violência física, pois o marido possui autoridade sobre a esposa (Souza; Lemos, 2009).

E assim, ao transportar o debate acima para o presente, nota-se que um dos resultados desse tipo de ensino literalista e descontextualizado sobre os papéis masculino e feminino é o fato de muitos homens misóginos e/ou até mesmo de

pastores terem se tornado cúmplice da agressão contra a mulher, por muitas vezes aconselhar a mulher ficar com o agressor e orar por sua vida, e isso tende a se agravar com o tempo, ocasionando assassinatos de milhares de mulheres todos os anos. Diante deste problema, é importante ressaltar que 40% das vítimas de violência doméstica no Brasil são mulheres evangélicas, conforme o estudo da Vilhena (2016), que entrevistou muitas mulheres vítimas de violência doméstica para escrever sua dissertação de mestrado, que virou o livro *Uma Igreja sem voz: análise de gênero da violência doméstica entre mulheres evangélicas*.

Vale destacar aqui, que nas narrativas, quase todas as entrevistadas relataram que já haviam frequentado muitas igrejas e sentiam dificuldades em lidar com o problema da violência doméstica porque não recebiam apoio da comunidade de fé, apenas recebiam conselhos do tipo: ore por seu marido, é possível que haja transformação, porém, essas mulheres relataram que ao visitar a congregação IBC, tiveram a oportunidade de encontrar um pastor e a esposa do pastor que ouviram suas lamentações e entenderam o quão grave era a situação, proporcionando um acompanhamento espiritual capaz de resgatar sua fé.

Essas mulheres narraram com muita firmeza que a igreja que congrega hoje tem ajudado bastante. O pastor da igreja juntamente com sua esposa presta apoio espiritual, mantendo o gabinete aberto vinte e quatro horas para prestar assistência às suas ovelhas (expressão mencionada pelo próprio pastor). Enfim, diante da visibilidade do problema e das sequelas psicológicas decorrentes da violência doméstica dessas mulheres que sofreram abusos, pude perceber que os traumas são profundas.

Continuando a entrevista, a próxima entrevistada respondeu às perguntas direcionadas:

*Mulher 4- Tenho 27 anos, sou operadora de caixa, tenho renda mensal R\$ 2.800,00, sou branca. Sou solteira no momento, moro com minha filha. Ser mulher é sinônimo de força, luta, é conquista, é fazer de tudo um pouco. Já sofri violência física e psicológica quando fui casada. A gente nunca acha que vai passar por isso, você casa sem pensar nisso. E toda pessoa que passa por um trauma desse, fica se questionando, o porquê Deus estou passando por isso? E por si respondemos: Eu não sou ruim, mas não por si pensar em religiosidade. Mesmo sabendo que o texto bíblico diz que temos que ser submissas ao marido, eu entendo que não quer dizer que temos que tolerar a agressão física, moral e psicológico. Até porque a bíblia ensina que temos que amar e respeitar uns aos outros. E por entender dessa forma, fui me distanciando dele.*

A narrativa da mulher 4, reforçou que mesmo tendo sofrido violência doméstica, com tantos danos psicológicos, nada em relação a Deus mudou sua vida, pois mencionou que é nos momentos mais difíceis que conta com Deus. A mesma frisou que Deus era o único que estava ao seu lado sempre, seja nos momentos bons ou ruins, e que sua fé a ajuda até hoje.

Em outro momento, a mulher 4, falou sobre a ajuda da igreja com relação ao problema da violência doméstica em lares cristãos, conforme apresentado na continuação da narrativa.

*A igreja é o corpo, e Cristo é o cabeça. Aqui nos sentimos seguros, acolhidos, Nos tratamos como se fôssemos uma família. Hoje, o lugar onde venho cultuar a Deus me ajuda muito. Tem me mostrado que cada um tem livre arbítrio para escolher o que quer. E que nem todo mundo é igual. Não é porque fui magoada e ferida uma vez que vou viver isso de novo. Para mim, a igreja é um ambiente de fé e solidariedade é onde consigo regar a minha alma.*

Dando continuidade à voz da próxima entrevistada, temos o relato de suas experiências sofridas em lar cristão, onde a mesma confessou que sempre foi uma mulher submissa nos dois casamentos que teve, por seguir o contexto bíblico. Em sua voz, isso de certa forma trouxe reflexos negativos para sua vida. Eis a narrativa:

*Mulher 5 - Tenho 50 anos, sou branca, possuo nível superior, sou funcionária pública. Minha renda é R\$ 5.000,00. Atualmente estou separada. Tenho duas filhas e moro com a mais nova de 20 anos. Ser mulher é uma dádiva. Nunca sofri violência doméstica na infância, mas na adolescência sim. E no meu primeiro casamento sofri violência física quando meu marido chegava bêbado em casa. Passei dez anos com ele, eu era submissa, seguia o contexto bíblico. No período que sofri violência no casamento, frequentava uma igreja onde meu pastor me orientava orar por ele. Confesso que nessa época eu também tinha preconceito com divórcio. Mas depois de passar por muito sacrifício, sofrimento, e também um processo espiritual, resolvi me separar. Com o passar do tempo resolvi casar pela segunda vez, sendo que também sofri alguns tipos de violência, a psicológica. Nesse casamento meu ex-marido dizia ser cristão, mas pelas atitudes não era. Fui muito humilhado em todos os sentidos. E como cristã, eu me sentia muito confusa porque de certa forma a gente crê que isso nunca vai acontecer conosco. Mas ao mesmo tempo eu sabia que Deus ia me dar livramento da situação, pela segunda vez. A violência doméstica afetou na minha vida porque até hoje eu ainda tenho sequelas de danos psicológicos e na vida das minhas filhas, nessa época foi muito difícil se sacrificar por tantas coisas que não valeu a pena. A igreja que eu concrego hoje não é a mesma que eu frequentava antes de me*

separar, a primeira igreja não me deu nenhum suporte, só aconselhava que eu devia orar por ele, para ele mudar. Então hoje congro em outra igreja, a IBC Colibris, graças a Deus estou sarada, tenho a liberdade de falar o que passei com outras mulheres no encontro célula (reunião que ocorre semanalmente entre os membros da igreja. E isso é um alívio para mim. E o pastor com sua esposa ajuda com acompanhamento espiritual. Dentro do contexto da violência doméstica hoje não me considero mais uma mulher submissa porque graças a Deus, hoje eu sou livre de tudo isso que passei, mas na época eu preferia ficar calada e continuar casada mesmo vivendo todo aquele sacrifício e tormento de apanhar. Confesso, que sempre fui uma mulher submissa aos dois maridos que eu tive dentro do contexto bíblico e isso de certa forma trouxe reflexos, principalmente quando eu era casada com meu primeiro marido, o pior é que eu sempre temia ser uma mulher divorciada devido o contexto da bíblia. Eu concordo que muitas vezes nos submetemos devido a religião que seguimos, mas isso não deveria ser uma regra para se aplicar na generalidade sem se analisar o caso a caso particular porque cada casamento é único com suas peculiaridades e muitas vezes a submissão traz para mulher um certo receio dos estigmas sociais. Quando sofri esses tipos de violência às vezes me sentia como se Deus não tivesse me vendo. Mas mesmo assim, minha fé me ajudou a não enlouquecer e me ajuda hoje em saber que Deus não estava esquecido de mim. Recordo que quando frequentei a primeira igreja, eu falei para o pastor que ia me divorciar por causa dessas coisas e ele disse que eu aguardasse mais um pouco para ver se meu marido se convertia. E a espera foi longa, ele não mudou. Então, Deus me deu força e entendi que chegou o momento do divórcio, a partir daí deixei de ser submissa. Minha concepção da religião no contexto de mulheres evangélicas que sofrem de abuso psicológicos é que normalmente elas não têm coragem de assumir vivem em um contexto de violência doméstica porque elas têm vergonha do que as pessoas vão falar a respeito da sua fé e vão colocar sua fé em questionamento. Posso falar uma coisa? eu acho de extrema necessidade de levar o conhecimento da violência de gênero para as mulheres cristãs dentro das igrejas isso tem o poder de reduzir drasticamente os feminicídios mesmo dentro de um contexto religioso porque como cristã eu sei que o diabo não polpa ninguém muito menos as mulheres de Deus. Normalmente o que a gente vê na sociedade e nas igrejas são mulheres que não querem expor sua vida e detalhes e peculiaridades dos seus casamentos por piores que eles estejam ou sejam com medo do que a sociedade e as igrejas vão falar depois porque a mulher pelo simples fato de ser mulher já é muito estigmatizada e quando se trata de uma mulher cristã sofrendo abuso psicológico ou violência doméstica no contexto do seu lar as mulheres realmente preferem ficar em uma situação de invisibilidade do que propriamente se esforço para ser tratada curada e liberta de uma situação e condição de risco até da própria vida. Eu mesma vivia desse jeito e preferia ficar assim, por muito tempo eu vivi isso. Mas Deus me libertou da submissão desses ex -maridos agressores. Estar na casa do pai hoje, é ter a certeza que vou ter minha alma regada por ele, ele me dá paz. A submissão ao Senhor é algo bom, mas nem sempre a submissão ao homem vale a pena, só se houver amor, respeito e cuidado.

A mulher entrevistada concluiu dizendo:

*Por ser cristã, entendo que todo sofrimento não veio de Deus, foi o homem que provocou. Mesmo diante de tudo que passei, sou consciente de que a escritura sagrada não ensina que a mulher tem que ser submissa ao homem ao ponto de sofrer qualquer tipo de violência doméstica. Por essa razão, busco melhores oportunidades para a formação de laços espirituais na igreja, principalmente porque hoje encontrei um líder religioso que me apoia e não admite nenhum tipo de violência doméstica.*

Numa outra entrevista , a narrativa também é coerente ao contexto analisado. Recorte de uma narrativa original, que requer tratamento sensível com um tema nada sensível.

*Mulher 6 - Tenho 55 anos, sou branca, tenho nível superior em direito e pós-graduada na área, atualmente não estou exercendo nenhuma função. Estou casada pela segunda vez tenho dois filhos e dois netos. Ser mulher é ter a dádiva divina de procriar gerar filhos e educá-los para a vida e assim proporcionar uma sociedade equilibrada. Na minha infância não sofri nenhuma violência, porém na adolescência alguns "flerts" foram abusivos. Quando adulta durante 13 anos sofri abusos em todas as espécies no meu primeiro relacionamento conjugal. Me considerei totalmente desrespeitada em todos os sentidos Pois me casei no intuito de vivenciar um ambiente harmonioso e consagrado a Deus. Toda violência é danosa, seja ao grupo ou a si próprio, sim, pois causará sofrimento, dores e traumas nos indivíduos direta ou indiretamente envolvidos nas suas ações ou omissões. Hoje, tenho o contato com ele, pois deixou de ser marido, mas não deixou de ser o pai dos meus filhos. Mas minha memória traz à tona tudo isso, sofri violência doméstica durante 13 anos psicológica, verbal e física, esta foi a primeira e a última, cuja ação culminou no pedido de divórcio, eu não aguentava mais. Recordo que durante 13 anos foram palavras agressivas, depreciativas e por último chegando à física, como tentativa de estupro e agressão física. Foram muitos aconselhamentos a princípio para apoiar o casamento através de programas de casais palestras visitas de casais na nossa casa mas tudo foi em vão pois o ex- cônjuge não deixava frutificar a semente da Palavra. Após o divórcio muitos casais me deram total apoio para superar os traumas vivenciados e hoje sigo orientando futuros casais na prevenção e não na mediação. Sim eu concordo plenamente pois a mulher o termômetro da casa quando ela está bem toda sua casa parece que flui melhor e quando ela não está bem tudo desmorona.... A história mostra que uma mulher sustenta a sua família e educa de uma forma espetacular, já uma família que não tem uma mulher na administração está fadada ao fracasso. A mulher é um Porto seguro e aconchego de ternura de amor mas veja cada um desempenha um papel espetacular dentro do Lar o homem com a sua força e razão a mulher com a sua sensibilidade e força.... A sabedoria neste sentido eu acredito que consiste no discernimento e nas melhores escolhas para melhor gerir o lar. Onde há violência ali não existe o espírito de*

*Deus pois Deus ele é amor é empatia é se colocar no lugar do outro lá em Mateus Jesus orienta: o que não queres que os homens vos façam, não façais vós também a eles". Portanto, Jesus não tem culpa nenhuma nem Deus do quadro vivenciado pois eu não soube escolher ou discernir a voz de Deus pois casei em um relacionamento contrário a vontade dos meus pais e isso era a voz de Deus já me alertando, pois Ele é onisciente Ele prescruta os corações e Ele sabia que aquele ser não era uma boa escolha para mim. Com certeza a fé ela sempre foi o meu alicerce pois diante das dificuldades eu recorria em oração a Deus para me proporcionar sabedoria estratégias para sair daquele relacionamento sem maiores traumas e foi o que aconteceu.... No momento mais difícil da minha vida Deus bradou me dando uma resposta que eu procurava e falou como eu deveria agir estrategicamente para sair daquele relacionamento abusivo e isto foi feito de forma espetacular, sobrenatural (cara a cara). O meu pastor atual é totalmente contra um homem que não apoie a sua mulher em todos os sentidos inclusive nos afazeres domésticos, e ele é totalmente contra a violência doméstica no lar cristão. Atualmente frequento a igreja para regar minha alma, pois só meu pai, Deus, faz isso.*

A fé é colocada pela mulher entrevistada, como a base da confiança, mesmo em meio a dificuldades e desafios, a crença em Deus se manifesta na esperança nas promessas divinas, no controle das coisas e na certeza de que haverá sempre um recomeço em sua vida, crendo que só Deus faz isso.

Posteriormente, ao entender que sua vida é marcada pela violência doméstica em seu lar, a mulher 7, apresentou as narrativas de acordo com a sequência das perguntas realizadas.

*Mulher 7 - Tenho 37 anos, sou branca, ensino superior completa, sou consultora de vendas, renda R\$ 3.000,00. Vivo em união estável, tenho um filho. Moro com meu marido. Na minha infância e na adolescência sofri violência doméstica por parte de minha mãe. Na opinião de minha mãe tínhamos que crescer logo e sair de casa para deixá-la livre. Porque ela havia sofrido violência doméstica de meu pai. Na época éramos cristãs. Ela queria que eu saísse de casa logo. É tanto que senti a obrigação de namorar muito cedo, aos 12 anos, e casei com 15 anos. No primeiro casamento não sofri violência doméstica, mas como tinha traumas de minha mãe deixei meu marido sem motivo nenhum. Fiquei só, mas em minha mente em não podia ficar solteira, conheci outro homem e casei de novo. No segundo casamento, já sofri violência doméstica, a física, e sofro hoje, violência moral e psicológica. No meu lar sofro violência doméstica porque meu marido é machista. Me submeto e tolero a violência doméstica devido o sentimento de afeto que sinto por ele, e por meu filho que é apegado a ele. Quero criar nosso filho junto. Sei que estou me submetendo a esse tipo de relacionamento por vontade. Meu pastor me aconselhou que não posso considerar só o amor que sinto por meu marido, disse que o respeito, o tratar bem, a paz no lar é a base para a vida a dois,*

*o que vem de Deus traz paz. Sofro muito violência doméstica moral e psicológica, pois meu marido passa na minha cara que me casei muito nova, que comecei a namorar cedo, ele fala muito de meu passado, que tive muitos relacionamentos, não comprehende meu contexto, o que vivi. Ele diz que mulher que trai tem que morrer. É muito machista. Não tenho medo de morrer, acho que o amor fala mais alto. E acho que Deus pode mudar nossa história. A violência doméstica é algo que se vive na pele, vai de destruindo aos poucos psicologicamente, nos leva a ficar com dependência. Nos leva a submissão. A minha fé me ajuda no sentido de crer que ele pode ser tocado por Deus e mudar suas opiniões machistas através do ensinamento da palavra de como o homem deve tratar sua esposa e família. Eu sei que com base no que meu pastor falou sobre casamento, que a mulher sábia edifica o lar, deixando claro que independente do que diz a escritura sagrada, ou do que propõe a religião, tudo tem limite e esse limite nós mesmas colocamos. Concluo dizendo que a submissão ao Senhor é uma coisa, e a submissão ao homem é outra coisa, e que só deve existir se houver respeito, zelo ou amor ao próximo.*

Diante da fala acima, podemos confirmar que a violência doméstica está tão arraigada na sociedade, que muitas mulheres se submetem à violência e acreditam ser necessária. Tal assertiva é justificada de acordo com o trecho de sua narrativa “A violência doméstica é algo que se vive na pele, vai de destruindo aos poucos psicologicamente, nos leva a ficar com dependência, nos levando a submissão”.

E ainda, torna-se mais agravante a situação da mulher 7, quando a mesma confirma “me submeto e tolero a violência doméstica devido o sentimento de afeto que sinto por ele, e por meu filho que é apegado a ele”.

E assim, continuamos a apresentar o triste cenário de algumas mulheres vítimas de violência doméstica em lares cristãos protestantes. Na narrativa da mulher 8, as lágrimas escorriam pelo seu rosto, a voz dessa mulher ecoava e dizia: tão triste desperdiçar a juventude ao lado de um homem impiedoso. A seguir, a narrativa 8.

*Mulher 8 - Tenho 55 anos, sou branca, cristã protestante. Tenho nível superior em enfermagem, com especialização em harmonização facial e corporal e residência em harmonização facial. Sou divorciada e tenho dois filhos. Para mim ser mulher é ser sinônimo de força, coragem, sensibilidade, dedicação, luta, superação, docura, beleza, intuição e perseverança. A violência doméstica é complexa e multifacetada, com diversas interligações que se retroalimentam. No entanto, podemos destacar alguns fatores, omissão, educação precária, exclusão social, desigualdade social, desestruturação familiar, desemprego, preconceito e o pior de todos, silêncio e submissão. Já sofri violência patrimonial, violência sexual, violência física, e violência psicológica. Tolerava a violência por causa dos meus filhos, e porque, acreditava que era por amor, sempre chorava em silêncio, mas as lágrimas que escorriam em meu rosto não escondiam*

*o que sofria. Entendo que a religião, dependendo do líder da igreja não ajuda as mulheres na recuperação da autoestima porque muitos líderes pregam a submissão da mulher em relação ao homem. Já passei por muita igreja e vivenciei essa realidade. Já frequentei algumas igrejas que apenas me aconselhava a ser paciente e orar por meu marido agressor. Mas ele nunca mudava. Fui submissa durante muito tempo, pois na época que sofri violência temia ao divórcio devido minha religião protestante, meu pastor dessa época só dizia espere que ele pode mudar, por isso fiquei em um relacionamento abusivo por muito tempo (duraram 20 anos). E na ingenuidade resguardava a ideia de que as mulheres deviam se submeter aos seus maridos, como ao Senhor. E com isso, o tempo passou e resolvi me separar dele, porque não via mudança nenhuma em seu comportamento. Hoje, frequento uma igreja, onde meu pastor atual é muito sensato, e não admite a violência doméstica, deixando claro que submissão não significa sofrer violência. E que temos que ser submissas ao Senhor que cuida de nós, e nos ama verdadeiramente. E sempre nos diz que submissão a um homem agressor não deve existir. Hoje estou na luta para superar meus traumas, participando de atividades esportivas, tomando remédio controlado para ansiedade e depressão. E graças a Deus tenho ânimo para me capacitar profissionalmente. Dizendo não a qualquer forma de violência. Quero acrescentar uma ideia, do ponto de vista bíblico, entendo que Deus, não fez a mulher para ser submissa ao homem e sim como alguém para ajudá-la. E disse o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea. Reforço que uma mulher idônea não é aquela que concorda com tudo, mas aquela que tem coragem de se opor ao que não a edifica, hoje não sou submissa ao homem, a minha fé em Deus me fortalece, me impulsiona a seguir em frente não olhando para atrás, olhando em frente fortalecida e determinada a dizer não a tudo que é abusivo. A igreja para mim representa um ambiente de fé e solidariedade, onde somos acompanhadas espiritualmente e pregamos o evangelho que nos ajuda a caminhar levemente. Estou na igreja para regar a minha alma nos braços do pai.*

Diante das narrativas dessas mulheres, vê-se que é tão agravante o cenário da violência doméstica e familiar, que consoante Ana Caroline Silva Barbosa e Hudson Andrey Correia da Costa (2024), a violência se manifesta de diferentes maneiras, principalmente: a física (que vai de ser trancafiada em casa e espancamentos), a psicológica (como constrangimento, vigilância constante, insulto ou ridicularização), a sexual (qualquer conduta que constranja a presenciar, manter relação sexual não desejada ou participar dela), a patrimonial (como retenção, subtração ou destruição de seus bens) e a moral (qualquer conduta que configura calúnia, difamação e injúria).

No entanto, a narrativa da mulher 8 nos leva a abrir um espaço para tratar sobre a violência patrimonial, visto que foi a primeira mencionada por ela, onde a mesma lembrou das vezes em que seu ex-marido pisava em brinquedos dos seus filhos, apenas para agredi-la, e muitas vezes destruía os quebra-cabeças montados pelos

filhos para aborrecê-los. Lembrou das vezes que ele quebrava os enfeites ou decorações da casa comprados por ela. Ela frisou meu ex-marido era um homem ruim.

A mulher 8 ainda relatou que sofreu violência sexual, pois muitas vezes era obrigada a ter relações sexuais, em fases desconfortáveis para ela. Do mesmo modo que surgia a violência física por não aceitar certas imposições do ex-marido agressor. E com isso, a mulher 8 relatou que sofre sérios problemas psicológicos, tais como: ansiedade, e depressão, toma remédio para dormir e ainda sente pesadelos do que viveu.

O discurso da mulher 8 reforça que a religião evangélica, dependendo do líder da igreja, não ajuda as mulheres na recuperação da autoestima, tendo em vista que a maioria dos pastores pregam a submissão da mulher em relação ao homem. Ainda relatou que sua experiência em muitas igrejas não foi boa, pois quando testemunhava que sofria violência doméstica, recebia aconselhamento do tipo: tenha paciência, ore por seu marido, pois é possível ocorrer mudança. Ela narrou que já passou por muitas igrejas e vivenciou uma realidade de sacrifício, onde sofria ela e seus filhos.

A narrativa da mulher 8, em outro momento apresenta a ideia de que as mulheres devem se submeter aos maridos, como ao Senhor, só se houver respeito e comunhão no casamento, e principalmente o amor e cuidado um com o outro, entendendo ela que a violência doméstica em lares cristãos é algo que precisa ser revisto no âmbito religioso, visto que existe muita ambiguidade na linguagem da Bíblia. A mulher narrou que a leitura da bíblia realizada por ela, nos dias atuais, mudou sua vida, tendo a certeza de que a submissão não é algo a seguir conforme a igreja quer que seja, já que a submissão imposta na bíblia não é a mais correta, pois se fosse a mulher não sofreria violência doméstica.

E assim, discutimos sobre importância em destacar os marcos nacionais dos direitos das mulheres, que devem ser considerados. Discorri sobre a Lei maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que visa coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Como também mencionei outras Leis que são mecanismos para proteger as mulheres em situações de violência. E os Direitos Humanos, por ter uma base moral e ética, e devem ser garantidos a todos.

A mulher 8 ainda mencionou que teve a bênção de encontrar um pastor diferente, um pastor humano, que mesmo considerando a escritura sagrada, não aconselha que a mulher fique em um relacionamento abusivo ao ponto de adoecer ou

morrer, frisando que seu pastor atual é muito sensato, e não admite a violência doméstica, frisou que ele sempre deixa claro que submissão não significa sofrer violência doméstica, submissão deve ser sinônimo de amor ao próximo, e não de misoginia, ódio, desprezo etc. Ademais, dialogamos que apenas um pastor e/ou líder religioso não irá mudar o contexto da submissão, que deve ocorrer uma força, uma união maior na luta contra a violência doméstica em lares cristãos para alcançar os direitos humanos.

Diante do exposto nas narrativas, nota-se que a fé de uma mulher que sofre violência conjugal/doméstica, permanece e pode ser aumentada, uma vez que estar com o sagrado significa cultuar o amor e a sua fé se deposita no amor que ela teima em preservar, sendo o amor infinito e incondicional. No entanto, amor é um predicado que faz da mulher sujeito, é também predicado que faz de Deus, um ser sagrado e divinizado. O entendimento de Ludwig Feuerbach (1997, p. 61), na discussão do sujeito e sua essência, defende os predicados nesta essência:

Que é sujeito está apenas no predicado, o predicado é a verdade do sujeito; o sujeito é apenas o predicado personificado, existente. Sujeito e predicado distinguem-se apenas como existência e essência. A negação dos predicados é por isto a negação do sujeito. O que resta da essência humana quando retiras dela os predicados humanos? Mesmo no idioma da vida comum estabelecem-se predicados divinos: a providência, a sabedoria a plenipotência ao invés da essência divina.

No raciocínio de Karl Marx e Friedrich Engels (1965, p. 89), a essência humana que é construída nos seus predicados vem do social, onde se formam e se manifestam as virtudes e os vícios humanos. Do mesmo modo que Feuerbach explica a essência religiosa pela essência humana. Mas, diz Marx (1965, p. 89): “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Na sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais”.

Marx em sua crítica à Feuerbach, abre uma discussão no sentido de não fazer do espírito religioso uma coisa imutável, existente em si mesma, supondo a existência de um indivíduo humano abstrato, isolado (...) e o indivíduo pertence na realidade a uma forma social determinada (Marx, 1965, p.89).

Enfim, o cenário das narrativas apresentadas mostra na íntegra como a violência se manifesta no contexto dessas mulheres e de diferentes formas, física, psicológica e sexual, deixando marcas indeléveis, não apenas na saúde mental das

vítimas, mas também nas relações familiares e na autoestima. Porém, a fé, que pode aprisionar, também as levam a pensar em atitudes de liberdade e a continuar a vida fora do ciclo de violência, entendendo que é necessário fazer uma nova interpretação dos capítulos da Bíblia que falam sobre submissão, por compreender que existe mais de um sentido para a submissão. Ao mesmo tempo, isso só pode acontecer se a igreja representar um lugar de apoio espiritual, além de conduzir para essa nova interpretação. Para isso, precisa de um líder humanizado, que dê voz às mulheres que precisam de ajuda no contexto da violência doméstica e que ajude essas mulheres a serem submissas por causa da interpretação bíblica.

Ao retomar o caso da Mulher 1, que revelou o quanto a violência física e emocional vivida na infância, perpetrada por um padrasto pastor, foi capaz de deixar cicatrizes psicológicas que a acompanham na vida adulta. Sua narrativa demonstra a perda de confiança na autoridade religiosa e o rompimento com a fé devido ao abuso de um líder espiritual. Sua experiência ilustra a maneira como a violência doméstica, especialmente quando ocorre dentro de lares religiosos, pode ser exacerbada pela manipulação de interpretações errôneas de passagens bíblicas, cheias de ambiguidades que distorcem o conceito de "submissão", para justificar o abuso do agressor. O impacto de tais vivências é evidente em sua saúde mental, que inclui depressão, hipertensão e ganho de peso significativo devido à compulsão alimentar, uma consequência direta do controle emocional e psicológico imposto pelo parceiro.

As sequelas não se limitam às vítimas diretas, mas também afetam os filhos. Refletindo sobre a Mulher 1, observa-se o impacto de sua experiência de abuso com reflexo na vida das filhas, que vivenciaram não só o sofrimento, mas também o medo, a insegurança e o trauma, fatores que frequentemente perpetuam um ciclo de violência nas gerações seguintes.

Entretanto, a fé, o apoio espiritual e o acompanhamento psicológico com terapias desempenharam um papel crucial na reconstrução da vida dessas mulheres. No caso da Mulher 1, a reconstrução foi possível por meio do apoio psicológico por parte de profissional e também suporte espiritual oferecido por sua nova igreja, a Igreja Batista Colibris, onde tem um líder que se destaca por oferecer amparo a essas mulheres. Logo, a fé, a força de vontade e a confiança em Deus como fontes de cura e restauração, tornaram-se pilares no processo de sua autoestima e restauração da saúde mental, por veem-se como vítimas que precisavam sair do ciclo de violência, principalmente para se reconhecer como uma mulher livre e empoderada em/por

Cristo, mesmo diante de um futuro incerto, como afirmado pela mulher 1, por ter a consciência de que nem todas as igrejas promovem essa ajuda.

A Mulher 2 também compartilha uma experiência profundamente traumática, onde a violência doméstica e o abuso sexual, perpetrados por um pastor pedófilo, afetaram sua família de forma devastadora. A dor de reviver essa experiência reflete as consequências psicológicas de viver em um ambiente em que a confiança foi traída por alguém que deveria ser uma autoridade espiritual. O trauma na filha, que foi vítima de abuso, trouxe insegurança e dificuldades emocionais, como medo e isolamento. No entanto, a fé em Deus e o apoio espiritual contínuo permitiram que essa mulher começasse a reconstruir sua vida e a encontrar forças para retornar ao ministério, ajudando outras mulheres que enfrentam dificuldades semelhantes.

Ambas as mulheres enfatizam a importância de uma abordagem espiritual e psicológica integrada. Destacando o acompanhamento pastoral que ocorre de forma presencial na igreja, com o encontro de célula nas residências dos irmãos em Cristo, reunião semanal de um pequeno grupo de pessoas, onde discutem a Bíblia, ora, canta louvores e fortalece a comunhão, como forma de entender o contexto da fé. E que mais do que nunca, faz-se necessário analisar a ambiguidade no contexto da submissão presente na Bíblia. E ainda o apoio psicológico do profissional da área, foi fundamental para ajudá-las a lidar com as consequências do abuso e a entender que Deus não é responsável pela violência, mas é o "justo juiz" que pode restaurar a vida delas. A fé também proporcionou a essas mulheres uma nova forma de empoderamento, não conforme os padrões do mundo, mas com base no valor intrínseco que elas reconhecem em si mesmas através de Cristo.

Mesmo diante da abordagem espiritual e psicológica apresentadas pelas mulheres das narrativas, tal realidade ainda não consegue ser o que a sociedade, a legislação e o princípio dos direitos humanos almejam. E que a submissão seja revista além do contexto bíblico, dos ensinamentos da igreja, considerando que a ambiguidade existente nas versões do texto sagrado gera falta de interpretação quanto ao verdadeiro mandamento de Cristo, que é amar ao próximo.

Sem falar que a submissão ao homem e/ou marido voltadas ao sacrifício, a dor, ao sangue e a morte não é a interpretação mais correta, e esse fato foi comprovado na dor da violência sofrida por essas mulheres que reconheceram que Cristo não é o responsável pela maldade do homem, onde alguns são perversos e cruéis com as mulheres devido sua natureza pecaminosa, e como bem assegura René Girard (

1923, p.10), a violência e o sagrado envolvem homens governados por um comportamento gerador de conflitos e rivalidades exorcizado pelo sacrifício de vítimas expiatórias ( indivíduos ou grupos que, de forma injusta, é responsabilizado pelos erros ou problemas de outros). E assim, vê-se que as sequelas da violência doméstica em contextos religiosos não são apenas emocionais, mas também estruturais.

Resgato aqui, a ideia de que a distorção dos ensinamentos religiosos, como o uso do conceito de "submissão" para justificar abusos, é um aspecto crítico a ser abordado nas comunidades de fé. A transformação das narrativas religiosas, que podem ser usadas para oprimir, para uma prática que de fato busque a cura, apoio e restauração das vítimas, é um passo crucial para quebrar o ciclo de violência.

E assim, ao analisar as narrativas dessas mulheres, vítimas de violência doméstica em lares cristãos, suas vozes nos mostra que, embora as sequelas psicológicas da violência doméstica sejam profundas em suas memórias, condição que exige um longo processo de cura, a fé, quando aplicada de maneira verdadeira e restauradora, pode ser uma fonte vital de esperança e transformação.

O apoio da comunidade que atualmente congregam, seja pela palavra, seja pelo apoio psicológico, oferece o alicerce que todas buscavam em espaços religiosos. As desilusões dessas mulheres foram acolhidas nessa igreja, cujo Pastor é progressista e não apoia a violência doméstica, possibilitando que essas mulheres reconstruíssem suas vidas, encontrando um novo propósito, empoderadas pela sua fé e valor como indivíduos amados por Deus. Viu-se que o problema psicológico foi fruto das experiências de opressão e violência, no entanto, a submissão ganha novo significado na vida dessas vítimas, a dor ensinou que a submissão ao homem não fará mais parte de suas vidas, porque é assim que Deus quer e é assim que elas merecem ser: pessoas livres.

Sendo assim, considerada uma grave realidade social, a violência doméstica em lares cristãos é um assunto polêmico, tendo em vista que a discussão sobre a violência de gênero, os direitos das mulheres e a atuação das religiões são debatidos e recebem contribuições teóricas de diferentes autores. Ramcharan et al. (2023) menciona a universalidade dos direitos humanos, destacando a proteção das mulheres contra a violência em diferentes contextos culturais e religiosos. Sua reflexão sobre a aplicação dos direitos humanos globais oferece uma base sólida para compreender como diferentes países e religiões lidam com as violações de direitos das mulheres, especialmente a violência doméstica.

Esse ponto dialoga com a análise de Rangel e Silva Junior (2022), que discutem a eficácia de políticas públicas como a Patrulha Maria da Penha no Espírito Santo, uma iniciativa preventiva voltada para o combate à violência doméstica. A combinação desses estudos permite entender como a intervenção do Estado e de instituições religiosas pode ser complementada ou até desafiar as estruturas tradicionais que muitas vezes perpetuam a violência de gênero.

Por outro lado, a reflexão proposta por Larry Ray (2023) sobre o conceito de violência é essencial para compreender como a violência de gênero, tanto física quanto simbólica, se manifesta nas relações sociais e religiosas. Ao questionar a definição e as formas de violência, Ray oferece uma base teórica importante para debater as práticas de controle e dominação sobre as mulheres, especialmente em contextos religiosos.

A obra de Ivoni Reimer (2021) também amplia essa discussão ao tratar das tensões entre a religião e o diálogo social, destacando como espaços religiosos podem tanto ser locais de opressão quanto de resistência. Esse aspecto é crucial quando se considera que algumas mulheres buscam, dentro de suas tradições religiosas, um caminho para a afirmação de seus direitos e para combater a violência de gênero, embora frequentemente encontrem resistência em doutrinas que reforçam normas patriarcas.

Logo, é importante destacar, a análise histórica e sociocultural das mulheres na Bíblia realizada por Ribeiro (2020) que permite questionar as interpretações religiosas que colocam as mulheres em posições subalternas, contribuindo para a perpetuação da violência simbólica. Ronsi (2020) acrescenta uma perspectiva crítica ao explorar a luta das mulheres para afirmarem seus direitos de “ser” nas igrejas, desafiando os papéis tradicionalmente reservados a elas dentro dessas instituições.

Ademais, esse debate é ainda mais aprofundado por autores como Ana Carolina Ruzycki (2023) e Cláudia Pereira Sousa da Silva (2016), que discutem como os discursos religiosos podem reforçar a subalternidade da mulher ou, ao contrário, ser usados como ferramentas de empoderamento e de transformação das relações de gênero. Assim, a interação entre religião, violência de gênero e direitos das mulheres exige uma análise complexa, que leva em consideração tanto as possibilidades de resistência quanto as limitações impostas pelas instituições religiosas.

Diante do cenário das narrativas dessas mulheres, tornou-se perceptível nas vozes delas, que a igreja representa um ambiente de fé e solidariedade, visto que o líder dessa comunidade que todas congregam hoje é aberto para prestar acompanhamento espiritual e refúgio para a alma, como se fosse um escudo protetor. Na fala de muitas mulheres foi dito que é preciso regar a alma todos os dias no braço do pai, Deus.

Portanto, diante das narrativas dessas mulheres vítimas de violência doméstica em lares cristãos, a seção a seguir discorrerá acerca dos efeitos reais da violência doméstica, submissão e fé.

### **3.2 Efeitos reais da violência doméstica, submissão e fé**

Uma vez comprovados os efeitos reais da violência doméstica, submissão e fé através das narrativas de algumas mulheres vítimas de violência doméstica em lares cristãos da Igreja Batista Central Colibris, João Pessoa-PB, resgato para essa discussão final, as vozes das mulheres, no caso da Mulher 1, que demonstrou a partir de sua memória e voz, experiências graves, ou seja, a violência física e emocional vivida em sua infância, perpetrada por um padrasto que exercia o cargo de pastor, e que a deixou com cicatrizes psicológicas em sua fase adulta. Percebendo-se que os efeitos da violência doméstica estão relacionados com a submissão e fé, constatando-se essa realidade grave na narrativa de uma mulher ao mencionar “Passei por violência doméstica na infância, tive um padrasto que casou com minha mãe, eu tinha dois anos de idade, e aos dez anos de idade, ele começou a me abusar sexualmente, ele sendo pastor, e eu na época já cantava no louvor, sempre tive o dom do canto, minha mãe era missionária, e ela nunca acreditou que eu fui abusada”.

Desta forma, sua narrativa demonstra a perda de confiança na autoridade religiosa e o rompimento com a fé devido ao abuso de um líder espiritual. Sua experiência ilustra a maneira como a violência doméstica, especialmente quando ocorre dentro de lares religiosos, pode ser exacerbada pela manipulação de interpretações errôneas de passagens bíblicas, como o conceito de "submissão", que é distorcido para justificar o abuso. O impacto de tais vivências é evidente em sua saúde mental, que inclui depressão, hipertensão e ganho de peso significativo devido à compulsão alimentar, uma consequência direta do controle emocional e psicológico imposto pelo estuprador.

Torna-se notório o fato de que os efeitos reais da violência sofridas por essa mulher não se limita a si mesma, mas também afetam os filhos. Ao observar a Mulher 1, vê-se o impacto de sua experiência de abuso nas filhas, que vivenciaram não só o sofrimento, mas também o medo, a insegurança e o trauma, fatores que frequentemente perpetuam um ciclo de violência nas gerações seguintes.

Entretanto, a fé e o apoio espiritual desempenham um papel crucial na reconstrução da vida dessas mulheres. Para Mulher 1, a reconstrução foi possível por meio do apoio psicológico e espiritual oferecido por sua nova igreja, a Igreja Batista Colibris. A fé e a confiança em Deus como fonte de cura e restauração, tornaram-se pilares de sua recuperação. A mudança de perspectiva, de ver-se como vítima para se reconhecer como uma mulher empoderada por Cristo, foi essencial para a recuperação de sua autoestima e saúde mental. Do mesmo modo que seu entendimento sobre submissão foi ressignificado diante de sua dor, submissão ao homem, jamais. A releitura da submissão de acordo com a bíblia foi firmemente reformulada a partir da experiência de opressão e violência.

A Mulher 2 também compartilha uma experiência profundamente traumática, onde a violência doméstica e o abuso sexual, perpetrados por um pastor pedófilo, afetaram sua família de forma devastadora. A dor de reviver essa experiência reflete as consequências psicológicas de viver em um ambiente em que a confiança foi traída por alguém que deveria ser uma autoridade espiritual.

Notando-se que os efeitos da violência doméstica estão relacionados com a submissão e fé, vele reforçar que essa realidade é comprovada claramente na narrativa da mulher 2, ao lembrar uma dor que ainda hoje está em sua memória. O mais comovente na narrativa dela foi sua declaração: “nós sobrevivemos, e hoje com traumas irreversíveis, fazemos terapias e recebemos acompanhamento espiritual”. Os efeitos da violência doméstica na vida dessas mulheres (mãe e filha) foram cruéis e comoventes, pois ao confessar seu sofrimento, a mulher chorava muito ao desabafar. Logo, o maior efeito dessa violência é que sua filha atualmente é uma adolescente de 15 anos muito insegura, tem medo de tudo, não gosta de compartilhar amizades. Elas passam por limitação financeira porque deixou de trabalhar para prestar assistência à filha.

Os efeitos da violência doméstica no contexto submissão e fé, na narrativa da mulher 3, são reais, no entanto, torna-se necessário destacá-los, percebendo-se que um dos resultados desse caso foi: “e no contexto da igreja já sofri violência doméstica

também, tanto eu como minha família, especialmente minha filha que foi violentada, estuprada por um pastor pedófilo. Eu servia na casa do senhor como missionária, fazia missão, e nessa ocasião fomos convidados pelo pastor da igreja na qual congregava na época, foi precisamente há cinco anos que passamos por esse problema que não me deixa esquecer um só dia. Resumindo fomos eu, meu marido e meu filhos em busca da missão na região norte, sendo que precisava sair de casa para fazer a obra e deixava meus filhos na casa que morava, casa cedida pelo pastor pedófilo, lembro hoje com uma dor no coração e desespero na alma só em relembrar isso".

Do mesmo modo que constatou-se os efeitos reais da violência doméstica no contexto submissão e fé, na narrativa da mulher 4. Como se não bastasse as péssimas recordações, a mulher enfatizou que já sofreu violência física e psicológica quando foi casada. E disse que nunca achava que ia passar por isso, pois em sua mente quando a mulher casa, a mesma não pensa na violência doméstica. E os efeitos reais da violência no contexto submissão e fé é reforçado quando ela ratifica que nunca pensou em passar por um trauma desse, e ficava se questionando, o porquê Deus estou passando por isso? E damos uma resposta a si mesma: eu não sou ruim, mas não por pensar em religiosidade. E diante do sofrimento que passou, ela salientou que sabia que o texto bíblico enfatiza que temos que ser submissas ao marido, porém eu entendo que não quer dizer que temos que tolerar a agressão física, moral e psicológico.

E assim, continuamos a apresentar os efeitos reais da violência doméstica, submissão e fé, comprovados também na fala da mulher 5, onde a mesma falou que *a violência doméstica afetou sua vida emocional, tendo em vista que até hoje sofre sequelas psicológicos, diante de um sacrifício vivido no casamento, e que não valeu a pena*. Mas depois de passar por muito sacrifício, sofrimento, e também um processo espiritual, resolvi me separar.

Os efeitos reais da violência doméstica no contexto submissão e fé, na narrativa da mulher 6, foi comprovado no sentido de observar suas frustrações, onde a mesma dizia que sua memória trazia à tona seu sofrimento que durou 13 anos, envolvendo violência psicológica, verbal e física, em que a última, cuja ação culminou no pedido de divórcio, visto que a mesma não aguentava mais. Ainda narrou que durante 13 anos foram palavras agressivas, depreciativas e por último chegando à física, como tentativa de estupro.

Posteriormente, ao narrar sua história diante da violência doméstica sofrida, os efeitos reais da violência doméstica, submissão e fé são comprovados também na narrativa da mulher 7. A mesma narrou que já sofreu violência doméstica física, e que hoje, sofre violência moral e psicológica. Ressaltou que em seu lar sofre violência doméstica porque seu marido é machista. E ainda reforçou que se submetia e tolerava a violência doméstica devido o sentimento de afeto que sente pelo marido, e por seu filho que é apegado a ele.

No discurso da mulher 7, os efeitos reais da violência doméstica, submissão e fé são tão graves, que ela enfatiza “mas a gente resiste a isso”, e “gostaria de criar meu filho com ele”, e ainda disse que se submetia a esse tipo de relacionamento “por vontade”. E ao entender o contexto que vive, a mulher 7 frisou que a violência doméstica é algo que gera um sofrimento que vai destruindo o psicológico aos poucos, e pode levar a mulher a dependência, isto é, a submissão. E para realçar o que vive disse que confiava em Deus e que Deus poderia mudar sua história, assim sendo, diante de resistência da mulher, e de acordo com sua fala, ao comunicar a situação ao pastor da IBC, o mesmo aconselhou que ela não considerasse só o amor que ela sentia por ele, disse que o respeito, o tratar bem, a paz no lar é a base para uma vida a dois, enfim, o que vem de Deus traz paz.

A mulher 7 deixa claro que sua fé tem ajudado no sentido de crer que seu marido pode ser tocado por Deus e mudar suas opiniões machistas através do ensinamento da palavra de como o homem deve tratar sua esposa e família, interpretação que pode gerar conflitos diante da persistência de um contexto incerto, o da ilusão religiosa, visto que se a naturalização da submissão feminina expressa a força da vontade da mulher em relação ao homem, esse fato promove naturalmente a opressão. E isso nos leva a pensar no ensinamento de Saffioti (2001), a violência simbólica se manifesta quando o dominado internaliza a visão de mundo do dominador, aceitando sua condição como natural, apagando as fronteiras entre a fé e opressão.

Na última narrativa, a mulher 8 apresenta suas lamentações sobre a violência doméstica, onde relatou que sofreu violência sexual, pois muitas vezes era obrigada a práticas sexuais desconfortáveis para ela. Do mesmo modo que surgia a violência física por não aceitar certas imposições do ex-marido agressor. E com isso, a mulher 8 relatou que sofre sérios problemas psicológicos, tais como: ansiedade, e depressão, toma remédio para dormir e ainda sente pesadelos do que viveu.

Desta forma, o discurso da mulher 8 também apresenta os efeitos reais da violência doméstica, no contexto da submissão e fé, sendo perceptível que diante da violência patrimonial, violência sexual, violência física, e violência psicológica sofridas por essa mulher, só existia a tolerância por causa dos filhos, e porque, acreditava que era por amor a eles. Reforçando ela que a submissão deve existir somente ao Senhor que cuida dos seus filhos, e que ama verdadeiramente. A mesma reforçou que a religião evangélica, dependendo do líder da igreja, não ajuda as mulheres na recuperação da autoestima, tendo em vista que a maioria dos pastores pregam a submissão da mulher em relação ao homem. E leva consigo a recordação de ter frequentado igrejas, que apenas aconselhava que tivesse paciência, e que orasse por seu marido. E assim, a mulher 8 narrou que já passou por muitas igrejas e vivenciou uma realidade de sacrifício, de dor e de sofrimento.

E por fim, a mulher 8, acentuou que atualmente recebe acompanhamento diferente na igreja que congrega, enfatizou que o pastor da igreja IBC tem uma visão diferente sobre a violência doméstica, não admitindo que o problema exista em um lar cristão e amparado na palavra de Deus, o pastor destacou que submissão não significa sofrer violência doméstica, submissão deve ser sinônimo de amor ao próximo.

Ao final das análises das narrativas de mulheres evangélicas vítimas de violência, percebeu-se que todas mulheres enfatizam a importância de uma abordagem espiritual, psicológica integrada e estruturais. Visto que, o acompanhamento pastoral, juntamente com o apoio psicológico por parte de um profissional, foi fundamental para ajudá-las a lidar com as consequências do abuso e a entender que Deus não é responsável pela violência, mas é o "justo juiz" que pode restaurar a vida delas. A fé também proporcionou a essas mulheres uma nova forma de empoderamento, não conforme os padrões do mundo, mas com base no valor intrínseco que elas reconhecem em si mesmas através de Cristo.

Tornou-se perceptível nas vozes dessas mulheres das narrativas que romper com a fé não seria a solução para apagar as lembranças sofridas, ou as sequelas decorrentes da violência doméstica, considerando que a fé é importante para o verdadeiro sentido de suas vidas, e que o ideal seria rever as ambiguidades presentes na Bíblia quanto ao contexto da submissão. Para tanto, faz-se necessário revisar firmemente e reformular a leitura com relação a submissão, tendo por base a dor dessas mulheres.

Sendo visível as sequelas da violência doméstica em contextos religiosos não são apenas emocionais, mas também estruturais. A distorção dos ensinamentos religiosos, como o uso do conceito de "submissão" para justificar abusos, é um aspecto crítico a ser abordado nas comunidades de fé. Que enseja rever firmemente os conceitos ambíguos sobre submissão, e assim, a transformação das narrativas religiosas, que podem ser usadas para oprimir, para uma prática que de fato busque a cura, apoio e restauração das vítimas, é um passo crucial para tentar quebrar o ciclo de violência.

O testemunho dessas mulheres nos mostra os efeitos reais da violência doméstica em lares cristãos protestantes, percebendo-se que embora as sequelas psicológicas da violência doméstica sejam profundas, por exigir um longo processo de cura, a fé, quando aplicada de maneira verdadeira e restauradora, pode ser uma fonte vital de esperança e transformação. O apoio da comunidade, seja pela palavra, seja pelo apoio psicológico, oferece o alicerce para que essas mulheres possam reconstruir suas vidas e encontrar um novo propósito de forma mais empoderada, sem desprezar sua fé. Do mesmo modo que essas questões sociais emergentes sejam refletidas e seja feita a conexão com uma nova interpretação da Bíblia, por se perceber tanta ambiguidade no contexto da submissão.

No entanto, a fé empoderada é suficiente para aqueles que creem, como bem descreve Pascal (*apud* Le Bon, 2001, p. 107), a fé é ato do coração, do mesmo modo que as crenças são resultado do agrado. Isso significa dizer que o homem crê naquilo que lhe agrada, e nesse âmbito a fé é vista como a base para a esperança, é a prova da existência daquilo que não se vê.

Diante do contexto da violência doméstica em lares cristãos, autores como Carolina Teles Lemos e Katiuska Florencia Nieves (2021) mencionam a resiliência, de modo que essa resiliência não deve ser confundida com liberdade ou emancipação. Pelo contrário, muitas vezes atua como mecanismo de contenção emocional que, longe de empoderar, reafirma a condição de sujeição da mulher. Como bem pontua Lemos e Nieves (2021, p. 237), o sofrimento feminino, em contextos religiosos, é frequentemente ressignificado como prova de fé ou expiação.

Os estudos de Pierre Bourdieu (2019) corroboram essa visão ao afirmar que os discursos simbólicos, como o religioso, operam uma "violência simbólica" que é "suave, insensível, invisível para as próprias vítimas", justamente porque se enraíza no cotidiano como algo legítimo e natural.

Destarte, a discussão sobre religião e violência, nos direciona a discutir sobre os direitos das mulheres e a atuação das religiões, como meio que promove a igualdade de gênero, combatendo a discriminação e assegurando às mulheres o direito de ter as mesmas oportunidades que os homens e equidade de tratamento em todas as esferas da vida, tendo por base as contribuições de diferentes autores, como Bertrand Ramcharan et al. (2023), que abordam a universalidade dos direitos humanos, destacando a proteção das mulheres contra a violência em diferentes contextos culturais e religiosos. A reflexão sobre a aplicação dos direitos humanos globais oferece uma base sólida para compreender como diferentes países e religiões lidam com as violações de direitos das mulheres, especialmente no que tange à violência doméstica em lares cristãos, já que o assunto é pouco discutido ou não é discutido no contexto da religião.

Esse ponto dialoga com a análise de Rangel e Silva Junior (2022), que discutem iniciativas de combate à violência contra a mulher, tendo a Lei Maria da Penha e a eficácia de políticas públicas, como medidas preventivas. No entanto, a combinação desses estudos permite entender como a intervenção do Estado e de instituições religiosas pode ser complementada ou até desafiar as estruturas tradicionais que muitas vezes perpetuam a violência de gênero.

Por outro lado, a reflexão proposta por Ray (2023) sobre o conceito de violência é essencial para compreender como a violência de gênero, tanto física quanto simbólica, se manifesta nas relações sociais e religiosas. Ao questionar a definição e as formas de violência, Ray oferece uma base teórica importante para debater as práticas de controle e dominação sobre as mulheres, especialmente em contextos religiosos.

A obra de Reimer (2021) também amplia essa discussão ao tratar das tensões entre a religião e o diálogo social, destacando como espaços religiosos podem tanto ser locais de opressão quanto de resistência. Esse aspecto é crucial quando se considera que algumas mulheres buscam, dentro de suas tradições religiosas, um caminho para a afirmação de seus direitos e para combater a violência de gênero, embora frequentemente encontrem resistência em doutrinas que reforçam normas patriarcais, fato que nos leva a pensar na necessidade de outros elementos além da fé, como a denúncia e ações formativas, como força para combater a violência doméstica em lares cristãos evangélicos.

Ademais, a análise histórica e sociocultural das mulheres na Bíblia, como feita por Ribeiro (2020), permite questionar as interpretações religiosas que colocam as mulheres em posições subalternas, contribuindo para a perpetuação da violência simbólica. Ronsi (2020) acrescenta uma perspectiva crítica ao explorar a luta das mulheres para afirmarem seus direitos de “ser” nas igrejas, desafiando os papéis tradicionalmente reservados a elas dentro dessas instituições.

Esse debate é ainda mais aprofundado por autores como Ruzicki (2023) e Silva (2016), que discutem como os discursos religiosos podem reforçar a subalternidade da mulher ou, ao contrário, ser usados como ferramentas de empoderamento e de transformação das relações de gênero. Assim, a interação entre religião e violência exige uma análise complexa, que considere também elementos externos à religião, como aparato jurídico e as redes de proteção e acolhimento, tanto as possibilidades de resistência quanto as limitações impostas pelas instituições religiosas, e também é relevante corroborar que os efeitos reais da violência doméstica, submissão e fé levam as mulheres a repensarem seu lugar nos espaços religiosos, optando por uma congregação mais aberta a dialogar sobre o assunto e prestar solidariedade a elas.

Nesse diapasão, há de se perceber que as mulheres entrevistadas vêm de uma cultura cristã evangélica firmada numa fé e nela permanecem, mesmo tendo passado por várias igrejas que não ofereceram apoio espiritual e as fizeram continuar no silêncio, não escutando a dor da violência sofrida por elas. Foi afirmado por elas, que não desistiram de seguir a Jesus e que se sentem livres, independente dos traumas deixado pela violência doméstica. Essa é uma perspectiva puramente religiosa. Não se pode afirmar que a religião transforma a cultura para o fim da violência doméstica, ao mesmo tempo em que é possível reconhecer alguma transformação pessoal amparada pela igreja, nesse caso. A religião é um substrato da cultura (Oliveira, 2015; Hefner, 2007), por isso, é possível reivindicar por novas posturas dentro das igrejas, uma vez que a sociedade clama pelo fim desse tipo de violência.

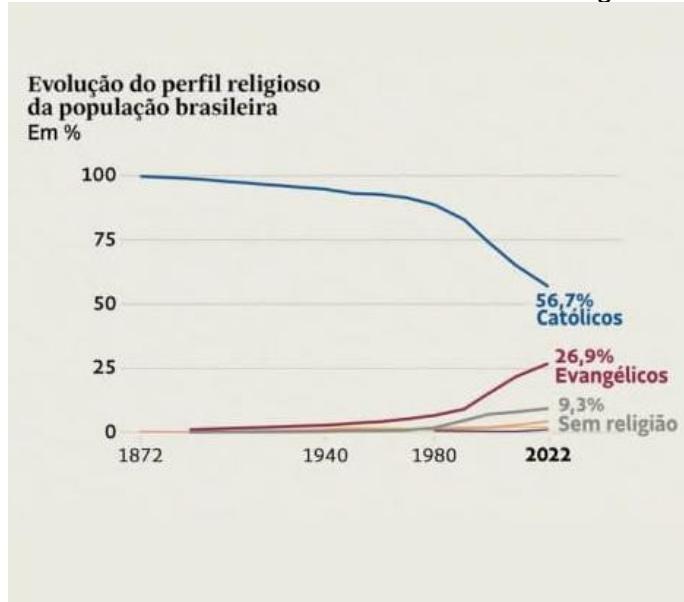
Todas deixaram claro que seu líder atual ofereceu o amparo que não tiveram em outros momentos. Atualmente, essas mulheres são agentes nas reuniões da igreja IBC para discutir sobre a violência doméstica, considerando o sacrifício e a dor vividos na violência, promovendo ajuda a possíveis mulheres que necessitem desse apoio, e se preciso for usar outras ações, além da fé, como a denúncia para parar com o ciclo de violência.

Considerando que duas mulheres entrevistas, mesmo não concordando concluir a entrevista, ambas do contexto da fé, utilizaram outros meios para o enfrentamento da violência doméstica, a denúncia, que levaram os agressores a serem processados pela Lei Maria da Penha, Lei que serve para combater, prevenir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher, de modo que ao definir o crime, estabelece medidas protetivas de urgência, e assim, garantir o apoio da rede pública de segurança e saúde e punindo os agressores.

Retomando o contexto da violência, religião e fé, é relevante enfatizar que no meio de muitas mulheres que passam e/ou passaram por violência doméstica, outras medidas também já foram despertadas ou adotadas por elas, objetivando unir forças contra esse problema tão grave, e muitas mulheres são conscientes sobre essa realidade, isto é, a denúncia, como forma de romper com esse ciclo, que muitas vezes não é resolvido somente pela fé. Nesse contexto, vale destacar que independente do problema, o crescimento do evangelho no Brasil hoje está transformando a cultura brasileira, está transformando a sociedade brasileira, não está mais restrito a intimidade doméstica de cada comunidade de fé. Hoje a sociedade no todo está ganhando novos contornos no meio cristão, e essa realidade é comprovada através do número crescente de evangélicos na história do Brasil.

Logo, é importante registrar aqui, a evolução do perfil religioso da população brasileira de acordo com os recortes do Censo de 2022, disponibilizado pelo IBGE, na qual revela uma série de informações demográficas sobre Religião no Brasil. Veja, em gráfico o cenário da Fé em território nacional.

Figura 1 – Dados sobre as tendências no cenário religioso brasileiro



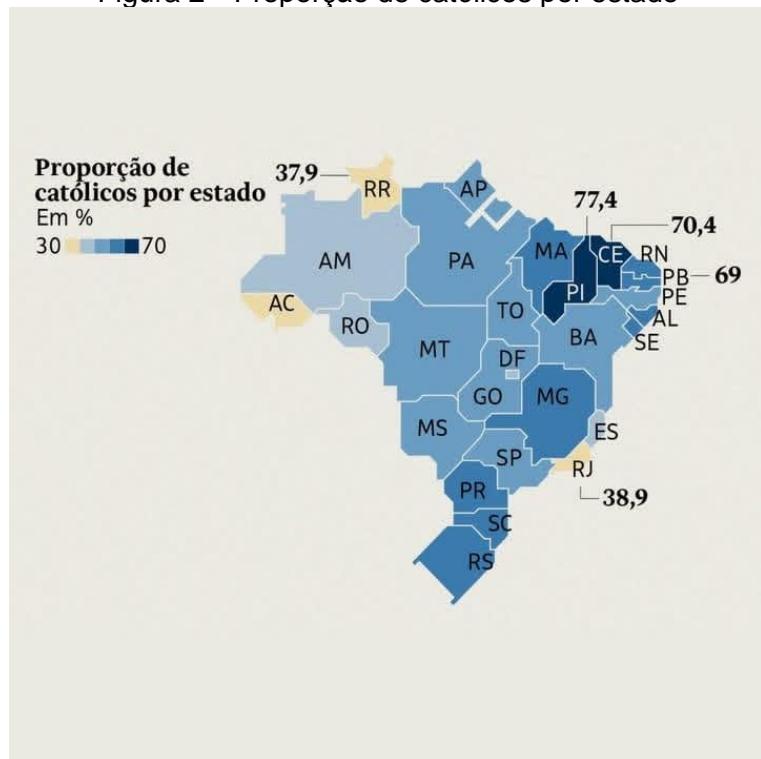
Fonte: Folha de São Paulo (2024)

Na Figura 1, observa-se claramente a queda acentuada da proporção de católicos no Brasil, que passou de mais de 90% da população em 1872 para 56,7% em 2022. Essa queda é ainda mais expressiva a partir da década de 1980, quando o país começa a experimentar um processo de maior pluralização religiosa.

Paralelamente, nota-se um crescimento significativo da população evangélica, especialmente nas últimas quatro décadas. De quase inexistente em 1872, o grupo alcança 26,9% da população em 2022, consolidando-se como o segundo maior grupo religioso do país. Além disso, a linha que representa a população sem religião também começa a se destacar a partir dos anos 1990, chegando a 9,3% em 2022. Essa transformação indica mudanças culturais profundas, com implicações não apenas espirituais, mas também sociais e políticas, refletindo novos modos de vivenciar a fé e de organizar a identidade religiosa no Brasil contemporâneo.

A Figura 2 evidencia que os estados do Nordeste brasileiro, como Piauí (70,4%), Ceará (70,3%) concentram as maiores proporções de católicos no Brasil. A presença histórica do catolicismo na região se relaciona com o legado colonial português e a atuação da Igreja Católica na formação das comunidades e instituições sociais locais. Já estados como Roraima (37,9%) e Rio de Janeiro (38,9%) apresentam os menores índices de católicos, indicando uma maior diversidade religiosa ou presença de outros grupos, como evangélicos e pessoas sem religião.

Figura 2 - Proporção de católicos por estado

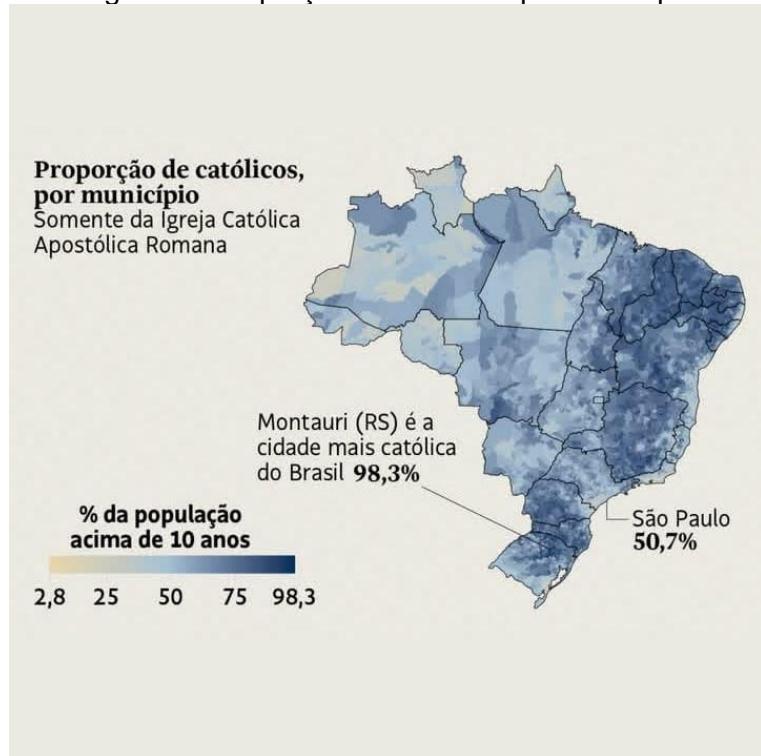


Fonte: Folha de São Paulo (2024)

A diversidade entre os estados aponta para uma fragmentação da hegemonia católica no Brasil. Em regiões como o Norte e Centro-Oeste, há variações que podem ser explicadas pelo crescimento das igrejas evangélicas, mobilidade populacional e mudanças culturais nas últimas décadas. A queda da proporção de católicos em estados tradicionalmente majoritários sugere uma tendência nacional de pluralização religiosa.

Na figura 3, o gráfico amplia a análise ao nível municipal, revelando que regiões do interior do Brasil ainda mantêm uma forte identidade católica, como é o caso de Montauri (RS), com 98,3% de católicos, sendo a cidade mais católica do país. Isso indica que, apesar da queda geral, há localidades onde o catolicismo continua sendo predominante, especialmente em áreas rurais e menos urbanizadas.

Figura 3 - Proporção de católicos por município

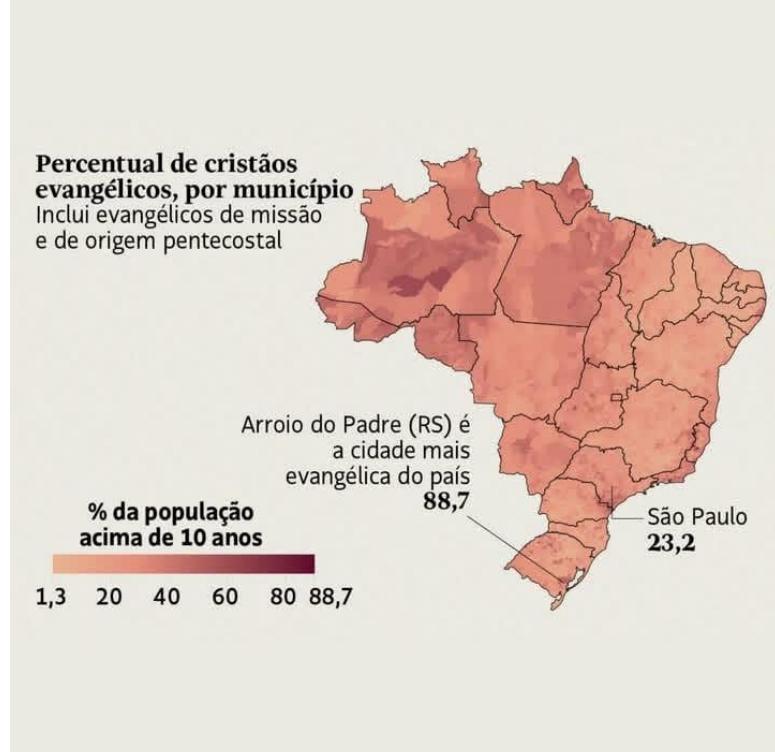


Fonte: Folha de São Paulo (2024)

No entanto, ao observar o mapa, nota-se que em várias áreas do Norte e Sudeste há tons mais claros, indicando proporções menores de católicos. Isso reflete a urbanização e a influência de novos movimentos religiosos, como o pentecostalismo, além de uma crescente secularização em grandes centros urbanos, como São Paulo, onde a taxa de católicos é de apenas 50,7%.

Na Figura 4, observa-se a predominância evangélica em municípios de diversas regiões, com destaque para o Sul e Centro-Oeste. A cidade de Arroio do Padre (RS) possui 88,7% de evangélicos, sendo a maior do país em percentual. Isso mostra que o movimento evangélico, especialmente o pentecostalismo, conseguiu se enraizar em áreas específicas com grande força.

Figura 4 - Percentual de cristãos evangélicos por município

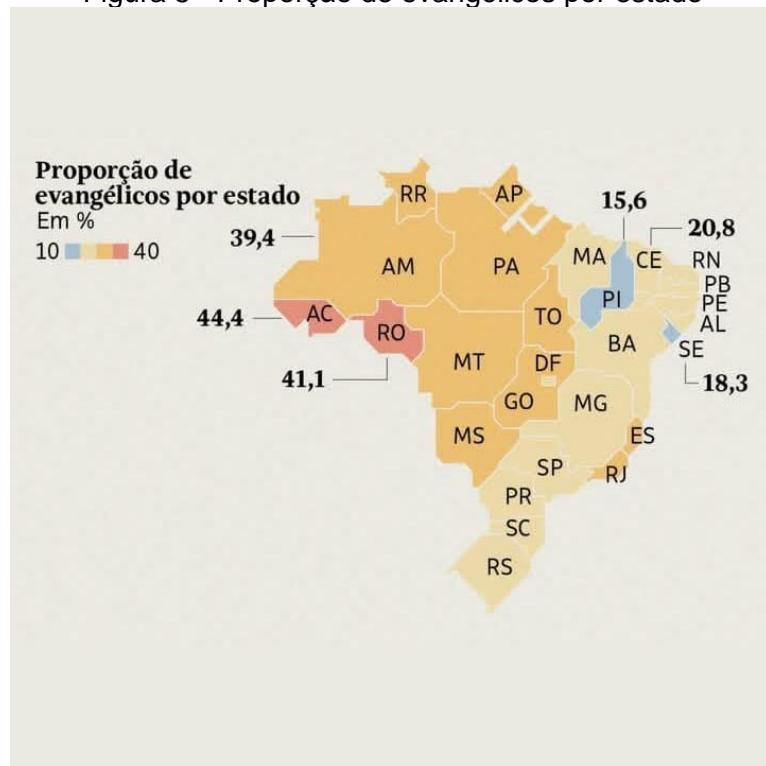


Fonte: Folha de São Paulo (2024)

O crescimento evangélico em pequenos municípios pode estar relacionado à capilaridade das igrejas e ao trabalho de base que promovem. A influência das igrejas evangélicas na vida social e comunitária tem sido significativa, oferecendo não apenas serviços religiosos, mas também apoio social, orientação familiar e redes de proteção nas periferias e áreas vulneráveis.

Neste mapa por estado (Figura 5), vemos que o Acre (44,4%), Rondônia (41,1%) e Rio de Janeiro (41,1%) são os estados com maior proporção de evangélicos, ultrapassando inclusive os católicos em algumas localidades. Essa virada demonstra como o campo religioso brasileiro está cada vez mais marcado pela competição e fluidez entre crenças.

Figura 5 - Proporção de evangélicos por estado

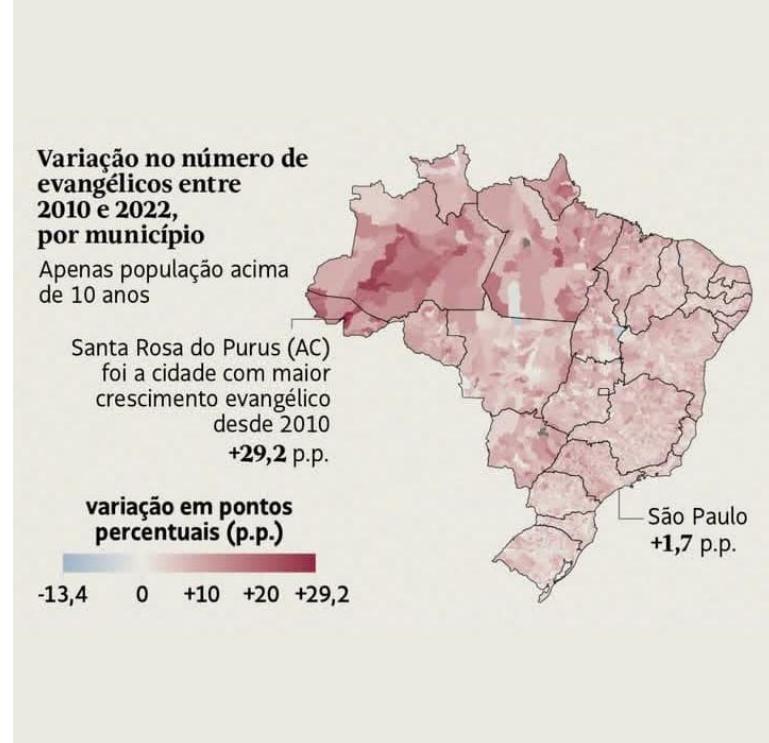


Fonte: Folha de São Paulo (2024)

Estados do Nordeste, como Piauí (15,6%) e Maranhão (20,8%), apresentam menores índices, embora estejam também passando por mudanças. A diversidade nos percentuais mostra que, embora o avanço evangélico seja uma tendência nacional, ele se dá de forma desigual e por múltiplos caminhos, dependendo do contexto socioeconômico e cultural local.

A Figura 6 destaca as regiões onde o crescimento evangélico foi mais expressivo, com ênfase para o Norte do país, como no caso de Santa Rosa do Purus (AC), que teve um crescimento de +29,2 pontos percentuais. O avanço se estende por grandes áreas do Norte, Centro-Oeste e parte do Nordeste.

Figura 6 - Variação no número de evangélicos entre 2010 e 2022

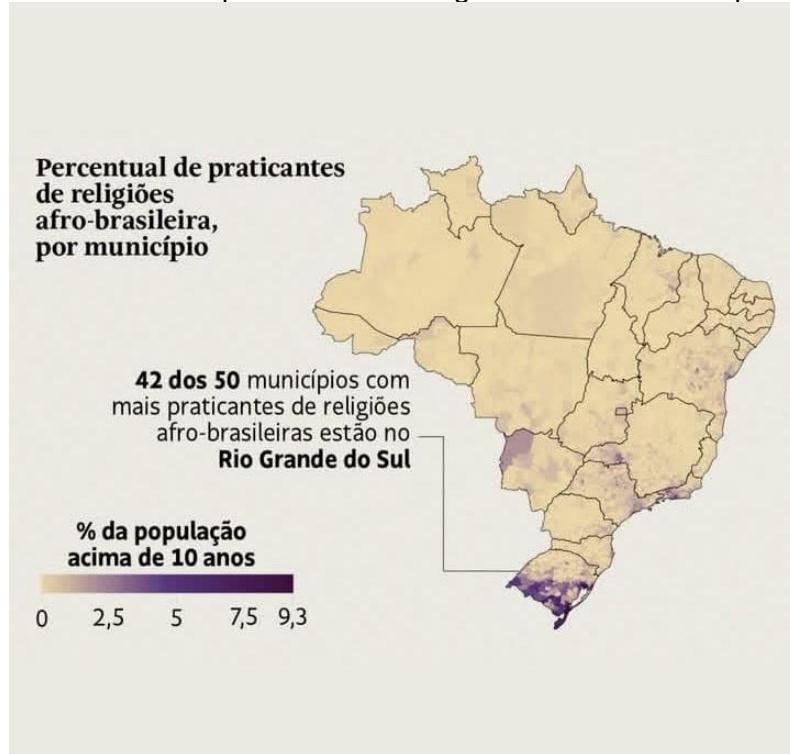


Fonte: Folha de São Paulo (2024)

Esses dados confirmam que o crescimento evangélico no Brasil tem sido intenso e acelerado, especialmente nas últimas duas décadas. Essa expansão reflete uma mudança de comportamento religioso, muitas vezes associada a aspectos culturais e sociais como maior identificação com práticas comunitárias, acolhimento individualizado e estratégias de evangelização ativas e midiáticas.

Embora com presença minoritária em nível nacional, as religiões afro-brasileiras apresentam expressiva concentração no Sul e Sudeste (Figura 7), especialmente no Rio Grande do Sul, onde estão 42 dos 50 municípios com maior proporção de praticantes. A cidade mais destacada alcança 9,3% da população.

Figura 7 - Percentual de praticantes de religiões afro-brasileiras por município



Fonte: Folha de São Paulo (2024)

Esse dado é importante para destacar a resiliência das religiões de matriz africana diante da perseguição histórica e da intolerância religiosa. Apesar de sua pequena expressão quantitativa, tais religiões desempenham um papel fundamental na cultura, identidade e resistência de comunidades afrodescendentes, sendo expressão de espiritualidade e ancestralidade.

A Figura 8 mostra, com predominância da cor vermelha, que os evangélicos foram o grupo religioso que mais cresceu em 4.868 cidades brasileiras entre os censos. As religiões católica, afro-brasileira e indígenas cresceram em muito menor número de municípios, o que reforça a ascensão evangélica como o fenômeno mais marcante do cenário religioso brasileiro recente.

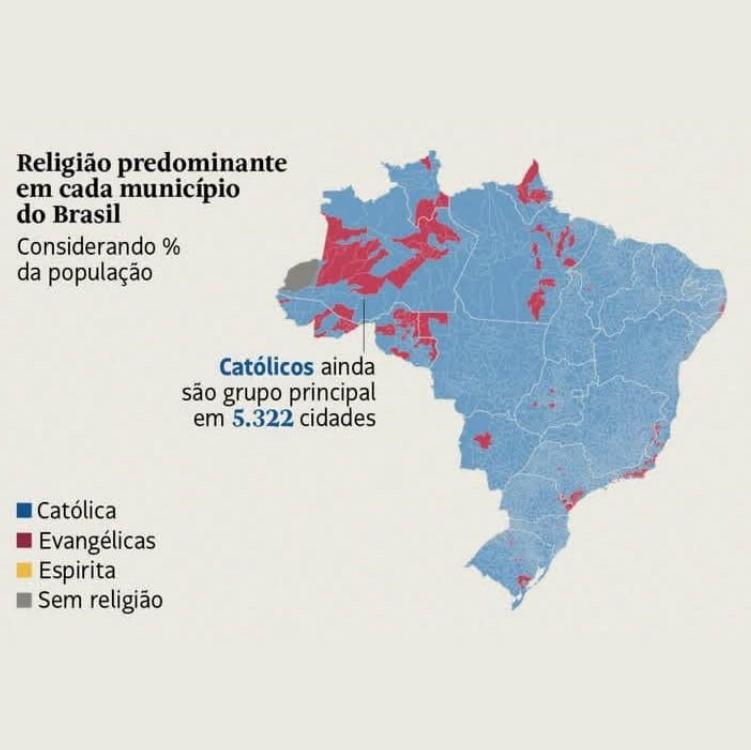
Figura 8 - Religião que mais cresceu em cada município do Brasil



Fonte: Folha de São Paulo (2024)

A capacidade de expansão evangélica está associada a diversos fatores, como o uso de mídias, cultos mais emocionalmente envolventes, assistência social e construção de vínculos comunitários, além de questões econômicas, como a pobreza, o desemprego, a ausência do Estado, inclusive de políticas públicas. Essa expansão gera mudanças importantes no campo religioso, afetando até mesmo a dinâmica eleitoral e políticas públicas voltadas à diversidade religiosa. Apesar do crescimento evangélico, o catolicismo ainda é predominante em 5.322 municípios brasileiros (Figura 9). No entanto, observam-se manchas vermelhas crescentes indicando onde os evangélicos já são um grupo majoritário. Também aparecem áreas em cinza e amarelo, revelando crescimento de pessoas sem religião e espíritas, principalmente em grandes centros urbanos.

Figura 9 - Religião predominante em cada município do Brasil



Fonte: Folha de São Paulo (2024)

O mapa expressa a transição do monopólio católico para um cenário de pluralismo religioso. Esse processo de transformação impõe desafios à convivência inter-religiosa e à formulação de políticas públicas que respeitem a diversidade de crenças, além de exigir atenção ao combate à intolerância religiosa.

A literatura e os dados de campo de pesquisas qualitativas mostram que, embora muitas igrejas evangélicas desempenhem um papel de acolhimento espiritual e emocional, algumas doutrinas reforçam papéis tradicionais de gênero, com discursos que ainda valorizam a submissão da mulher ao homem, interpretando literalmente certas passagens bíblicas. Essa visão pode funcionar como um obstáculo à denúncia da violência, naturalizando relações abusivas no ambiente familiar e colocando o perdão e a preservação da família acima da integridade da mulher.

Além disso, como demonstrado na pesquisa com mulheres da Igreja Batista Central – Colibris (João Pessoa-PB), nem sempre as vítimas encontram apoio nas lideranças religiosas, e muitas vezes são orientadas a manter o casamento mesmo sob violência. Em contrapartida, algumas igrejas têm começado a atuar com maior sensibilidade, criando ministérios voltados ao acolhimento de mulheres e promovendo discussões sobre violência de gênero à luz da fé cristã.

Diante do contexto religioso no Brasil, vê-se que é grande a proporção de frequentadores dos ambientes religiosos, os católicos como grupo principal com 56,7%, em primeiro lugar. E os evangélicos aparecem em segundo lugar com 26,9 %. Comunidades de fé mais frequentadas no país, isso significa que diante do que se acredita, a fé é para muitos é a confiança ou crença inabalável em algo, mesmo sem evidências concretas. Notando-se que mesmo diante de problemas que levam as pessoas a viverem muitas vezes em sacrifício, sofrimento ou dor, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam e a prova das coisas que não se veem, e que impulsiona o ser humano a frequentar ambientes religiosos ou comunidades de fé. Isso pode parecer negativo para muitas pessoas, porém é preciso respeitar a subjetividade inerente a cada ser, especialmente daqueles que acreditam em mudança pessoal a partir da fé.

Hefner (2007, p. 70), afirma que a religião é também constituída por comportamento moral, “constelação formada por mito, ritual e práxis”, tendo por núcleo o significado sagrado, “que serve para interpretar toda a realidade e a experiência. A origem desse núcleo de significado vai além do conhecimento científico e da especulação filosófica”. Pois bem, neste trabalho foi identificado que a interpretação da realidade e experiência de violência foi, talvez, interpretado a partir de uma fé madura, que buscou aprofundar a interpretação da submissão presente na Bíblia e ensinada nas igrejas, de forma que foge ao que Jesus quer para a vida das pessoas, foge da paz, da alegria, da comunhão, da fraternidade. Portanto, é possível que a tal submissão, da forma que foi aprendida, não reflete a fé num Deus de amor. É sabido que muitas pessoas fiéis de uma crença podem se alienar, mas também há registros de grupos protagonistas anti-alienação, como os exemplos citados. Se “a religião interpreta o processo da cultura” (Hefner, 2007), está na hora de interpretar a violência contra a mulher como uma ameaça real do ódio e desamor, um atentado à vida das mulheres e, portanto, não é de Deus, não é Jesus e não deve ser da religião.

Principalmente pela solidariedade e ajuda espiritual recebidos pelas mulheres desta investigação, que é um alicerce para minimizar ou superar os problemas sofridos, neste caso, menciono a violência no cotidiano de algumas mulheres cristãs evangélicas, vítimas de homens agressores, problema que tende a crescer na mesma proporção que a sociedade e as igrejas crescem.

Em seguida, têm-se as considerações finais, retomando os objetivos propostos na pesquisa e os resultados finais alcançados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, tendo em vista que a análise da violência e religião no cotidiano de algumas mulheres cristãs evangélicas da IBC – Colibris em João Pessoa-PB, foi realizada e comprovada através das narrativas das mulheres cristãs evangélicas. De modo que as relações de gênero e violência simbólica no contexto cristão; a submissão, invisibilidade e silêncio que marcam essas violências e a compreensão das narrativas dessas mulheres, preservando suas vozes e experiências, proporcionou responder ao problema da pesquisa.

No entanto, os resultados apontam que a violência doméstica em lares cristãos evangélicos é um problema grave, atingindo algumas mulheres evangélicas da IBC - Colibris, constatando-se que a maioria das vítimas que busca ajuda em sua comunidade de fé, nem sempre encontrou apoio espiritual na igreja. Um resultado inusitado foi perceber que a referida sede da IBC de João Pessoa- PB, tem um líder que se destaca por oferecer amparo à essas mulheres. Algumas mulheres relataram que a vivência religiosa tem ajudado na recuperação psicológica e espiritual, ainda que enfrentem dificuldades com interpretações bíblicas que reforçam a submissão feminina. Logo, a submissão para essas mulheres foi ressignificada a partir das experiências de opressão e violência.

A pesquisa também evidencia a necessidade de ações mais incisivas das lideranças religiosas para combater a violência de gênero. Destaca-se a dualidade do papel da religião: enquanto perpetua o patriarcado e o silêncio, bem como pode oferecer esperança e resiliência às vítimas. Viu-se que a religião vivida pelas mulheres desta investigação ajuda a resgatar a fé e acreditar em um futuro melhor na presença de Deus. É importante enfatizar que nos últimos anos a influência da religião no enfrentamento à violência doméstica tem se manifestado de forma negativa, a depender da postura de como os líderes religiosos abordam o problema. Além disso, o estudo ajuda nas reflexões sobre as relações de gênero e o papel das igrejas na construção de uma sociedade mais equitativa.

Constatou-se que mesmo diante das sequelas psicológicas perceptíveis nas narrativas dessas mulheres, a religião vivida por elas resgata a esperança da cura do sofrimento, e assim, muitas acreditam em um futuro melhor, reinventando sua vida, pois estar na casa do Senhor, conforme as narrativas de algumas mulheres é um refúgio para a alma, independente das péssimas recordações, das memórias, dos pesadelos vividos, e principalmente dos traumas sofridos, que podem durar uma vida. Verificando-se que diante da experiência vivida da violência, as mulheres investigadas reconhecem que além da fé é importante recorrer a ações, como a denúncia, até porque houveram casos de denúncia entre elas para inibir os agressores. Hoje, essas mulheres são colaboradoras na igreja que congrega (IBC), sendo as mesmas abertas a testemunhar a outras mulheres suas experiências, colaborando para o despertar do grave problema.

Ao entender que a influência da religião é um ponto negativo para o desencadeamento da violência doméstica, tornou-se visível que no meio cristão evangélico a situação ainda é mais séria, pois a maioria das vítimas que busca ajuda em sua comunidade de fé são aconselhadas a ser paciente e orar por seu marido agressor. Resaldados em interpretações ambíguas dos capítulos e versículos bíblicos que falam sobre submissão, e assim, reforçando por exemplo, que a mulher sábia edifica o lar e a tola destrói, enunciado que pode possuir mais de um sentido e gerar confusão ou incerteza, visto que essa mulher sábia tão almejada pode sim, edificar o lar, porém se o lar for um ambiente de paz, amor, união e respeito, onde o homem deve promover paz, processo contínuo que fortalecer as bases emocionais e espirituais de uma família. Do mesmo modo que a submissão da mulher a um homem não deve ser baseada na violência física ou mental. Se assim for, gera incerteza e/ou confusão.

E assim, o contexto da submissão justificado como sinônimo de sabedoria, quando má interpretado causa o grave problema da violência doméstica, em que a mulher é vista como inferiorizada, subordinada e violentada por homens misóginos que tiram proveito dessa situação. Desse jeito, promover a violência doméstica é um fato corriqueiro, abrangendo homens não cristãos, cristãos, líderes de igreja, missionários, presbíteros e obreiros, principais colaboradores para a ocorrência da violência.

O cenário da religião e violência contra a mulher, nos mostra que não há respostas certas ao problema da violência doméstica em lares cristãos, tentar responder o porquê, é um caminho muito complexo, ainda assim, a literatura aponta que, em muitos contextos, as mulheres enfrentam o silenciamento em suas comunidades religiosas, do mesmo modo que também cabe notificar aqui, que a influência da religião no enfrentamento à violência doméstica também pode ser menos agravante a depender de como o líder religioso aborda o tema na igreja. Sendo assim, essa pesquisa contribui para uma maior expansão de pesquisas atreladas a esta temática.

Torna-se imprescindível despertar a atenção das lideranças de igrejas evangélicas para esse fenômeno social gravíssimo, como um passo na transformação de uma igreja fiel aos ensinamentos de Cristo. No sentido de tratar esse assunto com lucidez, determinação e coragem, tendo em vista um olhar de proteção e justiça às mulheres vítimas de violência doméstica em lares cristãos, principalmente pelo fato dessas mulheres veem a igreja como um ambiente de fé e solidariedade. Além disso, o estudo contribui para reflexões sobre as relações de gênero e o papel das igrejas na construção de uma sociedade mais equitativa.

Diante dessa realidade, faz-se necessário tratar o tema com coragem e determinação, tendo em vista um despertar para sociedade e para as igrejas quanto ao reconhecimento desse problema por parte dos líderes religiosos, percebendo-se que a submissão é algo que atinge algumas mulheres cristãs evangélicas, e que a submissão deve ser interpretada de forma concreta e não abstrata. O estudo revelou os efeitos reais da violência doméstica, onde muitas mulheres narraram as consequências da submissão em suas vidas, entendendo elas que a submissão ao Senhor é uma coisa, e a submissão ao homem é outra realidade, e que só deve existir se houver respeito e zelo pelo próximo. A partir das narrativas dessas mulheres congregantes na IBC - Colibris, na cidade de João Pessoa-PB, vimos o quão grave é o problema.

Verificou-se através das narrativas das mulheres, que atualmente, essas vítimas de violência doméstica em lares cristãos sentem-se amparadas em sua comunidade de fé, encontrando apoio espiritual na igreja que congrega. E esse apoio espiritual é uma grande influência para que outras mulheres busquem

ajuda neste ambiente religioso. E assim, a igreja cresce diante da receptividade e acompanhamento espiritual. Percebendo-se que a resiliência é vista na vida dessas mulheres como habilidade de superação e atitude de enfrentamento efetivo de circunstâncias adversas (no caso, a violência doméstica).

Ao compreender que a resiliência se fez presente na vida dessas mulheres, onde todas as entrevistadas, aparentemente, superaram as adversidades, mantendo a fé como aliada para readaptar-se ao novo. Viu-se que o sacrifício e o sofrimento feminino, ocorridos em contextos estritamente religiosos, passa por um processo de ressignificação, lado a lado com a fé, expiação e uma nova percepção sobre submissão, tendo em vista que a releitura que essas mulheres fazem da Bíblia e dos ensinamentos da igreja é revista e firmemente reformulada a partir das experiências vividas da violência.

Ao perceber que existem ambiguidades na linguagem do texto sagrado, e que a submissão passa a ser interpretada como geradora de conflitos internos e externos, entendendo-se que a submissão que está na bíblia não é a mais correta, devido às inúmeras ambiguidades contidas no texto sagrado, seja pela cultura ou pela religião, as mulheres perceberam isso pela dor da violência, e não através dos líderes religiosos. Mesmo tendo hoje um líder religioso que é contra a violência doméstica.

É importante frisar também que, é possível que a religião tenha retardado o impulso para escapar da violência, mantendo a crença na mudança do companheiro pela força da oração e no poder do perdão. Logo, sugerem-se que temas relacionados a violência doméstica em lares cristãos evangélicos sejam trabalhados dentro das igrejas evangélicas como material pedagógico para apropriar-se dessas questões sociais emergentes e fazer a conexão com a interpretação bíblica, numa formação com mulheres cristãs evangélicas.

Considerando ainda, que mulheres vítimas de violência doméstica em lares cristãos podem ser agentes multiplicadoras dessa nova perspectiva da fé para instruir novas mulheres sobre o conceito de submissão. Portanto, ao debruçar-me sobre as descobertas da pesquisa, o conteúdo violência e religião no contexto de mulheres evangélicas, trará contribuições para possíveis desdobramentos de estudos futuros, momento oportuno para uma análise crítica dos resultados e suas implicações no contexto sociorreligioso.

## REFERÊNCIAS

AINA-PELEMO, Adetutu Deborah; OLUJOBI, Olusola Joshua. Sexual exploitation and vulnerability of followers in Nigerian religious circles: a legal approach. **Journal of Human Rights and Social Work**, v. 1, p. 37-46, 2024.

ALCIDI, Maria; GRIBALDO, A.; GRANDE, E.; ROSARIO, C. Religion, Security, and Gender: An Unholy Trinity. **Public Anthropologist**, v. 1, p. 53-115, 2023.

ALMEIDA, Flávio Aparecido de. A influência da religião nos casos de violência de gênero e violação dos direitos das mulheres. **Violência e Gênero: análises, perspectivas e desafios**, 2022.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Eudoro de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus**: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. Editora Companhia das Letras, 2009.

BARBOSA, Rita Cristiana. **Mulheres e formação docente em tempos de TIC**: Narrativas de experiências de inclusão, competências e empoderamento na UFPB virtual. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. 271f. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8582/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

BARBOSA, Thaís de Matos; BARBOSA, Rita Cristiana. “O que Deus uniu, o homem não separe”: um olhar sobre a percepção religiosa de mulheres e a violência doméstica. **PLURA, Revista de Estudos de Religião**, n. 1, p. 246-265, 2023.

BARBOSA, Ana Caroline Silva; COSTA, Hudson Andrey Correia da. Violência contra a mulher: uma análise dos fatores de violência física e psicológica contra as mulheres na faixa etária de 19 a 30 anos de idade atendidas em Manaus. **BIUS-Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia**, v. 44, n. 38, p. 1-30, 2024.

BARUS-MICHEL, J. A violência complexa, paradoxal e multívoca. In M. Souza, F. Martins, & J. N. G. Araújo (Eds.), **Dimensões da violência**: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico (pp. 19-34). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

BESSEY, Sarah. **Jesus feminist: An invitation to revisit the Bible's view of women**. Simon and Schuster, 2013.

BICALHO, Elizabete. **A nódoa da misoginia na naturalização da violência de gênero**: mulheres pentecostais e carismáticas. Universidade Católica de Goias, 2001.

BISPO, Adilson Ferreira et al. Diálogo inter-religioso e direitos humanos na dialética da violência contra a mulher. **Revista do CEAM**, v. 9, p. 103-122, 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 19. ed. São Paulo, SP: Editora Bertrand Brasil, 2019.

BRASIL. Brasil tem mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres até julho de 2022. **Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

BRASIL. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**. Relatório final. Brasília: Senado Federal, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

BRASIL. Decreto nº 7.393, de 20 de dezembro de 2010. Institui o Sistema de Informações de Mortalidade Materna – SIMM. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 21 dez. 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.958, de 13 de março de 2013. Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 14 mar. 2013.

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 29 abr. 2016.

BRASIL. Decreto nº 9.685, de 15 de janeiro de 2019. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 15 jan. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2019/decreto/D9685.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D9685.htm). Acesso em: 2 fev. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940: Código Penal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del2848.htm). Acesso em: 02 jun. 2025.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013. Estende aos trabalhadores domésticos direitos previstos na Constituição Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 3 abr. 2013.

BRASIL. Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Regulamenta o contrato de trabalho doméstico. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, dos casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 nov. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006: Lei Maria Da Penha. **Diário Oficial da União**, 7 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 2 de junho de. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. Altera dispositivos das Leis nº 9.096/1995 e nº 9.504/1997, e da Lei nº 4.737/1965 – Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 set. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2 ago. 2013.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.642, de 3 de abril de 2018. Altera a Lei nº 10.446, de 2002, para incluir a apuração de crimes praticados pela internet que disseminem discurso de ódio contra a mulher entre as atribuições da Polícia Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 4 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Código Penal para prever novos crimes contra a dignidade sexual, como importunação sexual e divulgação de cena de estupro. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a divulgação de cena de intimidade sexual sem consentimento. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.882, de 8 de outubro de 2019. Altera a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) para dispor sobre o registro e a notificação compulsória da violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.931, de 10 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos e privados. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021. Altera o Código Penal para incluir o crime de perseguição (stalking). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1º abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021. Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 6 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. Institui o Programa Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica e altera o Código Penal para tipificar o crime de violência psicológica contra a mulher. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 29 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021. Estabelece normas para prevenir e combater a violência política contra a mulher. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 5 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.310, de 8 de março de 2022. Altera a Lei Maria da Penha para prever a criação dos Núcleos de Justiça 360 e outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8072.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm). Acesso em: 03 abril de 2025.

BRASIL. Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1º out. 1997.

BRASIL. PL 9070/2017. **Diário Oficial da União**, 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2162049>. Acesso em: 3 maio de 2025.

BRASIL. Projeto de lei nº 4.968, de 2019. **Diário Oficial da União**, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=219676>. Acesso em: 03 abril de 2025.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. Movimento político internacional. 2025. Disponível em: <https://catolicas.org.br/> Acesso em: 02 out. 2025.

CARDOSO, Regiane. Maria Madalena e as mulheres do século XXI: misoginia e omissão da Igreja? **Caderno Teológico da PUCPR**, n. 1, 2023.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Mitologia e processos identificatórios. **Tempo psicanál**, p. 179-193, 2007.

CÉSAR, Marília Camargo. **O grito de Eva**: a violência doméstica em lares cristãos. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021.

CHIAVENATO, Júlio José. **Religião**: da origem à ideologia. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002.

CHIAVENATO, Julio. **A Bastarda de Deus**: a Bíblia e a Cultura da Violência Contra a Mulher. São Paulo: Editora Noir, 2021.

CLAVERY, Elisa. Intolerância religiosa: denúncias crescem mais de 80% no primeiro semestre de 2024, segundo Disque 100. **G1**, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/08/07/intolerancia-religiosa-denuncias-crescem-mais-de-80percent-no-primeiro-semestre-de-2024-segundo-disque-100.ghhtml>.

COLARES, Karen de Souza. **Efésios 5, 21-33**: análise ético-feminista da retórica de submissão da mulher nas obras da editora fiel. Tese (Doutorado) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Departamento de Teologia. Belo Horizonte, 2023.

CONDE, Naile Braffo. Relações de gênero e religião: análise das práticas religiosas da Santeria em Cuba. **Mandrágora**, v. 27, n. 2, p. 115-133, 2021.

COSTA, Amanda Melo Queiroz da. **O último grito**: compreensões fenomenológicas sobre ideação e tentativa de suicídio de mulheres em situação de violência. Orientadora: Dra. Ana Karina Silva Azevedo. 2024. 151f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

CRUZ, Wallace Soares da; PEREIRA, Francisco Caetano. Violência de Gênero em nome de Deus: uma análise a partir do moralismo neopentecostal. **Revista de Estudos sobre o Jesus Histórico e sua Recepção**, v. 24, p. 367-382, 2020.

DANTAS, Elynaldo. Imagens de controle, "Maria", "Eva" e "Salomé": opressões intersectadas de raça, gênero, sexualidade e classe no discurso sobre as (in) desejáveis de Gustavo Barroso (1916-1920). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 14, n. 29, p. 76-101, 2022.

DICKMANN, Ivo. Reinventando a ecopedagogia: Patriarcado, modernidade e capitalismo. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 9, n. 1, p. 1-16, 2022.

ENGEL, Beverly. **The emotionally abusive relationship**: How to stop being abused and how to stop abusing. John Wiley & Sons, 2023.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Los Nuer del sur de Sudán**. London, 1940.

FERNANDES, Robson Ferreira. " Cada cartaz ridículo. queima tudo isso urgente!": fontes visuais, resistências e o debate de gênero e sexualidade no ensino de história. **Revista Temporis [Ação]**, v. 23, n. 2, 2023.

FEUERBACH, Ludwig. **A Essência do cristianismo**. 2 ed., Campinas-SP : Papirus, 1997.

FLORES, Luis Gustavo Gomes. Obstáculos Epistemológicos de Bacharel de Construtivismo Sistêmico: Questionamentos aos Direitos Humanos. **Revista Brasileira de Filosofia do Direito**, n. 2, p. 128-147, 2018.

FORDICE, Hannah. **Refúgio bem presente**: Um guia sobre combate à violência doméstica para lideranças eclesiásticas. São Paulo: Editora Thomas Nelson Brasil, 2023. 1. ed.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e terra, 2003.

FRÓES, Fadja. **Memória e violência contra a mulher**: o feminicídio como último ato da dominação masculina. Editora Dialética, 2023.

GAGE, Matilda Joslyn. **Woman, Church and State**: A Historical Account of the Status of Woman Through the Christian Ages With Reminiscences of Matriarchate. Good Press, 2023.

GEBARA, Ivone; GESCHÉ, Adolphe; ORTH, Lúcia Mathilde Endlich. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. Editora Vozes, 2000.

GIRARD, René. **La violencia y lo sagrado**. Anagrama, 2023.

GRUPO FLOR DE MANACÁ. Ministério de Mulheres da Igreja Batista do Pinheiro. 2025. Disponível em: <https://grupoflordemanaca.blogspot.com/> Acesso em: 02 out. 2025.

HEFNER, Philip. A religião no contexto da cultura, teologia e ética global. **Revista de Estudos da Religião**. Junho / 2007 / pp. 68-82. Disponível em: [https://www.pucsp.br/rever/rv2\\_2007/t\\_hefner.pdf](https://www.pucsp.br/rever/rv2_2007/t_hefner.pdf) Acesso em: 03 out. 2025.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2020.

HOOKS, Bell. **Teaching to transgress**. Routledge, 2014.

HUBERT, Henri; MAUSS, Marcel. **Sacrifice: Its nature and functions**. University of Chicago Press, 1981.

JARSCHEL, Haidi; NANJARÍ, Cecília Castillo. Religião e violência simbólica contra as mulheres. **Anais do Fazendo Gênero**: corpo, violência e poder, 2008.

LABIAK, Fernanda Pereira. Violência psicológica contra a mulher: artefato do patriarcado para gerar submissão. **Open Science Research X**, v. 10, p. 2236-2251, 2023.

LAURETIS, Teresa de. *The Technology of Gender*. In: LAURETIS, T. **Technologies of Gender**. Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press, 1987, p.10.

LE BON, Gustave. As opiniões e as crenças. Disponível em: <file:///C:/site/LivrosGrátis/asopinioes.htm> (1 of 141). Postagem [05/04/2001 16:56:46] Acesso: 30/08/2025.

LIENHARDT, Godfrey. **Divinity and experience: The religion of the dinka: The religion of the dinka**. Oxford University Press, UK, 1961.

LEITÃO, Carla. A entrevista como instrumento de pesquisa científica: planejamento, execução e análise. **Metodologia de pesquisa científica em informática na Educação**: abordagem qualitativa de pesquisa, v. 3, 2021.

LEITE, Gisele. A mulher na Idade Média. **Entre a Virgem Maria e Eva**. Investidura: Portal Jurídico, 2021. Disponível em: <https://investidura.com.br/artigos/direito/a-mulher-na-idade-media-entre-a-virgem-maria-e-eva/>. Acesso em 2 fevereiro de 2025.

LEMOS, Carolina Teles; NIEVES, Katiuska Florencia Serafin. Religião e violência doméstica: a reconstrução do sentido da vida de mulheres vítimas. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 31, n. 2, p. 224-238, 2021.

LIENHARDT, Godfrey. **Divinity and experience: The religion of the dinka: The religion of the dinka**. Oxford University Press, UK, 1961.

LYNCH, Matthew J. As raízes da violência: violência masculina contra as mulheres em Gênesis. **The Biblical Mind**, 2022. Disponível em: <https://hebraicthought.org/as-raizes-da-violencia-violencia-masculina-contra-as-mulheres-em-genesis/>. Acesso em 2 de abril de 2025.

MACKINNON, Catharine. **Toward a Feminist Theory of the State**. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**; selecionados por Octavio Ianni e traduzidos por Waltensir Dutra e Florestan Fernandes. Rio de Janeiro, RJ : Zahar, 1965.

MEDEIROS, Emerson Augusto de; AMORIM, Giovana Carla Cardoso. Análise textual discursiva: dispositivo analítico de dados qualitativos para a pesquisa em educação. **Laplage em revista**, v. 3, n. 3, p. 247-260, 2017.

MELO, Andréa Silene Alves Ferreira; BARZANO, Marco Antônio Leandro. Histórias de vida: uma análise do papel e da influência da família e da religiosidade sobre gênero e sexualidade. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, v. 5, n. 15, p. 1387-1406, 2020.

METZ, Julie. **Eva and Eve: A Search for My Mother's Lost Childhood and what a War Left Behind**. Simon and Schuster, 2022.

MICHELETTI, Guillermo. **Maria Madalena**: apóstola dos apóstolos, uma vida a descobrir. Aparecida: Santuário, 2022. 1. ed.

MIRANDA, Marcos de Alencar. **Violência de gênero e a dominação masculina em nome de Deus**: Reflexões a partir da moralidade neopentecostal. 2018. Dissertação de Mestrado. Faculdade Unida de Vitoria (Brazil). 2018.

MOLOKWU, Ubaka Cosmas; UCHIME, Victoria Ozioma. Traditional religion, Christianity and gender-based violence among Igbo women of Southeastern Nigeria, 1980-2015. **Preorc Journal Of Gender And Sexuality Studies**, 2023.

MORROW, John Andrew. **The Most Controversial Qur'anic Verse**: Why 4: 34 Does Not Promote Violence Against Women. Rowman & Littlefield, 2020.

NEVES, Jordana de Moraes; WACHHOLZ, Rafael de Oliveira. A influência da religião na atuação de Damares Alves na Organização das Nações Unidas (ONU). **Plural: Revista de Ciências Sociais**, n. 1, p. 161-183, 2021.

OLIVEIRA, Irene Dias de. **Religião e as teias do multiculturalismo**. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

PEDRAÇA, Aline dos Santos. **O Outro Lado**: A Face da Violência Conjugal Contra a Mulher na Cidade de Manaus. Editora Appris, 2022.

PERETTI, Clélia; QUEIROZ, Ivoneide. Mulher e Ministérios na Igreja Católica à luz do pensamento do Papa Francisco. **Revista de Cultura Teológica**, n. 98, p. 133-152, 2021.

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. **Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher: Lei 11.340/06 análise crítica e sistêmica**. Livraria do advogado Editora, 2018.

R7. Violência e ameaças: entenda as principais acusações contra a skatista Luiza Marchiori. **R7**, 2024. Disponível em: <https://noticias.r7.com/santa-catarina/nd-mais/violencia-e-ameacas-entenda-as-principais-acusacoes-contra-a-skatista-luiza-marchiori-12112024/>. Acesso em:

RAFAEL, Vitor Manuel Raposo. O grito de Eva. a violência doméstica em lares cristãos. **Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 19, n. 3, p. 864-866, 2021.

RAMCHARAN, Bertrand G.; VAN BOVEN, T. C.; KOROMA, A. G.; FRENCH, I. **The universality of human rights**: a handbook. Leiden: BRILL, 2023.

RANGEL, Tauã Lima Verdan; SILVA JUNIOR, Ivanildo Geremias da. Servir e proteger em tempos de agravamento da violência doméstica e familiar: uma análise sobre a patrulha maria da penha da polícia militar do estado do Espírito Santo como instrumento de prevenção à escalada da violência doméstica e familiar, no período. **Acta Scientia Academicus**: Revista Interdisciplinar de Trabalhos de Conclusão de Curso, v. 7, n. 11, 2022.

RAY, Larry. What is violence? In: **Teaching Political Sociology**, p. 73, 2023.

REIMER, Ivoni Richter. Religião entre tensão e diálogo. **Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 19, n. 3, p. 507-511, 2021.

RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. O papel das mulheres na Bíblia: protagonistas ou coadjuvantes? **Ad Aeternum**, v. 1, p. 68-85, 2020.

RONSI, Francilaide Queiroz. A mulher na Igreja e na sociedade: a procura pelo direito de 'ser'. **Revista Encontros Teológicos**, v. 35, n. 1, 2020.

RUZYCKI, Ana Carolina Ribeiro. Discursos e postagens de líderes religiosos que legitimam e disseminam as normas e valores que reforçam a subalternidade da mulher na sociedade. **ANAIS DO LERR-Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades-ISSN 2526-5849**, v. 1, n. 1, 2023.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleith IB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos pagu**, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleith IB. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, p. 82-91, 1999.

SALES, Lilian; MARIANO, Ricardo. Ativismo político de grupos religiosos e luta por direitos. **Religião & Sociedade**, v. 39, n. 02, p. 9-27, 2019.

SCOTT, Joan Wallach. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In: **Gender and the Politics of History**. Nova Iorque, Columbia University Press, 1988, p.42.

SCOTT, Joan. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press. 1995.

SEBASTIANI, Lilia. Contra as mulheres, em nome de Deus. **Unisinos**, 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/586127-contra-as-mulheres-em-nome-de-deus%20-artigo-de-lilia-sebastiani>. Acesso em: 3 jan. 2025.

SILVA, Ademar Alves da. **A Presença da Igreja Batista no Contexto do Desenvolvimento da Cidade de Três Lagoas, MT (1920-1940)**. Editora Dialética, 2021.

SILVA, Claudia Pereira Sousa da. **Violência contra a mulher – desnaturalizações e persistências**. Monografia (Graduação) Fundação Universidade Federal Do Tocantins, Curso De Pedagogia, Campus De Tocantinópolis-TO, 2016. 53 f.

SILVA, Luzemilca dos Santos. **Mulheres protagonistas em uma igreja machista: pesquisa sobre a “Rede Um Grito Pela Vida” na missão de libertar corpos**. 2024. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

SIQUEIRA, Marcos da Cruz Alves; CALSA, Geiva. Pedagogias cristãs: representações sociais de gênero e sexualidades na mídia. **Mosaico**, v. 16, n. 25, p. 233-252, 2024.

SOARES, Dora Patrícia Abreu. **Impactos derivados da exploração dos recursos naturais**: perspectiva dos alunos no contexto da educação para o desenvolvimento sustentável e Direitos Humanos. Porto: Universidade do Porto, 2017. Dissertação de mestrado.

SOUZA, Camila da Silva Rodrigues de. Questões de violência doméstica e de crença religiosa. **Revista Linhas Jurídicas**, v. 11, n. 1, p. 139-161, 2024.

SOUZA, Sandra Duarte de; LEMOS, Carolina Teles. **A casa, as mulheres e a igreja**: violência doméstica e cristianismo. São Paulo: Fonte Editorial, p. 15-79, 2009.

SOUZA, Sandra Duarte de; OSHIRO, Claudia Poleti. Mulheres evangélicas e violência doméstica: o que o poder público e a igreja têm a ver com isso?. **Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 16, p. 203-219, 2018.

STORR, Anthony. **Human aggression**. New York: Atheneum, 1968.

TESSER, Tabata Pastore. Legitimização da violência contra as mulheres no discurso religioso hegemônico. **Teologias fora do armário**, p. 74, 2019.

THATCHER, Adrian. **Gender and Christian ethics**. Cambridge University Press, 2020.

TRIBLE, Phyllis. Exegesis for Storytellers and other Strangers. **Journal of Biblical Literature**, v. 114, n. 1, p. 3-19, 1995.

VAN DER HEIJDEN, Barend; TAHZIB-LIE, Bahia (Ed.). **Reflections on the Universal Declaration of Human Rights**: a fiftieth anniversary anthology. Leiden: BRILL, 2023.

VEIGA, Fernanda. **Anota, vai que esquece**: como sobrevivi ao abuso espiritual na igreja evangélica. eBook Kindle. São Paulo: Aljava Editora, 2020.

VILHENA, Valéria Cristina. **Um olhar de gênero sobre a trajetória de vida de Frida Maria Strandberg (1891 -1940)**. 2016. 263 f. Tese (Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

WEISSHEIMER, Vera Cristina. Mulheres visionárias e apóstolas: instrumentos do Divino para a transformação da Igreja e da sociedade. **Revista Encontros Teológicos**, v. 35, n. 1, 2020.

ZAMFIR, Korinna. Returning women to their place? religious fundamentalism, gender bias and violence against women. **Journal for the Study of Religions and Ideologies**, v. 17, n. 51, p. 3-20, 2018.

ZWETSCH, Roberto Ervino; TREIN, Hans Alfred. Teologia e política: uso e abuso do nome de Deus. **Interações**, v. 15, n. 1, 2020.